



EST. 1833

BANCO
CARREGOSA

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO

RELATÓRIO E CONTAS 2014



INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO

ÍNDICE

1. SÍNTESE DE INDICADORES	1
2. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS.....	2
3. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
4. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA.....	5
5. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	7
5.1. O Banco Carregosa	7
5.2. Principais Eventos de 2014.....	8
5.3. Política de Comunicação e Responsabilidade Social.....	10
5.4. Organização Interna e Segmentos de Negócio	13
5.5. Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros	15
5.6. Síntese da Atividade	18
6. ANÁLISE ÀS CONTAS	26
6.1. Contas Individuais	26
6.2. Contas Consolidadas.....	35
7. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	35
8. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	35
9. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C.	35
10. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES	36
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	39
12. AGRADECIMENTOS	39
13. CONTAS CONSOLIDADAS.....	41
14. CONTAS INDIVIDUAIS.....	79
15. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS).....	113
16. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	123
17. EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 27 DE MAIO DE 2015	126

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO

1. SÍNTESE DE INDICADORES

CONTAS INDIVIDUAIS (valores expressos em euros)	2014	2013	2012
Margem Financeira	3.727.904	4.821.917	9.341.312
Comissões Líquidas	4.009.905	2.716.726	3.045.263
Resultados de Operações Financeiras (Liq.)	5.042.293	12.032.793	11.786.661
Outros Resultados de Exploração	-138.143	-580.600	-390.879
Produto Bancário	12.709.606	18.990.836	23.782.357
Custos com o Pessoal	-3.430.326	-3.372.816	-3.451.182
Outros Gastos Administrativos	-4.129.974	-3.716.633	-3.302.373
Custos de Estrutura	-7.560.300	-7.089.449	-6.753.555
Amortizações	-547.320	-874.989	-1.627.583
Provisões	171.636	-579.502	-130.684
Imparidades	-4.561.192	312.149	-407.134
Resultado Antes de Impostos	212.430	10.759.045	14.863.401
Impostos	-175.688	-3.709.881	-5.399.497
Resultado Líquido	36.742	7.049.164	9.463.904
Total do Ativo Líquido	198.683.075	228.858.967	256.599.162
Capitais Próprios	33.959.415	38.657.129	32.726.801
Fundos Próprios	34.928.378	33.298.095	26.049.628
Depósitos de Clientes	120.336.085	95.089.633	77.880.651
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	42,74%	41,06%	51,02%
Crédito Vencido / Crédito Concedido	13,39% ¹	0,32%	0,38%
Rendibilidade de Ativos Médios (ROA)	0,02%	3,09%	4,37%
Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE)	0,10%	20,07%	34,62%
Rácio de Solvabilidade	19,70%	20,45%	21,00%
Margem Financeira / Ativo Remunerado	2,03%	2,61%	4,81%
Custos de Estrutura / Produto Bancário	59,18%	37,33%	28,40%

¹ Este valor surge influenciado de forma significativa por uma operação pontual de aquisição de um crédito vencido, cfr. descrito no Ponto VI – Análise às Contas. Excluindo a referida operação o valor é de 0,96%.

2. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

BANCO L.J. CARREGOSA, S.A.

	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Luis Manuel de Faria Neiva dos Santos	PRESIDENTE
Maria Manuela Pereira Antunes Matias	Secretária
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	PRESIDENTE
António José Paixão Pinto Marante	Administrador
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	Administrador
Nuno Rafael Domingues dos Santos Reis Maya	Administrador
Pedro José Malheiro Duarte	Presidente da Comissão Executiva (CE)
Paulo Armando Moraes Mendes	Vogal da CE
Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes	Vogal da CE
Paulo Martins de Sena Esteves	Vogal da CE
	CONSELHO FISCAL
Maria da Graça Alves Carvalho	PRESIDENTE
Manuel José Lemos de Ferreira Lemos	Vogal
Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa	Vogal
André de Castro Amorim	Vogal (Suplente)
Vilar, Campos, Gomes & Associados	REVISOR OFICIAL DE CONTAS (SROC)
Representado por Jorge Adalberto Vilar De Oliveira	
António Magalhães & Carlos Santos	Suplente (SROC)

Acionistas com participações superiores a 5% do capital social:

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves
Amorim Projectos, SGPS

Os membros dos Órgãos Sociais, para o triénio 2012-2014, foram eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 10 de maio de 2012 exceção feita ao Eng.º Paulo Martins de Sena Esteves, que foi eleito na Assembleia de 28 de maio de 2014.

3. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ex. mo Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral,
Senhores Acionistas,

A última mensagem que vos dirigi, no âmbito do Relatório e Contas de 2013, começava por referir que dois dos nossos administradores nos tinham deixado de um modo um tanto abrupto e das dificuldades encontradas para que o Banco continuasse a sua atividade sem sobressaltos na ausência deles. Este problema está ultrapassado, o Banco Carregosa apresenta-se a esta Assembleia com um novo administrador que, de tão integrado na equipa, parece que dela sempre fez parte. Para os nossos afetos, os nossos mortos serão sempre insubstituíveis, para a realidade do dia-a-dia só precisamos de executantes de tarefas. Assim o assunto foi resolvido.

O ano de 2014 ficou marcado pelo desastre do Banco Espírito Santo e o Banco Carregosa não passou incólume por esta tragédia. As consequências das tragédias avaliam-se pelos prejuízos e nestes haverá também que contabilizar a desconfiança que se instalou em todos os cidadãos e a exagerada reação dos legisladores que, tendo sido apanhados de surpresa, procuram prevenir possíveis réplicas. Como é óbvio estes ambientes de exceção são sempre mais desafiantes para os bancos de pequena dimensão.

Como sempre procuraremos encarar de modo positivo e concluir que períodos de crise nos deixam mais fortalecidos e com o nosso sentido de rigor e competência mais apurados. Será esse o caminho porque essa é a atitude que os Senhores acionistas esperam de nós.

Aos que connosco trabalham resta-nos agradecer e pedir que continuem o caminho com o mesmo entusiasmo.

Muito obrigada,

Maria Cândida Rocha e Silva
Presidente do Conselho de Administração

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

4. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Excelentíssimos Senhores Acionistas,
Ilustres Membros dos Órgãos Sociais
Caros Colaboradores,

O exercício de 2014 ficou marcado pela medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, SA – BES.

O caso BES – GES veio a transformar-se na maior destruição de valor de que há memória em Portugal, lesando diretamente acionistas, clientes, credores e concorrentes.

Sem procurar culpados, e muito menos desculpas, foi um processo rápido, inesperado e surpreendente onde é difícil acreditar que haja inocentes.

Na atividade concreta do Banco Carregosa, continuamos a trilhar o caminho que nos propusemos, com os mesmos valores e princípios orientadores, tentando não perder de vista as oportunidades com que nos vamos deparando.

Foi um ano especialmente difícil para o setor. A descida abrupta das taxas de juro, veio colocar uma forte pressão na margem financeira, induzindo a um aumento generalizado das comissões bancárias. Acreditamos que este contexto se mantenha nos tempos mais próximos.

As medidas de reestruturação, racionalização e desenvolvimento que adotámos nos anos anteriores permitem-nos encarar com otimismo moderado este ambiente mais “hostil” à nossa atividade.

Concluído que está este mandato, com as vicissitudes que todos conhecemos, entregamos o banco consolidado, para se poder focar no crescimento e nos clientes.

Termino com o meu agradecimento a todos os stakeholders, em especial aos colaboradores, pela dedicação demonstrada.

Porto, maio de 2015

Pedro Duarte
Presidente da Comissão Executiva

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

5. RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração do Banco Carregosa apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014.

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais, este documento inclui, ao longo do respetivo texto e das notas às demonstrações financeiras, informação a que se refere cada uma das rubricas obrigatórias elencadas no art.º 66 n.º 5 (Relatório de Gestão).

5.1. O Banco Carregosa

O Banco Carregosa resulta da transformação em banco de uma instituição secular, que já nas suas origens se dedicava à poupança e investimento.

A licença para exercer a atividade bancária foi atribuída em 2008, mas o nome Carregosa está associado ao setor financeiro desde 1833, ano em que Lourenço Joaquim Carregosa abriu a casa mãe, que viria a ser conhecida como L.J. Carregosa, dedicada ao negócio de divisas.

Ao longo do século XX a L.J. Carregosa apurou a sua vocação nas áreas de corretagem e gestão de património transformando-se, sucessivamente, em Corretora e Sociedade Financeira de Corretagem. Ao virar do século XXI, celebrou uma parceria com o dinamarquês Saxo Bank que desenvolveu, para Portugal, a plataforma mais avançada para a negociação no mercado de capitais, hoje utilizada em todo o mundo, pelas mais diversas instituições financeiras. Em sequência dessa parceria tecnológica, em 2000, foi dado um passo pioneiro com o lançamento do primeiro serviço de corretagem *online* em Portugal. A evolução da negociação *online* levou ao lançamento da marca GoBulling, em 2007, o primeiro *broker* a praticar comissão de corretagem zero em todos os mercados Euronext.

Atualmente, o Banco Carregosa é uma instituição focada no segmento de banca privada. Presta serviços bancários e de investimento de excelência, de forma totalmente personalizada e especializada. Dirige-se a clientes que privilegiam, acima de tudo, a proteção do património, procurando alguma valorização através de um aconselhamento profissional e exclusivo, concebido para responder aos interesses e objetivos de cada cliente.

Honrando a sua história, o Banco assenta a sua atuação nos valores tradicionais da banca, no contato pessoal e personalizado, no conservadorismo na avaliação do risco, no conhecimento profundo da situação financeira e dos objetivos do cliente e no aconselhamento independente e profissional.

A oferta bancária dirige-se, essencialmente, a clientes particulares, providenciando serviços financeiros genéricos, soluções de poupança, gestão de ativos, execução (corretagem tradicional e *online*), incluindo a subscrição de fundos de investimento e custódia.

O Banco presta igualmente a clientes particulares, e suas famílias, um serviço de aconselhamento abrangente em matérias relacionadas com a gestão do património, incluindo apoio na definição e gestão do processo de investimento e na estruturação do património.

Para clientes que preferem utilizar exclusivamente o canal *online*, a GoBulling - Banco Carregosa *Online* é a área especializada em soluções de poupança e de investimento. Neste segmento, são os clientes que gerem o seu próprio património, sem necessidade de aconselhamento de gestão, mas para quem os avançados processos tecnológicos de negociação são imprescindíveis.

Embora essencialmente vocacionado para particulares, o Banco oferece um conjunto de soluções a investidores Institucionais e Empresas, incluindo soluções *corporate* e de gestão e cobertura de risco, execução e custódia, serviços de depositário de Fundos de Investimento de natureza diversa e serviços de liquidação e compensação no âmbito do MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade.

O Banco Carregosa tem sede no Porto, na Avenida da Boavista, e conta com duas agências em Lisboa e um escritório de representação em Madrid.

5.2. Principais Eventos de 2014

Janeiro

Janeiro de 2014 foi o mês em que se registou o maior número de aberturas de contas, desde a apresentação pública do Banco Carregosa. Este *record* surge após o lançamento do novo *site* em dezembro de 2013.

O seminário “Perspetivas para os Mercados Financeiros em 2014”, exclusivo para clientes de banca privada, realizou-se em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga.

O Banco Carregosa patrocinou a exposição “Rubens, Brueghel, Lorrain - A Paisagem Nórdica do Museu do Prado”, no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), aberta ao público entre dezembro de 2013 e março de 2014. A coleção de 57 obras exclusivas do Museu do Prado, de Peter Paul Rubens, Jan Brueghel e Claude Lorrain, teve como tema as paisagens pintadas pelos mestres flamengos e holandeses do século XVII.

Fevereiro

Realizou-se, no Porto, o seminário “Perspetivas para os Mercados Financeiros em 2014”, em exclusivo para clientes de banca privada.

Foi lançado o “Depósito Indexado Carregosa Ibéria”.

A GoBulling – Banco Carregosa Online patrocinou e coorganizou o jogo de bolsa “Trading Cup 2014”, em associação com a JEEFEUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Março

Início do ciclo de seminários e *workshops* para clientes da GoBulling – Banco Carregosa Online, com a realização em Lisboa do seminário “Investir no Mercado Doméstico”.

O Presidente da Comissão Executiva do Banco Carregosa foi orador na Conferência “Via Bolsa”, organizada pela Euronext-Lisbon, a 20 de março na Porto Business School, subordinada ao tema “Financiamento das empresas via mercado de capitais”. Esta conferência foi, igualmente, patrocinada pelo Banco Carregosa. A receita das inscrições da assistência reverteu a favor da “Associação Mundo a Sorrir”.

Abril

O Banco foi o principal patrocinador do “Portugal Open”, o maior evento de ténis do país, que se realizou no Jamor, entre 26 de abril e 4 de maio. Em edições anteriores o evento atraiu 40 mil visitantes.

Lançamento de dois depósitos a prazo indexados ao comportamento do índice Shiller CAPE Europe, os “Depósitos Indexados Carregosa Shiller Cape Europe”.

Maio

O Senhor Eng.º Paulo Sena Esteves é eleito membro do Conselho de Administração, na Assembleia-Geral de 28 de maio de 2014.

Junho

É lançado Depósito Indexado “Carregosa Ibéria julho 2016”.

Numa organização da produtora “Everything is New”, o Banco Carregosa patrocinou a exposição “Os Saboias – Reis e Mecenas, Turim 1730/1750”, que esteve em exibição no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, entre junho e setembro de 2014.

Julho

Em parceria com a Porsche, o Banco Carregosa convidou clientes e amigos para participarem no torneio “Golf Challenge III Porsche”, que se realizou a 5 e 6 de julho, no Vidago Palace.

A GoBulling - Banco Carregosa Online aparece como a escolha acertada para negociar no mercado de capitais, nos 5 critérios escolhidos pelo estudo independente da DECO – Defesa do Consumidor.

Setembro

O Banco Carregosa foi distinguido com o prémio de “Melhor em banca privada em Portugal”, pelo World Finance, uma publicação britânica de finanças e economia.

Foi lançado o “Depósito a Prazo Indexado Carregosa Espanha vs. Europa”.

Outubro

O Banco Carregosa realizou uma Oferta Pública de Subscrição (OPS) de Notes sobre o índice Finvex Sustainable & Efficient Europe 30 Price Return. As Notes foram emitidas pela SG Issuer e garantidas pela Société Générale (rating Moody's/S&P/Fitch: A2/A/A). A comercialização, em Portugal, foi exclusiva do Banco Carregosa.

Deu-se início à edição de 2014 do “Jogo da Bolsa”, numa organização conjunta com o Jornal de Negócios.

Novembro

O Banco Carregosa assegurou a sessão de Fiscalidade do ciclo de seminários “Young Professional Sessions”, organizado pela Euronext Lisbon.

Foi lançado, pela GoBulling – Banco Carregosa Online, um depósito a prazo específico para a quadra natalícia, o “DP Natal GoBulling - Juros Antecipados”.

Dezembro

A 5 de dezembro, realizou-se, em Lisboa, a conferência “Outlook-2015”, exclusiva para clientes de banca privada, no Hotel da Lapa. O orador convidado foi o Prof. Doutor Daniel Bessa. A 12 de

dezembro essa mesma sessão teve lugar na Biblioteca de Serralves, no Porto, tendo como orador convidado o Prof. Doutor António Costa Silva.

As plataformas GoBulling Pro, Pro Web e Pro Mobile, em parceria com o Saxo Bank, obtiveram, novamente, vários prémios internacionais ao longo do ano de 2014.

5.3. Política de Comunicação e Responsabilidade Social

Marcas e Comunicação

O nome Carregosa é indissociável do setor financeiro em Portugal. Além de ser uma das mais antigas casas financeiras da Península Ibérica, é um nome reconhecido no segmento da banca privada, desde que o Banco Carregosa iniciou atividade em 2008, e na área do mercado de capitais, onde a GoBulling já vem sendo líder, há mais de uma década, nalguns segmentos de negócio. As duas **Marcas** partilham serviços comuns, mas têm direções independentes e autónomas.

A marca “Banco Carregosa”, dirigida ao segmento de *private banking*, vive essencialmente das relações pessoais. Os clientes de banca privada são acompanhados de forma totalmente individual e personalizada, pelo seu *private banker*.

Os clientes da GoBulling – Banco Carregosa Online preferem a rapidez, a comodidade e a tecnologia avançada das plataformas de negociação. Privilegiam a autonomia na execução ao aconselhamento, embora tenham à disposição uma sala de mercados com *Traders* com largos anos de experiência de negociação.

Mas a GoBulling foi alvo de uma evolução recente. Reputada, há vários anos, como marca de corretagem *online*, é agora um fornecedor de mais informação, mais produtos e mais serviços. A GoBulling - Banco Carregosa Online expandiu a atividade para a oferta de produtos bancários *online* – os depósitos e aplicações juntam-se ao *portfolio* da negociação de todo o tipo de valores mobiliários, de qualquer praça do mundo. Muito brevemente será possível investir em fundos de investimento geridos por sociedades gestoras internacionais criteriosamente selecionadas pelo Banco. No que diz respeito a aconselhamento e recomendações de investimento, a GoBulling prepara-se para fornecer aos seus clientes informação produzida em exclusivo que vem complementar a informação já disponibilizada e produzida por peritos internacionais.

Só aparentemente a **Comunicação** de duas marcas pode ser conflituante ou gerar desafios difíceis. A prática mostra que é possível distinguir duas marcas e dois posicionamentos diferentes sob a mesma organização. O público, os clientes e a Comunicação Social não têm tido dificuldades em entender e distinguir estes dois conceitos.

Mas cada uma exige uma estratégia diferente: enquanto o segmento de Banca Privada responde mais facilmente à organização de eventos sociais, culturais, económicos ou lúdicos selecionados, procurando alguma visibilidade em ambientes restritos e muito específicos, a GoBulling - Banco Carregosa Online exige uma forte presença na internet, redes sociais e órgãos eletrónicos especializados em informação financeira.

A comunicação das marcas não dispensa a publicidade, embora em medidas bem distintas, com a GoBulling – Banco Carregosa Online a ter muito maior exposição publicitária.

O Banco Carregosa, por seu lado, só excecionalmente ocupa espaço publicitário. A sua exposição é feita, essencialmente, em espaço editorial, quer em órgãos nacionais de Comunicação Social (rádio, televisão, imprensa e internet), quer internacionais.

Em 2014, o Banco Carregosa e a GoBulling-Banco Carregosa Online foram geradores de 1.700 notícias na Comunicação Social nacional, gerando um AVE (*Advertising Value Equivalents*) de cerca de 8,840 milhões de euros.

O Banco Carregosa e a GoBulling – Banco Carregosa Online foram referidos por 95 órgãos de Comunicação Social nacionais. O número de pessoas que teve oportunidade de contato com as duas marcas (*Opportunities to see* - OTS) foi de 9,7 milhões. Do total de notícias, 49% foram emitidas em meios audiovisuais (rádio e televisão) e 51% em meios escritos (imprensa e internet). A percentagem de notícias positivas ou neutras foi de 100%. 72% das notícias foram difundidas por órgãos de comunicação de informação geral e 28% por órgãos especializados. Do total de notícias, a marca Banco Carregosa foi citada em 51% dos casos e a marca GoBulling em 49%.

Responsabilidade Social

O Banco Carregosa é uma instituição sensível às preocupações da sociedade e especialmente atenta aos problemas que afetam a comunidade em que se insere. Sistemáticamente, tem feito um esforço para corresponder a essas necessidades, sejam elas no campo da saúde, desporto, investigação ou cultura, quer se trate de projetos de âmbito local ou nacional.

Em 2014, o campo da **Saúde** e apoio a doentes foi um dos mais beneficiados pelo Banco Carregosa. Projetos relacionados com o cancro, doenças mentais, saúde infantil e saúde oral foram os escolhidos, de que se destacam os seguintes:

- O Banco Carregosa apoiou o Projeto PASOP (Projeto Ambulatório de Saúde Oral e Pública) da Universidade Fernando Pessoa.
- Patrocinou o concerto de Kátia Guerreiro a favor da Liga dos Amigos do Hospital São João. O evento de beneficência destinou-se à recolha de fundos.
- O Banco Carregosa foi uma das presenças fortes no “Chá no Yeatman”, um importante evento de *fundraising* do “Mama Help”, realizado em outubro, em Vila Nova de Gaia.
- Mais tarde, o Banco Carregosa foi o principal patrocinador do concerto “Douro, Tejo e Guadiana”, que se realizou a 27 de dezembro na Casa da Música, no Porto, cujas receitas reverteram integralmente a favor da “Mama Help”, uma organização sem fins lucrativos, com sede no Porto, que ajuda doentes de cancro da mama.
- O projeto “Walk & Run”, organizado pelo Colégio CLIP Porto, que visou a recolha de fundos para o Serviço de Pediatria IPO Porto foi apoiado pelo Banco Carregosa.
- Ainda na área do apoio a doenças oncológicas foi concedido patrocínio ao evento comemorativo do 50º Aniversário da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte, que se destinou à recolha de fundos.
- Foi concedido apoio ao 8º Aniversário da ENCONTRAR+SE, integrado nas Comemorações do Dia Mundial de Saúde Mental.

- Em dezembro, o Banco Carregosa decidiu apoiar a organização “MAKE-A-WISH Portugal”. Sem fins lucrativos, a MAKE-A-WISH” pretende concretizar desejos de crianças e jovens, entre os 3 e os 18 anos, com doenças graves, progressivas, degenerativas ou malignas.

Uma sociedade que pratica **Desporto** é uma sociedade mais saudável, mais fraterna e mais divertida. Daí que inúmeras iniciativas ligadas ao desporto, especialmente as vocacionadas para crianças e jovens, tenham merecido o apoio do Banco Carregosa:

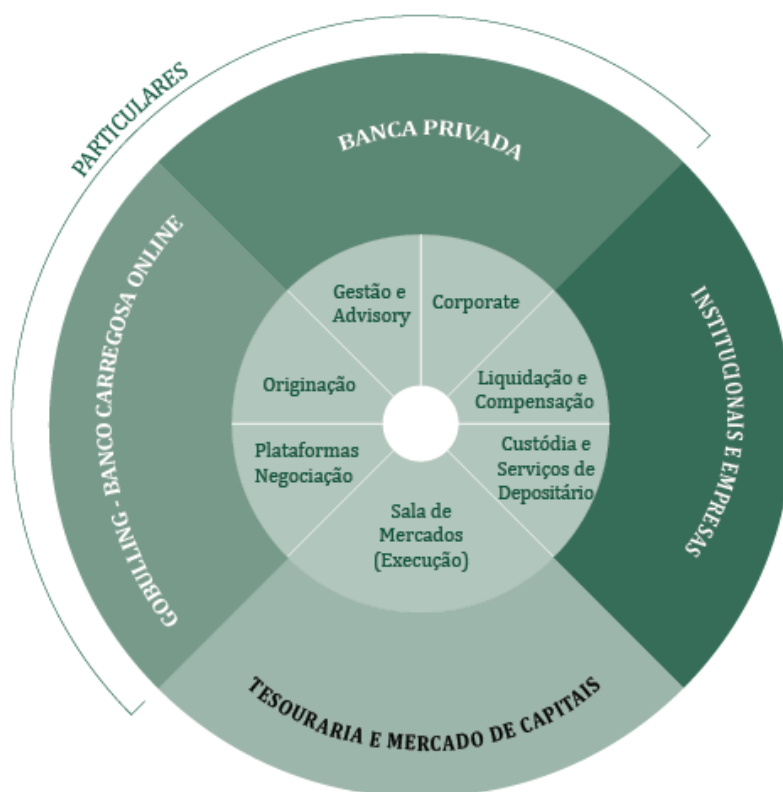
- Foi concedido um patrocínio ao atleta de Golf “João Maria Pontes” um dos jovens promessa do Golf Português.
- Na modalidade de automobilismo, foi concedido apoio à TEAM NOVADRIVER do Campeonato Nacional de Velocidade (CNV) e Circuito Internacional GT Open (Audi Sport Customer Racing).
- No âmbito do Campeonato Mundial de Tiro no Clube Caçadores do Porto, foi criada a Taça Banco Carregosa - Homenagem Dr. Paulo Duarte, antigo Administrador do Banco Carregosa.
- Foi apoiado o “AMB Volleyball Cup Espinho 2014”, evento promotor e dinamizador da prática desportiva pelos jovens (Miguel Maia e João Brenha).
- Em setembro, foi concedido um apoio financeiro à “Associação Desportiva e Recreativa da Pasteleira”.
- O apoio concedido ao “Colégio Pedro Arupe” visa contribuir para o sucesso de jovens esperanças do Rugby nacional que participam em todas as competições oficiais da Federação Portuguesa de Râguebi, no Torneio Colégios CUP, e em vários eventos a nível nacional.

A atenção que o Banco Carregosa dá à **Cultura** não é recente. Algumas iniciativas culturais já são apoiadas há vários anos. O Banco Carregosa é, por exemplo, Membro fundador da Casa da Música, estatuto que lhe foi atribuído em 2013. Embora mantendo alguns apoios constantes, houve o cuidado de privilegiar novas iniciativas:

- As crónicas do Arquiteto Luis Aguiar Branco, publicadas na revista “O Tripeiro” da Associação Comercial do Porto, mereceram o patrocínio do Banco Carregosa.
- Foi atribuído apoio à iniciativa, de pendor mais educacional, do “Dia da Internet Mais Segura (Safer Internet Day) 2014”, com vista à candidatura da “Fundação para a Ciência e a Tecnologia” ao financiamento do Programa CEF da Comissão Europeia.
- O Concurso de Jovens Músicos do Colégio Alemão do Porto, realizado em março, foi apoiado pelo Banco Carregosa.
- O Festival IN SPIRITUM - I Festival Internacional de Música e Contemplação na Cidade do Porto, que produziu sete concertos entre 23 e 27 de abril, foi apoiado pelo Banco Carregosa.
- O livro “Caminhar pelo Porto”, da autoria do Professor Germano Silva, editado pela Porto Editora, foi patrocinado pelo Banco Carregosa.

- O Banco Carregosa foi o mecenas cultural da exposição "SPLENDOR ET GLORIA - Cinco joias setecentistas de exceção", que teve lugar no Museu Nacional de Arte Antiga, uma produção da Everything is New.
- O livro "Casas e Palácio de Lisboa - Pedras D'Armas", de José António de Mello, Pedro Mascarenhas Cassiano Neves e Ana Luísa da Cunha Alvim (Fotografias), editado pela Scribe, foi patrocinado pelo Banco Carregosa.
- O Banco Carregosa foi mecenas cultural do Concerto de Abertura de Temporada da Gulbenkian.
- O Banco Carregosa patrocinou a organização do concerto de música clássica "Quarteto Costa", que se realizou, em dezembro, no Salão Árabe no Palácio da Bolsa no Porto.

5.4. Organização Interna e Segmentos de Negócio



Do ponto de vista orgânico, o Banco Carregosa assenta a sua atividade em três grandes áreas de negócio: **Banca de Particulares**, **Institucionais e Empresas** e **Tesouraria e Mercado de Capitais**.

Dirigida essencialmente a **Particulares** o Banco Carregosa tem como proposta principal a **Banca Privada**: uma banca assente na confiança, nos valores tradicionais, no contato pessoal, no conservadorismo na avaliação do risco, no conhecimento profundo da situação financeira e dos objetivos dos clientes e na capacidade de prestar um aconselhamento profissional na gestão de patrimónios. Caracteriza-se por um estreito relacionamento entre o cliente e os *private bankers* que,

por imposição da própria Administração, acompanham um número limitado de clientes, de forma a assegurar a excelência na prestação do serviço.

Para os investidores que privilegiam a liberdade de uma atuação autónoma, embora podendo contar com o aconselhamento de experientes profissionais de mercado, o Banco propõe, desde o final de 2013, a **GoBulling - Banco Carregosa Online**, que permite o acesso a uma variedade de produtos de poupança e investimento, bem como aos mais importantes mercados financeiros, através de modernas plataformas tecnológicas de negociação *online*.

O negócio de particulares é apoiado por uma área de produto responsável por todo o processo de investimento e de aconselhamento, assente numa abordagem por classes de ativos, combinando uma perspetiva fundamental (estratégica) e de *momentum* (tática). Partindo do conhecimento aprofundado do cliente, a esta equipa cabe o desenho de soluções de investimento ajustadas a cada cliente e a posterior seleção dos melhores investimentos disponíveis nos diferentes mercados para cada classe de ativos. Esta oferta é complementada pelo trabalho da equipa de **Originação**, que combina as perspetivas de mercado dos gestores do Banco com os perfis dos clientes, lançando produtos orientados para necessidades específicas.

Tendo por base a proposta de investimentos, o cliente encontra no Banco Carregosa três modalidades de atuação distintas, a que correspondem níveis diferentes de autonomia na gestão do seu património financeiro: mandatos de gestão discricionária, mandatos de *advisory* ou a mera execução e custódia.

A **gestão discricionária** é feita diretamente nas contas dos clientes, podendo ter por base Modelos de Gestão – estratégias de alocação ou estratégias específicas para determinadas classes de ativos, geridas de forma agregada – ou carteiras desenvolvidas à medida do cliente, sendo o posicionamento estratégico em tudo semelhante ao definido nos modelos de alocação de ativos, ainda que ajustado ao perfil e às convicções do cliente (por exemplo, excluindo-se ou incluindo-se ativos/setores em função da sua preferência).

Nos **mandatos de aconselhamento** (*advisory*) especialmente orientados para clientes que procuram ter um maior envolvimento na gestão do seu património, mas que valorizam um aconselhamento especializado e continuado para os auxiliar na estruturação das suas carteiras e na seleção dos melhores ativos e oportunidades, a gestão dos investimentos é feita pelo cliente em ligação com os nossos gestores profissionais.

Para os clientes que procuram tão só um serviço de execução de elevada qualidade, o Banco disponibiliza uma **Sala de Mercados**, assegurando, através de *Traders* experientes, o acesso a um conjunto alargado de praças e de instrumentos, providenciando uma execução rápida e outros serviços como, por exemplo, crédito para aquisição de instrumentos financeiros.

Além da oferta dirigida a clientes particulares, o Banco Carregosa presta um relevante conjunto de serviços especializados desenhados especialmente para **Institucionais e Empresas**.

O serviço de **Corporate** visa assessorar os clientes no processo de criação de valor dos seus negócios. Do leque de serviços disponíveis destacam-se o aconselhamento em parcerias estratégicas e em operações de fusões e aquisições.

Num contexto de retração da atividade de *trading* no mercado de capitais, e otimizando os recursos operacionais de que o Banco já dispõe, ao mesmo tempo que diversifica as áreas de negócio em que

atua, identificaram-se duas oportunidades que permitiram incrementar a oferta de serviços no segmento dos clientes Institucionais: serviços de Depositário de Fundos de Investimento e os serviços de Compensação e Liquidação no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) que se juntaram aos serviços de Execução e Custódia institucional, oferecidos desde longa data.

A área de **Tesouraria e Mercado de Capitais**, onde se inclui a gestão da carteira de investimentos do Banco, é essencial na atividade do Banco Carregosa, tendo nos últimos anos contribuído de forma significativa para a formação do produto bancário. A sua relevância estende-se à influência que exerce sobre a originação de produtos e soluções para clientes e, bem assim, à gestão da liquidez e das posições de cobertura de riscos.

5.5. Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros

Num plano macro, em 2014, a atividade económica global cresceu cerca de 3,3%, acelerando suavemente face aos 3,2% de crescimento real do PIB mundial em 2013.

Esta ligeira aceleração foi potenciada pelo crescimento dos EUA, com o auxílio da queda e manutenção das já baixas taxas de juro da Zona Euro, dos EUA e de várias outras regiões. Este crescimento, no entanto, foi limitado pelo abrandamento do crescimento das economias emergentes e pelas dificuldades relativas à crise da Zona Euro.

Num contexto internacional algo atribulado, a economia norte-americana cresceu 2,4%, acima dos 2,2% do ano anterior. A queda do preço do petróleo terá contribuído para a aceleração do crescimento no 2º semestre. Os EUA beneficiaram ainda da valorização do seu mercado acionista e da redução da taxa de desemprego de 6,7% para 5,6%. Em 2014, a inflação terá crescido mais 0,15% do que em 2013, mas ainda nuns modestos 1,6%.

A Zona Euro inverteu a tendência de contração do PIB real, que cresceu 0,8% em 2014, com algumas das economias em situação mais crítica a regressarem ao crescimento e com outras, como a Alemanha, a acelerarem o ritmo de crescimento verificado em anos anteriores.

Um dos catalisadores da Zona Euro terá sido a subida da procura interna em 0,8%, que sofria quedas há dois anos consecutivos. Ao mesmo tempo, ter-se-á verificado uma diminuição da taxa de desemprego em 0,5 p.p. para 11,4%. Pela segunda vez na história do euro, registou-se deflação na Zona Euro, com o índice a chegar a -0,2%, mesmo com uma desvalorização do Euro face ao USD, em 11,5%, ao longo de 2014 e que ajudou a conter uma maior queda da inflação.

Relativamente a Portugal, o encerramento do Programa de Assistência Económica e Financeira, em finais de junho, foi um momento importante, tal como a constatação da ocorrência de taxas de crescimento positivas em vários trimestres e um crescimento de 0,9% no global de 2014. Este crescimento real do PIB representa uma inversão da tendência de queda no indicador nos últimos três anos, em grande parte suportado por um crescimento de 2,3% da procura interna.

Já a Balança de Pagamentos deverá apresentar em 2014 um saldo negativo correspondente a 0,4% do PIB, mesmo com os ganhos de competitividade externa provenientes da desvalorização do Euro. Portugal viu ainda a ocorrência de deflação no global de 2014, fixando-se a variação do IPC nos -0,2%. Do lado negativo destaca-se, ainda, o elevado nível de endividamento (público e privado), uma elevada taxa de desemprego nos 13,5% (embora menor que em 2013), e uma desvalorização do principal índice bolsista em mais de 25%, entre janeiro e dezembro de 2014.

Mercados Financeiros

No geral, os principais índices de ações europeus e americanos valorizaram, ainda que menos do que no ano anterior, num período em que começou também o abrandamento do programa de compra de ativos por parte da Reserva Federal.

Índice	Rentabilidade	
	2014	2013
PSI 20	-36,67%	13,78%
CAC 40	-0,54%	15,24%
Euro Stoxx 50	1,19%	15,22%
IBEX 35	10,23%	22,84%
DAX 30	3,53%	17,64%
S&P 500	2,58%	20,31%

Os índices europeus tiveram um desempenho pior, registando valorizações mais modestas. Pelo terceiro ano consecutivo, as variações nos índices foram superiores às variações nos resultados das empresas, que chegaram mesmo a cair na Europa, traduzindo-se em nova expansão do múltiplo P/E (preço/resultados).

O melhor comportamento do mercado norte-americano pode ser parcialmente explicado pelas atuais margens das suas empresas, cerca de 2,2 p.p. acima da sua média histórica. Quanto ao desempenho europeu, este terá sido negativamente influenciado pela crise vivida em alguns países, que se traduziu numa evolução negativa de resultados (com as margens europeias abaixo da sua média histórica), e também pela desvalorização do Euro face ao USD, que terá motivado o investimento em ativos denominados em USD, por substituição de outros denominados em Euros.

Na generalidade, as obrigações apresentaram retornos positivos, ainda que abaixo do registado em anos anteriores. Tanto a dívida *investment grade* de longo prazo, como obrigações alemãs ou norte-americanas a 10 anos apresentam agora uma taxa de retorno real negativa. Mesmo os títulos *high yield* encareceram ao longo do ano.

Antevisão de 2015

Para 2015, as previsões apontam para uma ligeira aceleração do crescimento global, particularmente nos países desenvolvidos. No entanto, ao desagregar esse crescimento, a economia mundial pode apresentar registos muito díspares:

- Países emergentes afetados pelos efeitos da desaceleração do investimento chinês (que sustentou os preços da matérias-primas durante mais de uma década) irão, possivelmente, iniciar a crise a que escaparam em 2009. Enquanto algumas economias devem recuperar, como a Índia e o México, outras devem crescer menos, como a China, e outras ainda deverão mesmo entrar em recessão (Rússia e Brasil).
- Uma Zona Euro estagnada, numa situação cada vez mais semelhante à(s) década(s) perdida(s) do Japão. As previsões apontam para 1 a 1,1%, de crescimento económico da Zona Euro, com a inflação em queda, o que coloca pressão sobre o BCE para atuar de maneira a

impedir que se instale um cenário de deflação através de um programa de alívio quantitativo por parte do BCE.

- Os EUA a contrariar a restante situação mundial com um crescimento do PIB real de 3% e a dar indicações de que estão finalmente a entrar num ciclo virtuoso de crescimento autossustentável. Convém ter em conta que, a partir de meados de 2015, as taxas de juro americanas devem iniciar um novo ciclo de subida.

A luz ao fundo do túnel é a queda substancial do preço das matérias-primas o que irá, a prazo, ser benéfico para o poder de compra dos consumidores da maioria dos países desenvolvidos e para o crescimento do consumo privado, que terá impacto no crescimento do PIB. O reverso da medalha é o impacto sobre as economias exportadoras dessas matérias-primas (OPEP, Rússia, Angola...).

Quanto a Portugal, a previsão é de um crescimento na ordem dos 1,5% suportado tanto pela melhoria da dinâmica interna, em consequência do final do plano de austeridade, como da dinâmica externa, devido à desvalorização do Euro face a outras moedas e à retoma do mercado internacional mundial. Este crescimento, se igual ou superior ao estimado, e aliado a um saldo primário positivo, pode finalmente traduzir-se numa pequena diminuição do rácio dívida bruta/PIB.

Em 2015, os investidores devem centrar a sua atenção nos seguintes aspetos:

- Os efeitos do programa de alívio quantitativo do BCE na economia europeia;
- O desenrolar da situação grega e o consequente impacto nos mercados europeus (particularmente na banca), na cotação do Euro face a outras moedas e na perceção internacional dos restantes países europeus em dificuldades;
- O ritmo da redução de estímulos e a subida das taxas de juro, por parte da Reserva Federal dos EUA;
- A volatilidade das várias relações cambiais mais significativas, em particular as que envolvem o Euro, mas também o USD, a libra, o *yen* e o rublo russo;
- A evolução do preço do petróleo e consequentes efeitos nas diferentes economias e indústrias. Particular atenção para eventuais situações de instabilidade social em várias das economias emergentes, sobretudo as dependentes da exportação de matérias-primas.

Mesmo com todas as incertezas no plano macroeconómico, em particular na Zona Euro, com uma economia global a crescer perto dos 4%, certamente existirão boas oportunidades de investimento.

Os programas de estímulo económico, a recuperação do crescimento de vários países e as superiores expectativas de resultados empresariais devem gerar cenários interessantes de investimento. Não obstante, o investidor deve procurar escolher a melhor oportunidade de entrada.

Em relação aos investimentos de baixo risco, a convicção do Banco Carregosa é a de que as obrigações *Investment Grade* (de qualidade, sejam soberanas ou de empresas com balanços sólidos) estão sobreavaliadas, chegando mesmo a apresentar retorno real negativo. Já as obrigações *High Yield* ficaram ainda mais caras do que no início de 2014, pelo que também não se apresentam como oportunidade interessante.

O prémio de risco face às obrigações continua a ser o maior argumento para o investimento no mercado acionista. Além disso, a utilização de várias métricas fundamentais aponta para um PSI20 a desconto substancial face ao resto da Europa, onde se espera encontrar mais oportunidades do que nos EUA, pois beneficia agora de um estímulo cambial. Além disso, parte de uma baixa base de vendas e de margens comprimidas, ao contrário dos EUA que está a transacionar com múltiplos historicamente elevados (embora ainda longe de extremos) e já não beneficia do estímulo do “*Quantitative Easing*”, entretanto interrompido pela Reserva Federal.

5.6. Síntese da Atividade

Banca Privada

Em 2014, o departamento de **Banca Privada** manteve o seu enfoque no cliente, procurando prestar um serviço de acompanhamento personalizado, de forma independente, numa conjuntura particularmente complexa e com ocorrências nunca antes experimentadas.

A proximidade, a qualidade do serviço, as soluções inovadoras, com particular atenção às especificidades de cada cliente, e, sobretudo, a dedicação da equipa permitiram à área de Banca Privada um crescimento assinalável, aumentando em mais de 50% os ativos sob gestão e alargando, com significado, a base de clientes e o seu envolvimento com a instituição.

Os resultados alcançados permitiram a consolidação de relações entre os clientes e o banco, que tiveram à sua disposição em 2014 novas soluções de investimento, tirando partido de oportunidades oferecidas pelo mercado, numa ótica de diversificação de risco e aproveitamento de rentabilidade, mantendo sempre a especial preocupação na proteção de capital e segurança.

Procurou-se melhorar a qualidade da informação prestada tendo-se, nesse contexto, organizado sessões com especialistas e oradores convidados de renome, que deram uma visão enriquecedora sobre temas como os mercados financeiros, a fiscalidade, a conjuntura económica, as perspetivas para o desenvolvimento e crescimento económico global e a evolução dos preços das matérias-primas.

A aproximação aos clientes fez-se ainda pelo convite à participação num conjunto de iniciativas de promoção cultural ou eventos desportivos a que o Banco se associou, de que são exemplo o Portugal Open, Torneio de Golfe da Porsche, concertos InSpiritium no Porto e Gulbenkian em Lisboa, exposições no Museu Nacional de Arte Antiga e algumas ações de solidariedade.

GoBulling - Banco Carregosa Online

Este foi o primeiro exercício completo da **GoBulling - Banco Carregosa Online**, a plataforma *online* de banca especializada em soluções de poupança e de investimento, disponibilizada no sítio da internet www.bancocarregosa.com/gobulling.

O reposicionamento do canal *online* do Banco, iniciado no ano anterior, envolveu um maior investimento em recursos tecnológicos, a criação de novas linhas de produtos, a disponibilização de informação de suporte e reporte adicional, meios de contratação *online*, segurança das transações, difusão de informação, bem como um esforço adicional de *marketing*.

O Banco tem vindo a oferecer consistente e regularmente novos depósitos promocionais e depósitos indexados, revelando estes últimos um interesse crescente por parte dos investidores no atual contexto de redução acentuada das taxas de juro.

Em outubro de 2014, o canal *online* participou na colocação de uma *note* estruturada indexada ao índice Finvex S&E Europe 30.

O ciclo de seminários e *workshops* para clientes da GoBuling – Banco Carregosa Online, passou a ter periodicidade mensal, de forma a aumentar a informação e formação dos utilizadores das plataformas de negociação GoBuling.

Na vertente de negociação de instrumentos financeiros, continuam a ser relevantes o mercado doméstico de ações e a negociação de derivados, especialmente CFD's e Forex, segmentos que em 2014 foram particularmente desafiantes, seja pela forte desvalorização do mercado português em virtude dos incidentes relacionados com a resolução do BES, seja pelo intensificação do ambiente competitivo no negócio da corretagem em geral, o que se traduziu numa redução/manutenção das quotas de mercado nos principais segmentos em que o Banco opera.

Produto Financeiro:	Quota de mercado		
	2014	2013	2012
Ações - Total de Ordens	2,02%	2,40%	2,40%
Ações - Ordens Online	6,50%	8,10%	9,90%
Mercado a Prazo - Ordens Online	12,00%	11,00%	16,00%
Futuros	17,20%	6,40%	23,20%
Opções	98,20%	88,70%	95,80%

Perspetivando-se que a oferta base da **GoBuling - Banco Carregosa Online** esteja completa no primeiro semestre de 2015, só nessa ocasião se poderá avaliar convenientemente os resultados do reposicionamento operado, havendo, todavia, bons indicadores quanto ao alargamento da base de clientes e aos recursos captados líquidos, que registaram um crescimento no ano superior a 90% e 150%, respetivamente.

Originação e Gestão

O Departamento de **Originação e Gestão** continuou a apoiar a atividade das áreas comerciais, propondo a alocação de ativos, contribuindo para a elaboração das propostas de investimento segundo uma abordagem de plataforma aberta, assegurando as soluções de gestão e criando novos produtos para captar as oportunidades de investimento detetadas pela equipa.

Ao nível da **Gestão**, todas as estratégias geridas pelo Banco obtiveram desempenhos positivos, muito embora nas estratégias mais conservadoras os resultados tenham ficado aquém dos seus índices de referência. A estratégia de obrigações subiu 2,42% (o JPMorgan Credit Index subiu 8,51%), a estratégia de ações subiu 7,62% (o índice europeu subiu 4,10%) e estratégia alternativa subiu 3,42% (a Euribor 6M deu uma rentabilidade de 0,31%). De igual modo, os fundos de terceiros selecionados pela equipa de gestão obtiveram, em média, resultados acima dos respetivos índices comparáveis.

No que diz respeito à **Originação**, o trabalho iniciado em 2014 foi consolidado. Foram lançados seis depósitos indexados, vinte e quatro emissões de *notes* estruturadas em colocações privadas e liderada uma oferta pública de uma *note* estruturada.

Desta forma, foi possível disponibilizar aos clientes uma oferta de produtos muito abrangente, quer ao nível dos ativos de risco, quer ao nível do retorno ponderado pelo risco.

O Banco Carregosa foi pioneiro em Portugal na oferta de alguns novos produtos de investimento utilizando estratégias quantitativas, quer através da oferta de depósitos indexados tendo por subjacente o índice Barclays Shiller CAPE Europe, quer pela comercialização de uma *note* estruturada indexada ao índice Finvex S&E Europe 30.

Em 2015, o Departamento de **Originação e Gestão** continuará empenhado em (i) mostrar consistência nos resultados, que é o principal fator de sucesso no longo-prazo, (ii) dinamizar o serviço de recomendações de investimento e (iii) reforçar a qualidade dos novos produtos estruturados/depósitos indexados, assegurando uma dinâmica de oferta com propostas de valor diferenciadas. Além de que pretenderá aproveitar o aumento esperado da volatilidade dos mercados, em benefício dos clientes e sempre com a preocupação fundamental de proteção do seu património.

Tesouraria e Carteira Própria

O ano de 2014 foi para a gestão da carteira própria e tesouraria do Banco Carregosa um ano de enormes desafios. A diminuição dos retornos obtidos nas aplicações de tesouraria e da carteira de obrigações foi acompanhada pelo aumento da incerteza quanto à evolução das taxas de juro e pelo aumento assinalável do risco.

Em Portugal, o impacto dos problemas financeiros no Grupo Espírito Santo, que levaram às dificuldades e intervenção do Fundo de Resolução no BES, com repercussões na Portugal Telecom, arrastando o mercado acionista português para terreno negativo, e lá fora, as incertezas na Grécia quanto ao resultado das eleições no início do ano, os escândalos de corrupção envolvendo empresas brasileiras, são alguns dos exemplos de ocorrências que aumentaram o risco dos investimentos de carteira em 2014.

Ao contrário do que seria de esperar, o aumento da incerteza não foi acompanhado por um aumento do retorno das aplicações. As intervenções do BCE nos mercados, comprando dívida soberana e injetando liquidez no mercado via operações de refinanciamento, provocaram uma inflação do preço dos ativos e, conseqüentemente, um menor retorno para os investidores.

Perante um cenário de diminuição do prémio, aumento do risco e redução do retorno das aplicações, o Banco optou por reduzir o volume de carteira própria e diminuir os financiamentos junto do BCE em 66 milhões de euros. O Banco Carregosa manteve níveis de liquidez confortáveis e adequados à sua atividade.

Neste contexto adverso, o ano fica irremediavelmente ligado ao impacto que a medida de resolução aprovada em reunião extraordinária do Conselho de Administração do Banco de Portugal, realizada em 3 de agosto de 2014, teve no Banco Carregosa. Apoiado nas declarações das autoridades portuguesas que, por diversas vezes e através de diversos altos responsáveis, vincaram a mensagem de que os problemas se cingiam à esfera do Grupo Espírito Santo e que estaria criado um "anel de segurança" ("*ringfencing*") em torno do Banco Espírito Santo, o Banco Carregosa assumiu na carteira própria exposição a dívida subordinada do Banco Espírito Santo, ainda no decorrer do mês de julho

e até à intervenção administrativa mencionada. Tendo esses ativos transitado, no âmbito da medida de resolução aplicada, para o “Banco Mau” e sendo a probabilidade da sua recuperação diminuta, o Banco optou por reconhecer imparidades no valor de 4,5 milhões de euros, que foram determinantes para o resultado do ano.

É ainda de salientar o incremento do volume de crédito concedido, traduzindo uma maior atenção a oportunidades neste segmento de atividade, apresentadas, na sua maioria, por clientes de Banca Privada e com um perfil de risco baixo. Neste contexto, em 2014, foram realizadas duas operações de aquisição de créditos vencidos que ascenderam a €10.114.385, uma das quais, no valor de €6.391.870, ainda figurava no balanço a 31 de Dezembro, representando cerca de 93% do crédito vencido à data.

Na área de pagamentos, deu-se ainda início ao processo de adesão à rede SWIFT, que deverá estar concluído no 1º semestre de 2015. Ao aceder a este sistema internacional de transações pretende-se assegurar uma maior eficiência e rapidez na execução das diversas operações, bem como um papel mais ativo do Banco na execução das mesmas. Por outro lado, permite abrir um maior leque de serviços a prestar aos clientes no âmbito das suas relações internacionais.

Outros Serviços

Custódia e Serviços de Depositário de Fundos de Investimento

O Banco Carregosa terminou 2014 prestando serviços de depositário a quatro fundos de investimento, acrescentando um fundo de capital de risco aos fundos imobiliários registados em períodos anteriores. O valor líquido global dos referidos fundos ascende a cerca de 40 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 28% face ao valor de final 2013. Esta atividade deverá continuar a observar um crescimento durante 2015.

No que à Custódia diz respeito, estão em curso alguns projetos que certamente elevarão a qualidade dos serviços prestados nesta área, designadamente a ligação à rede SWIFT, o acompanhamento da migração para a “TARGET2-Securities”, uma plataforma única para a liquidação de títulos em moeda de banco central que visa uma maior integração dos mercados de títulos na Europa, para a qual o mercado português migrará em 2016, e a candidatura à obtenção de estatuto de Qualified Intermediary junto do Internal Revenue Services dos E.U.A., deverá permitir a clientes com investimentos em ativos norte-americanos beneficiar automaticamente de taxas de imposto reduzidas aquando dos pagamentos dos respetivos rendimentos.

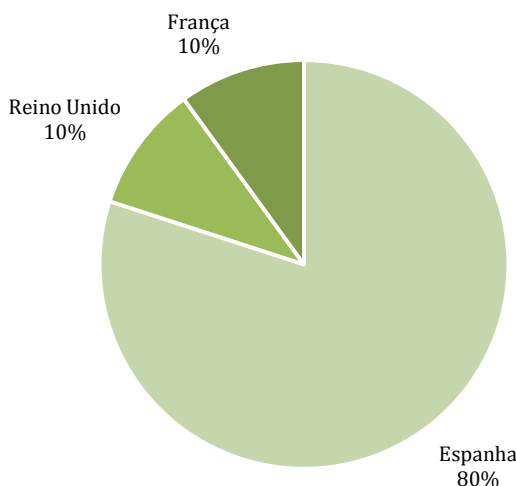
Compensação e Liquidação no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL):

Os mercados da energia terão, nas próximas décadas, enormes necessidades de financiamento - a AIE antevê uma necessidade global de 48 triliões de USD até 2035. Na Europa e em Portugal, em particular, o processo de descarbonização da economia assentará, necessariamente, em processos carentes de elevado investimento.

Ciente do papel fulcral da energia na agenda política e económica e tirando partido da sua grande capacidade de incorporar realidades de mercado muito diversas, o Banco iniciou, em 2013, a sua atividade como membro compensador do mercado ibérico de derivados de eletricidade. Este estatuto, partilhado com bancos de primeiro nível, deu-lhe acesso a uma nova linha de negócio e de relacionamentos.

Num mercado, gerido pelo OMIP e pela OMIClear, que cresceu quase de 20% em volume compensado e liquidado, atingindo os 102 TWh, cerca do dobro do consumo português de eletricidade, o Banco tem já 10 clientes, todos eles não residentes, ocupando o segundo posto aferido pelo número de membros deste mercado servidos.

Origem dos Clientes



Os volumes intermediados pelo Banco tiveram também um crescimento de 10% face ao ano anterior, e consolidaram-se novos projetos como os leilões conjuntos de capacidade de interligação Portugal-Espanha, os leilões dos Produtores em Regime Especial e o lançamento do mercado de Opções em complemento dos Futuros, Forwards e Swaps já existentes. Foi também um ano de importantes mudanças ditadas, em boa parte, pela aprovação da OMIClear no âmbito do EMIR.

Para 2015 antevê-se que o ritmo de crescimento do mercado de eletricidade se mantenha e surjam novos projetos, designadamente o mercado ibérico de gás natural, iniciativa em que o Banco se encontra fortemente empenhado.

Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno (SCI) desempenha um papel fundamental no Banco Carregosa, visando, designadamente, o efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que o Banco está sujeito, bem como uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando desta forma a sua estabilidade e continuidade.

O SCI do Banco Carregosa assenta em três unidades: Risco, *Compliance* e Auditoria Interna. Estas reportam diretamente à Comissão Executiva do Conselho de Administração, que se empenha na promoção de um ambiente e cultura de controlo interno, sustentados em elevados padrões de ética e de integridade.

O Departamento de **Risco** assegura a aplicação do sistema de gestão de riscos, avaliando quantitativa e qualitativamente todos os Riscos a que o Banco se encontra sujeito. É também responsável pela elaboração e apresentação de reportes periódicos, destinados a informar os órgãos sociais competentes e entidades reguladoras sobre temas relativos à gestão de riscos.

O **Compliance** tem a seu cargo o controlo do cumprimento das obrigações legais e deveres a que o Banco se encontra sujeito. Para esse efeito, garante um acompanhamento regular dos normativos legais e regulamentares publicados, disseminando-os pelos Departamentos relevantes e colaborando na definição e implementação de procedimentos a adotar. No atual contexto de crescente regulação da atividade financeira, melhor detalhada abaixo, esta unidade tem também vindo a contribuir para a definição do plano de formação dos colaboradores, bem como a desenvolver ações de formação interna ministradas pelo próprio departamento.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o **Compliance** assume um papel fundamental, sendo responsável pela definição dos mecanismos de controlo e deteção de operações suspeitas.

A **Auditoria Interna** desempenha, sobretudo, um papel de monitorização. Tendo em consideração os riscos a que se encontra sujeito o Banco e a sua atividade, a Auditoria Interna define um plano de ações de controlo, que permita examinar as atividades, processos e sistemas, de forma a aferir sobre a adequação e eficácia do SCI, emitindo, sempre que se justifique, recomendações baseadas nos resultados das análises efetuadas. As principais deficiências detetadas e o cumprimento das recomendações emitidas são objeto de reporte aos órgãos sociais competentes.

O aumento da **Regulação** tem assumido uma crescente relevância no setor financeiro, com impactos transversais nas organizações que o integram, afetando entre outros, o modo como o Banco se relaciona com os clientes e os sistemas de informação que servem de base à prestação dos serviços bancários. Atendendo às funções das unidades de estrutura que compõem o Controlo Interno, alterações na Regulação têm impacto decisivo na atividade dos Departamentos.

Em 2014, são de destacar os seguintes normativos:

- **Aviso do Banco de Portugal nº 5/2013** – Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento de terrorismo - Regulamenta as condições, mecanismos e procedimentos necessários ao efetivo cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, no âmbito da prestação de serviços financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. A entrada em vigor deste normativo, que ocorreu a 16 de fevereiro de 2014, aumentou a exigência dos requisitos necessários para a abertura de contas bancárias, bem como das medidas de vigilância a clientes e reporte de atividades suspeitas. Nessa medida, foi necessário efetuar alterações em alguns procedimentos do Banco e no sistema de suporte à atividade, tendo sido ministrada formação específica sobre a temática.
- **Foreign Account Tax Compliance Act - FATCA** - Aprovado a 18 de março de 2010, como parte integrante do *Hiring Incentives to Restore Employment Act*, entrou em vigor a 1 julho de 2014. O objetivo primordial do FATCA é a prevenção da evasão fiscal de sujeitos passivos norte-americanos, não isentos de imposto, em relação aos rendimentos obtidos fora dos Estados Unidos. As regras previstas na lei requerem que as entidades financeiras estrangeiras (FFI's) assumam um compromisso formal perante o *Internal Revenue Service* (IRS) dos EUA, direta ou indiretamente via as autoridades fiscais nacionais (formalizado pela assinatura de um Acordo Intergovernamental, IGA), tornando-se FFI participantes, no âmbito do qual procedem à identificação e reporte anual de todas as contas dos seus clientes norte-americanos (cidadãos ou residentes).

Embora Portugal ainda não tenha assinado o IGA (Modelo 1) com os EUA, o mesmo está acordado em termos substanciais, pelo que Portugal irá beneficiar de tratamento equivalente aos países que já assinaram o acordo bilateral. Em termos práticos, esta legislação afetou os requisitos de abertura de conta, alterou as regras de retenção nos rendimentos recebidos e introduziu novas obrigações de reporte, que deverão iniciar-se já em 2015.

- *European Market Infrastructure Regulation – EMIR* - O Regulamento nº 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012 regula os derivados de balcão (*Over the Counter* ou OTC). Tendo em vista uma maior transparência do mercado, por forma a reforçar a sua estabilidade, o EMIR prevê, entre outros, que se efetue o reporte das transações de derivados a Repositórios de Transações autorizados, processo que teve início a 12 de fevereiro de 2014.
- *Regulamento da CMVM nº 2/2012 - Produtos Financeiros Complexos (PFC's)* - Na sequência da entrada em vigor, em 2013, do Regulamento da CMVM nº 2/2012, foram aumentados os requisitos de prestação de informação aos clientes e à CMVM, o que motivou, em 2014, a continuidade do processo de aprovação junto da CMVM de documentos “Informações Fundamentais ao Investidor” e o envio a essa mesma entidade, no âmbito da Instrução da CMVM nº 3/2013, de informação relativa à comercialização, contínua ou parcial, de produtos financeiros complexos

Recursos Humanos

A Gestão de Talento do Banco Carregosa tem procurado acompanhar a estratégia da organização.

Esta estratégia passa pelo crescimento prudente e sustentado da organização e dos seus recursos, nomeadamente os seus recursos humanos, apostando no desenvolvimento de talentos com competências diversificadas, capazes de acompanhar a elevada especialização e diversificação do modelo de negócio do Banco Carregosa.

A flexibilidade e a capacidade de adaptação às constantes modificações no setor são também características desejáveis e uma prioridade em questões de desenvolvimento.

A Gestão de Talento tem como principais objetivos atrair, desenvolver e reter o melhor talento na organização, através da criação de condições para que os colaboradores se sintam motivados a explorar todo o seu potencial, com uma atitude positiva e construtiva, levando-os a desejar permanecer na organização.

São assim objetivos do Departamento de Recursos Humanos:

- Atrair e selecionar o melhor talento existente no mercado de trabalho do setor financeiro;
- Desenvolver o potencial dos ativos humanos existentes;
- Reter os melhores talentos existentes na organização.

Deste modo, 2014 foi um ano de consolidação de processos explorados nos últimos anos, fulcrais ao desenvolvimento de competências chave ao negócio bancário. Entre estes processos salienta-se a formação, a avaliação de desempenho e a otimização da gestão de benefícios.

Apesar de, entre 2012 e 2013, se ter verificado uma ligeira diminuição no número de colaboradores, no final de 2014 verificou-se um reforço tanto das equipas no Porto como em Lisboa, com especial enfoque nas equipas comerciais. Desde a passagem a Banco, em 2008, a estrutura tem-se mantido coesa e com um crescimento sustentado, sendo a antiguidade média de 6 anos.

Evolução do Quadro de Pessoal

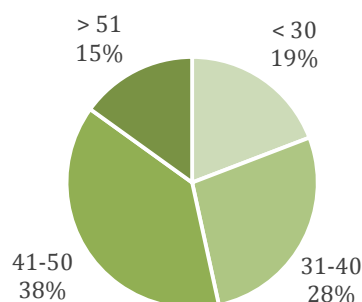
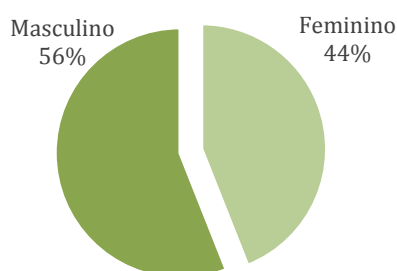
Período	Dez. 2014	Dez. 2013
Sede	56	50
Lisboa	17	14
Espanha (escritório de representação)	2	2
Total	75	66

O quadro de pessoal do Banco Carregosa dispõe de colaboradores com elevado potencial, competências adequadas às suas funções, experiência no setor bancário e qualificações acima da média (71% dos colaboradores possui formação superior).

Relativamente à distribuição dos colaboradores por género, manteve-se a tendência de equilíbrio. A percentagem de colaboradoras do sexo feminino era, no final de 2014, igual ao período homólogo, ou seja, de 44%, e o rácio Homem/Mulher de 1,3.

A média de idades dos colaboradores é de 42 anos.

Distribuição por Género e Faixa Etária



6. ANÁLISE ÀS CONTAS

6.1. Contas Individuais

No ano em análise, o Banco obteve resultados líquidos positivos de €36.742 que, comparado com os €7.049.164, igualmente positivos de 2013, representa um decréscimo de 99%. A diminuta expressão dos resultados anuais, se por um lado manteve, no primeiro semestre de 2014, uma rentabilidade média equivalente ao ano anterior, aproveitando as oportunidades de negócio e a evolução ainda favorável dos preços das obrigações do tesouro português, por outro, no segundo semestre, os efeitos da intervenção do Banco Central no Banco Espírito Santo, provocou uma inversão significativa nos resultados acumulados no período, em resultado da exposição do Banco a estas duas Entidades, traduzida no registo de imparidades que, no seu conjunto, representaram €4.525.211.

Os principais indicadores de desempenho encontram-se no quadro “**Síntese de Indicadores**”, que traduzem como principais destaques da evolução do Banco em 2014:

O **Ativo Líquido** diminuiu 13%, para cerca de 199 milhões de euros, como resultado da redução significativa da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, em parte compensada pelo aumento do volume de crédito e por outras aplicações em Instituições de Crédito. Os capitais próprios regrediram 12% face ao ano anterior, embora seja de considerar a variação de cerca de 7 milhões de euros de resultados positivos, entre os dois últimos exercícios.

	2014	Var %	2013	2012
Total do Ativo Líquido	€198.683.075	-13%	€228.858.967	€256.599.162
Capitais Próprios	€33.959.415	-12%	€38.657.129	€32.726.801
Fundos Próprios	€34.928.377	5%	€33.298.095	€26.049.628

No que diz respeito ao **Crédito a clientes**, verificou-se uma maior apetência para esta área de negócio, o que justifica, em termos líquidos, um crescimento de 31,73% (+ 12.390 m€). Nesta análise haverá que considerar a compra, a uma Instituição Bancária não residente, de um crédito vencido no valor de 6.392 m€ cuja aquisição se situou em 1.772 m€. A imparidade relacionada representou 4.620 m€. A esta operação está associado um contrato-promessa e uma garantia financeira para cessão deste mesmo crédito no início de 2015. O Banco não alterou a sua política de concessão de crédito, quer no que respeita à sua tipologia, finalidades e garantias associadas. Retirando o efeito desta última imparidade, verifica-se que os níveis de crédito vencido e o seu provisionamento se mantêm ao nível dos anos anteriores.

	2014	Var %	2013	2012
Crédito Vencido / Crédito Concedido	13,39%	4080%	0,29%	0,38%
Crédito Vencido / Ativo Líquido	3,47%	6243%	0,05%	0,06%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	42,74%	4%	41,25%	51,02%
Crédito Concedido / Ativo Líquido	25,89%	52%	17,19%	15,48%

Os **Recursos de Clientes** mantiveram o crescimento sustentado, já verificado em 2013, representando agora uma variação positiva de 26,55% (+25.246 m€). Contribuíram para este crescimento, a abertura de novas contas decorrentes do lançamento do novo *site* em dezembro de

2013, canalizando recursos para contas à Ordem que justificam uma evolução positiva de 43,23% e para contas a prazo de 17,91%, beneficiando as últimas da oferta de produtos inovadores de depósitos indexados.

No que concerne aos **Resultados**, destaca-se a Rendibilidade Média dos Capitais Próprios, no triénio 2012-2014, de 15,12%, fruto dos bons resultados obtidos nos dois últimos exercícios.

Rendibilidade	2014	Var %	2013	2012
Rendibilidade de Ativos Médios (ROA)	0,02%	-99%	3,09%	4,15%
Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE)	0,10%	-100%	20,07%	26,95%
Produto Bancário/ Ativo Líquido Médio	5,57%	-33%	8,33%	10,43%

O **Produto Bancário** atingiu cerca de €13 milhões, valor inferior ao alcançado em 2013 (-33%). Esta redução fica a dever-se a uma queda de 23% na Margem Financeira para €3,7 milhões, por via de uma diminuição dos proveitos, em resultado da alienação de parte da Carteira de Ativos Disponíveis Para Venda, com impacto muito expressivo nos Resultados de Operações Financeiras e nos juros.

As **Comissões Líquidas** apresentam um crescimento assinalável (+48%), fruto do aumento da atividade de gestão de ativos, de serviços prestados de assessoria financeira, das receitas de áreas de negócio jovens como as de depositário de fundos de investimento e de compensação e liquidação no MIBEL, da maior eficiência na cobrança de serviços tradicionais do Banco e na prestação de garantias bancárias de volume assinalável.

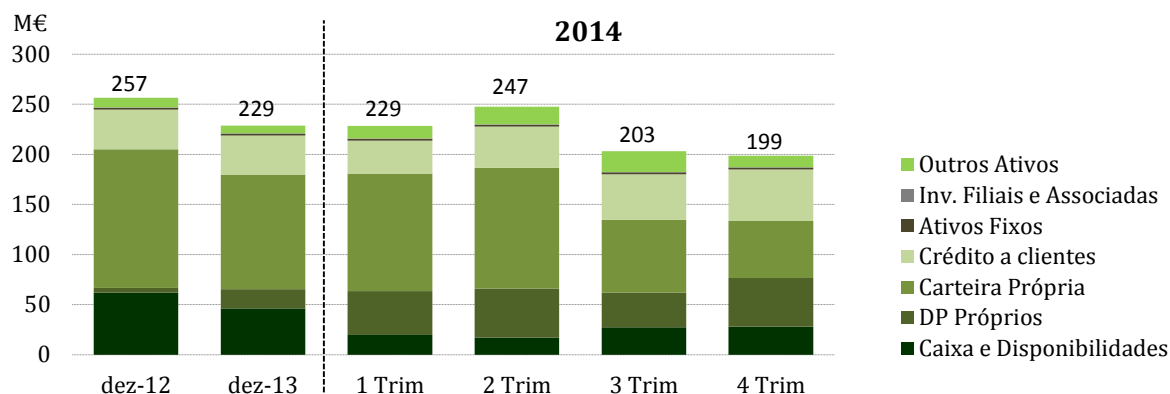
Os **Resultados em Operações Financeiras**, com uma variação negativa de 53%, são o reflexo da exposição ao Banco BES e do redirecionamento da política de investimento da carteira de títulos do Banco, quer por alienações e transferências entre carteiras, quer por novas aquisições.

O **Resultado Líquido** apurado em 2014 no valor de €36.742 reflete, assim, o que se expressa no ponto anterior. Expurgado esse efeito negativo, teríamos um valor de capitais próprios ao nível do ano anterior, mesmo considerando a distribuição de resultados entretanto ocorrida.

	2014	Var %	2013	Var %	2012
Produto Bancário	12.709.606	-33%	18.990.837	-20%	23.782.357
Margem Financeira	3.727.904	-23%	4.821.917	-48%	9.341.312
Comissões Líquidas	4.009.905	48%	2.716.726	-11%	3.045.263
Resultados de Operações. Financeiras (Líquido)	5.042.293	-58%	12.032.793	2%	11.786.661
Resultado Líquido	36.742	-99%	7.052.287	-25%	9.463.904

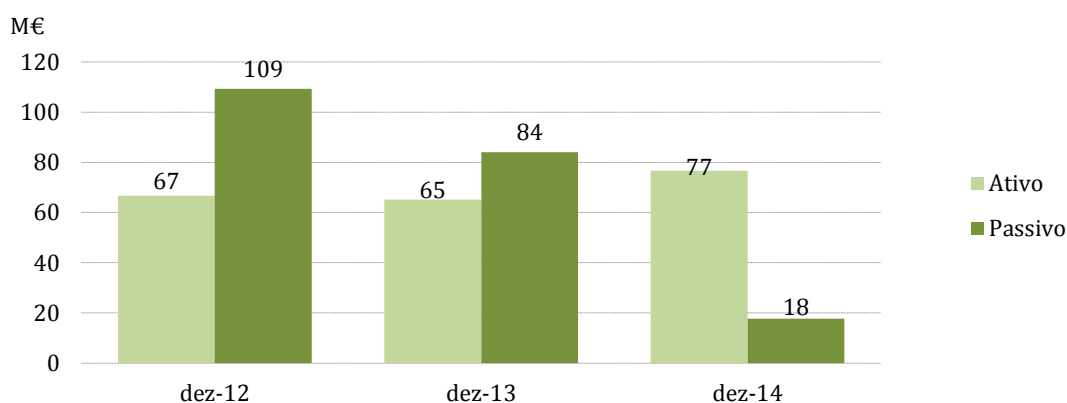
A **Solidez Financeira** manteve-se, tendo o Rácio de Solvabilidade (Tier I) atingido os 19,25%, muito acima do nível mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

Composição do Ativo

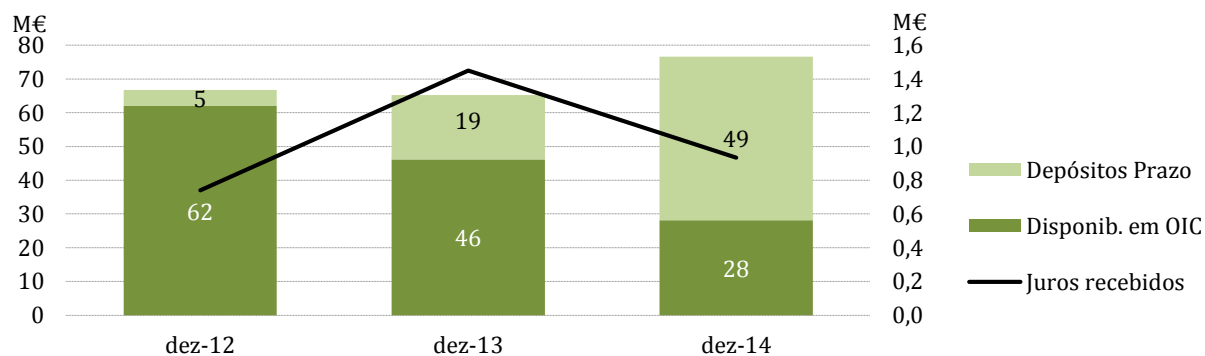


O **Ativo líquido do Banco** ascendeu a 198.683 m€. Ao nível da sua composição, podemos registar um aumento da importância relativa das componentes de elevada liquidez face aos instrumentos financeiros detidos em carteira. A variação negativa registada, tendo como referência os dois últimos exercícios, são o resultado de condições menos favoráveis no mercado.

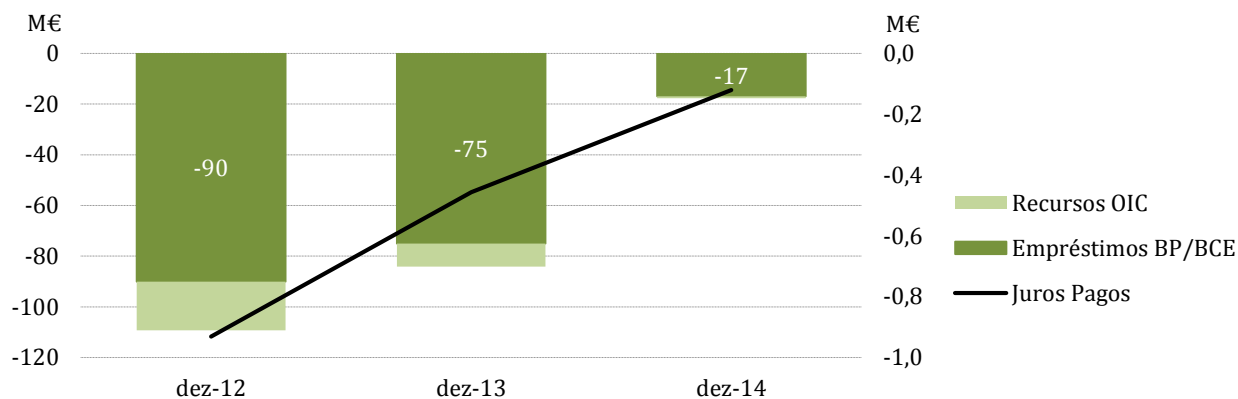
Evolução da Liquidez Agregada



Liquidez - Ativo

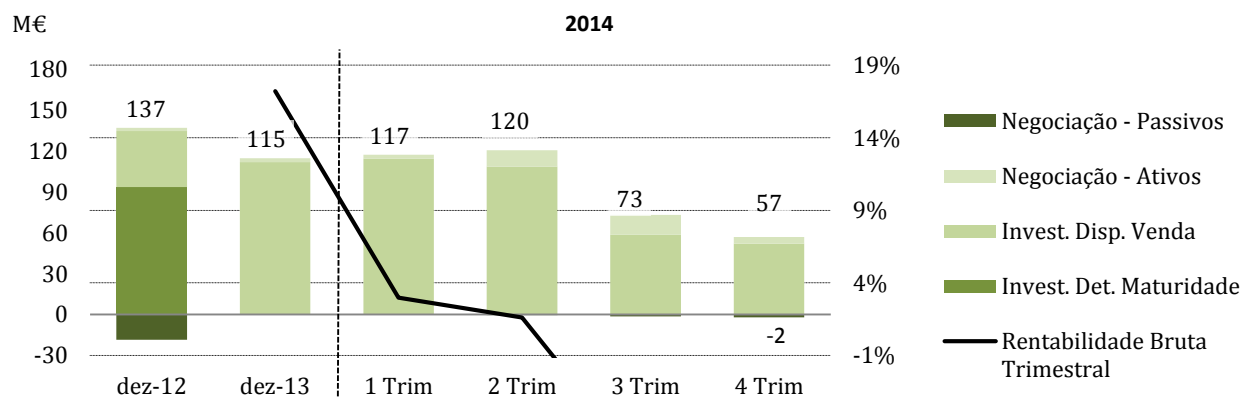


Liquidez - Passivo



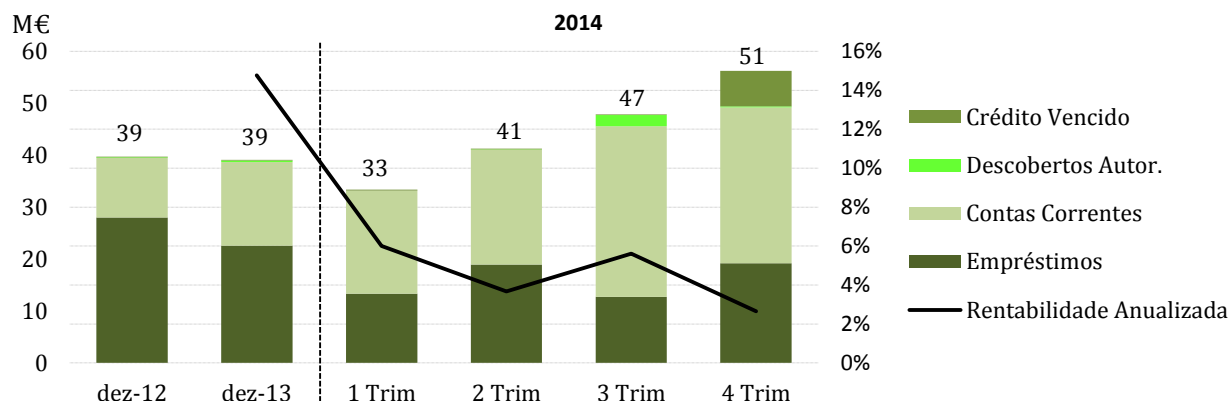
O financiamento do ativo está a ser assegurado pelo recurso a fontes de financiamento estáveis (financiamento com prazo igual ou superior a 2 anos e capitais próprios que, no seu conjunto, representam 25,7% do ativo).

Evolução da Carteira



As carteiras de títulos do Banco (investimentos e negociação) representam, por si só, 28,6% do ativo líquido que compara com os 50% de 2013. Em valores agregados e absolutos, para cada um dos anos, situou-se nos 56 e 114 milhões de euros, respetivamente (excluindo os passivos de negociação).

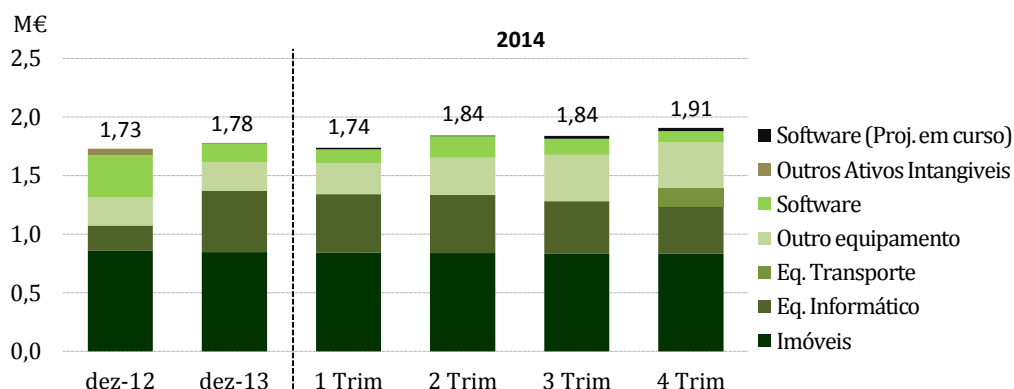
Evolução da Carteira de Crédito



A carteira de crédito, após uma estabilização em 2013 (0% relativamente a 2012), em contraciclo com a escassez do mercado, sofreu em 2014 uma nova dinâmica em parte devido à procura e a uma maior abertura para encarar operações de crédito por parte do Banco. Esta carteira, de características próprias e finalidades específicas, comporta contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial, embora o Banco não conceda crédito à habitação e ao consumo. Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respetivos devedores ou garantes.

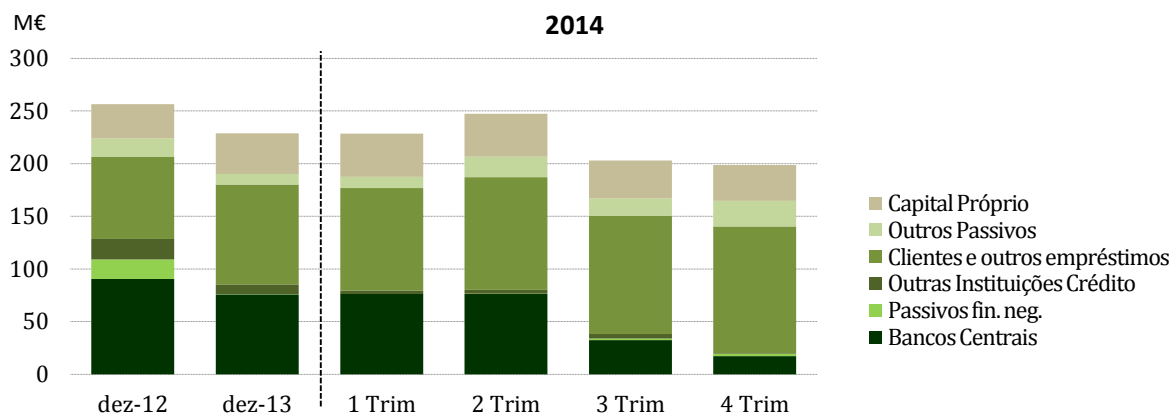
As garantias imobiliárias são objeto de reavaliação periódica, por técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que refletem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários, a natureza dos imóveis, o potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras. As novas operações de crédito foram, essencialmente, concedidas a clientes com um perfil de risco reduzido. Em resultado desta política, o Banco não apresenta valores significativos na sua carteira de crédito vencido (capital e juros vencidos), representando, em 2014, €229.224 de provisionamento (excluindo a imparidade do crédito vencido adquirido a uma Instituição de Crédito no valor de €4.620.018). As provisões para Riscos Gerais de Crédito, em resultado da evolução do crédito normal, sofreu um crescimento de 170%, situando-se em €857.617 no final de 2014.

Ativos Fixos - Valor Líquido



Os Ativos Fixos, em termos líquidos, apresentam uma variação anual de +14,46%, na sua maior expressão justificada pela aplicação das amortizações integrais no equipamento de transporte em 2013 e nas novas aquisições em 2014.

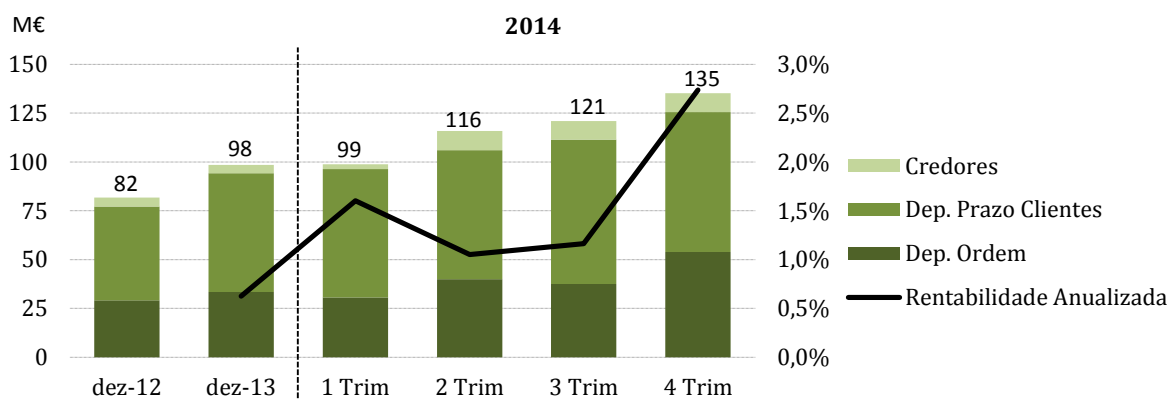
Composição do Passivo e Situação Líquida



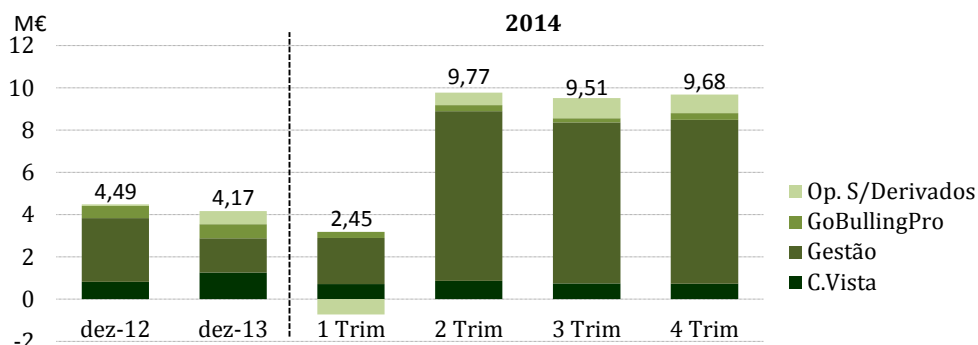
O **Passivo** apresenta um decréscimo global de -15,47% que compara o valor de 190.202 m€ de 2013, sendo de assinalar uma queda acentuada nos Recursos de Bancos Centrais (-77,33%) e nos Recursos de Outras Instituições de Crédito (-1.215%), totalizando, nestas duas componentes, uma variação negativa de 67.189 m€. Inversamente, os Passivos Financeiros Detidos Para Negociação apresentaram variações positivas de +1.939% e os Outros Passivos de +160,20%, contribuindo, assim, com uma variação positiva de +16.424 m€.

Na vertente da **Situação Líquida**, os capitais próprios evidenciaram uma evolução negativa de mais 4,6 milhões de euros, em função direta da política de incorporação dos resultados líquidos do exercício anterior, após distribuição de dividendos no valor de 1,5 M€, da reavaliação negativa da sua carteira de investimentos e da reduzida expressão do Resultado do próprio exercício.

Evolução dos Recursos Captados de Clientes

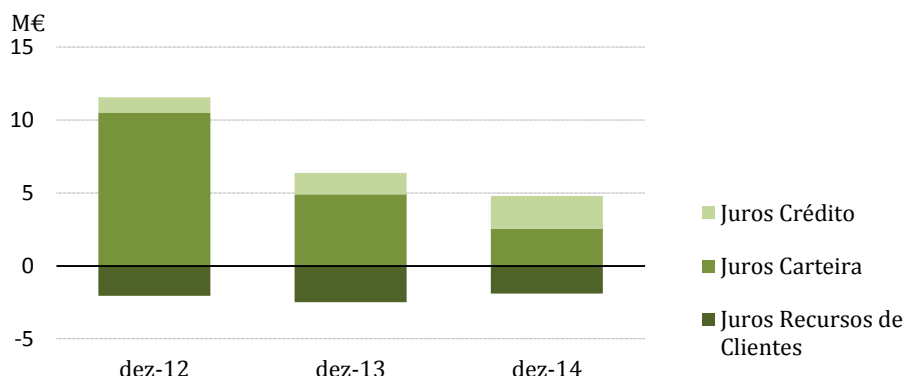


Credores por Tipo (detalhe)



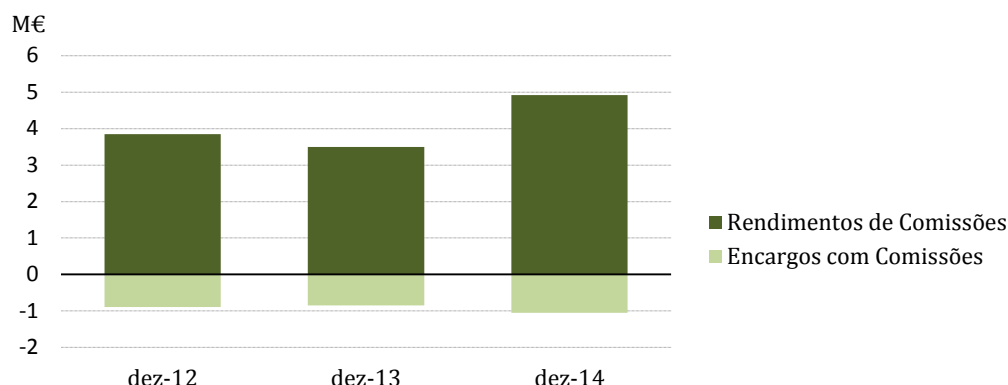
Os recursos captados junto dos clientes, no seu conjunto, apresentam um crescimento significativo (+37,39%) face ao ano anterior. Esta evolução reflete não só o incremento de novos clientes, mas também a tendência de reforço da proporção do património financeiro dos clientes alocado em produtos de Depósitos à Ordem e a Prazo e em modelos de gestão.

Evolução da Margem Líquida



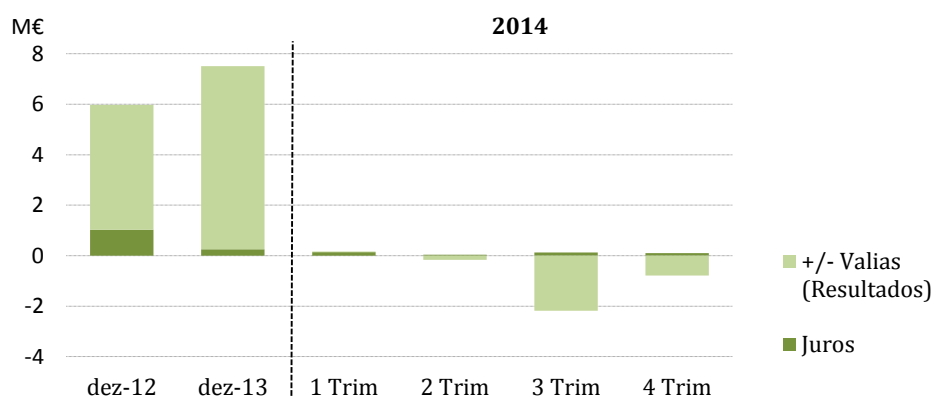
A margem líquida apresentou, em 2014, uma queda de 23%, totalizando uma variação negativa de -1.094 m€. Como reflexo desta variação e considerando a componente dos juros e rendimentos similares, são mais expressivos, nesta redução, os juros das carteiras próprias em resultado da redução de taxas das obrigações e o efeito da venda dos títulos detidos até à maturidade, em 2012 e início de 2013. Ao nível dos gastos, e apesar do aumento em termos absolutos dos recursos captados, tem sido possível manter e até reduzir ligeiramente os custos associados à respetiva remuneração, acompanhando as tendências do mercado.

Evolução das Comissões Líquidas

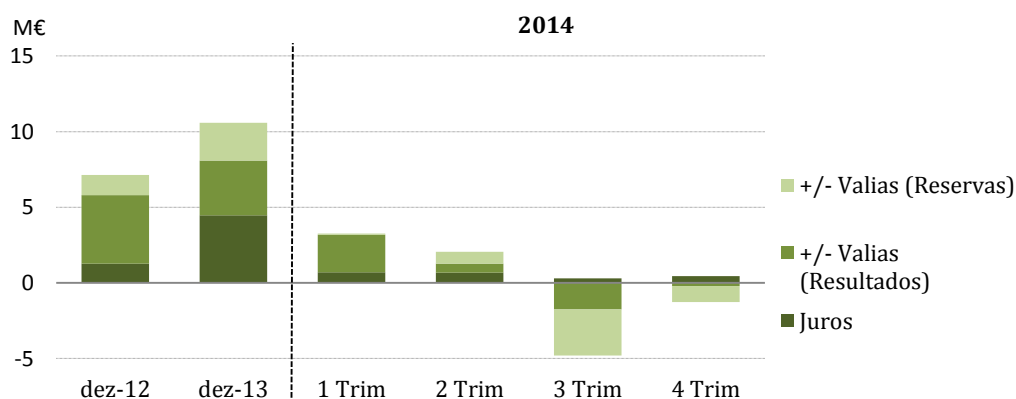


Mais significativa foi a evolução dos **Proveitos com Comissões Líquidas** que apresentam um crescimento de 48%, atingindo os €4.009.905, quando em 2013 se situou nos €2.716.726. Contribuíram para este desempenho o crescimento moderado dos encargos com serviços e comissões (+15,71%) e os Rendimentos de Serviços e Comissões (+40,47%). Nesta última componente, salientam-se os rendimentos obtidos pela Gestão de (+€240.675 – 65,05%), Serviços Prestados (+€471.374 – 19,55%) e nas Operações Realizadas Por Conta de Terceiros (+542.454€ – 20,76%).

Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

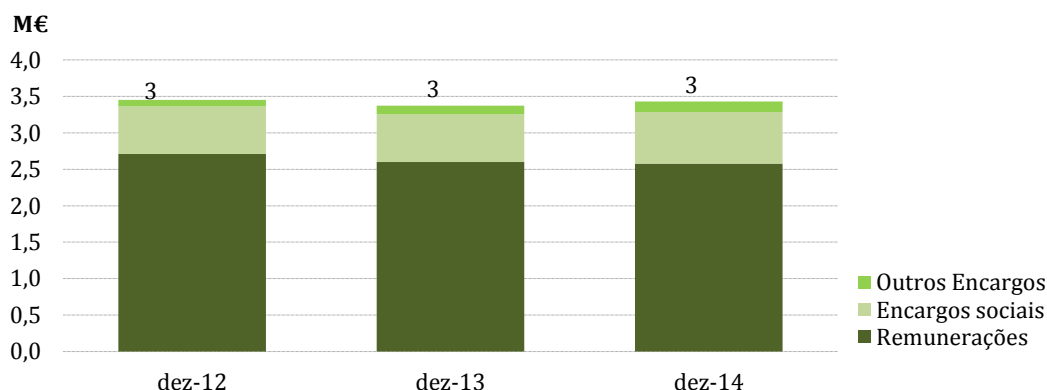


Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Venda



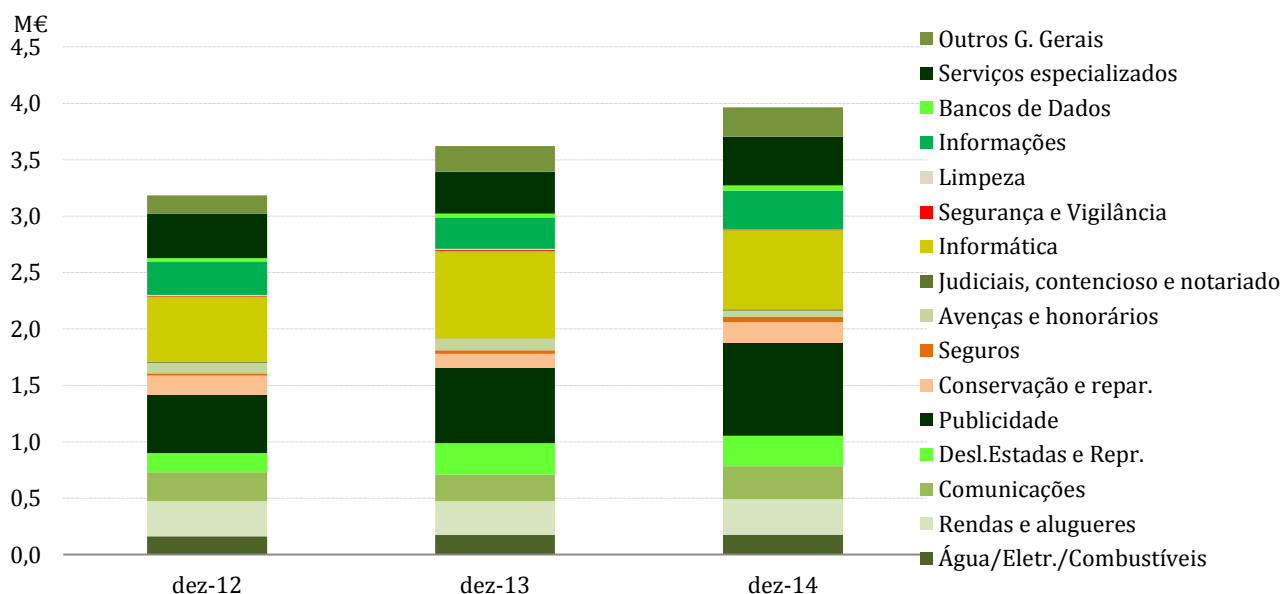
O ano de 2014, no que ao resultado da gestão das carteiras próprias se refere, foi um ano de fortes contrastes, quer comparado com os anos anteriores, quer dentro do próprio exercício, entre o 1º e o 2º semestre. Com efeito, e conforme se pode aferir pela análise dos gráficos, apesar de nos dois primeiros trimestres do ano se ter verificado um resultado assinalável, se bem que inferior a 2013, face a um contexto de mercado adverso, já nos dois últimos trimestres a rentabilidade foi, por oposição, muito negativa, em resultado dos impactos que a medida de resolução aplicada ao BES teve sobre os mercados e a exposição que o próprio Banco detinha.

Custos com Pessoal



Os Custos Com Pessoal mantiveram-se estáveis em 2014, apresentando um ligeiro acréscimo (1,69%) face a 2013, em resultado da combinação de dois fatores relevantes. Se por um lado, o quadro de pessoal foi reforçado pela admissão de mais nove (9) colaboradores, não se verificou em 2014 a atribuição de prémios de desempenho que, em 2013, representou €127.500.

Gastos Gerais Administrativos



Os Gastos Gerais Administrativos mantiveram um nível de crescimento moderado (+11,1%), em linha com idêntico crescimento já verificado em 2013 (+12,5%). Em parte justificado pela carga fiscal

e custos de produção, pelo investimento em *marketing*, nomeadamente publicidade, componente tecnológica e recurso a serviços especializados, suportes fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento da atividade e melhor oferta de produtos e serviços.

6.2. Contas Consolidadas

Em resultado da reduzida expressão das Demonstrações Financeiras de cada uma das filiais e associadas, consideradas no perímetro de consolidação, e do contributo exclusivo e decisivo do Banco, expresso na análise às contas individuais, refere-se que:

O Ativo Líquido Consolidado regrediu 14,5% em 2014 para 199,1 milhões de euros que compara com os 198,7 milhões de euros registados no Banco.

O Resultado Líquido Consolidado em 2014 foi de €378.453 (positivos) com os contributos de cada uma das empresas, após anulação dos movimentos recíprocos e do Banco, com um resultado líquido de €36.742, igualmente positivo.

Estas variações encontram expressão nos respetivos anexos.

7. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração do Banco Carregosa, declaram que:

- i. As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2014, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005;
- ii. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Carregosa relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2014, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de fevereiro;
- iii. Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas nas alíneas (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Carregosa e do Grupo, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de março de 2015; e
- iv. Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Carregosa e do Grupo no exercício de 2014.

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

9. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C.

A sociedade e as suas filiais não têm quaisquer dívidas em mora ao Setor Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu, nem vendeu ações próprias.

Nos termos do art.º 397º do C.S.C., não foram referenciados atos enquadrados nos art.ºs 1) a 3), não existindo por isso referências a autorizações concedidas por deliberação do Conselho de Administração, nem pareceres proferidos sobre as mesmas, por parte do Conselho Fiscal.

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas consolidadas e individuais (notas 34 e 33, respetivamente), os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários faturados relativamente a outros serviços de garantia e fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultadoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

A incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais encontra-se integralmente realizada.

10. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 18º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 de 29/12, declara-se que a Política de Remunerações é elaborada em estrita conformidade com os princípios e regras do referido aviso 10/2011 e ainda de acordo com o ponto 24 do anexo ao D.L. 104/2007 de 03/04, com a redação que lhe foi dada pelo D.L. 88/2011 de 20/07.

Esta política, que adiante se exporá mais detalhadamente, é adequada e proporcional à dimensão e organização da Instituição, evitando uma exposição excessiva aos riscos, pautando-se por valores de justiça e equidade, responsabilidade e transparência, valorizando o efetivo desempenho dos seus colaboradores.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

As remunerações dos Órgãos Sociais são fixadas pela **Comissão de Remunerações**, eleita pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos dos Estatutos Societários.

Entrando na apreciação concreta da política de remuneração, entendeu aquela Comissão que não deveria haver remunerações variáveis, dependentes ou não do desempenho individual ou coletivo. Determinou, ainda, a não diferenciação de condições de previdência ou reforma dos Administradores Executivos face aos demais colaboradores do Banco.

Para o ano de 2014, as remunerações fixas mensais (RFM) para os membros dos Órgãos de Administração foram estabelecidas em:

Cargo	RFM
Presidente Conselho de Administração	€4.000
Presidente Comissão Executiva	€6.000
Vogais Comissão Executiva	€5.800

Além disso, estabeleceram-se os seguintes:

- As remunerações fixas mensais serão pagas na base de 14 meses/ano;
- Os membros que integram a Comissão Executiva do Banco Carregosa só exercerão cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Banco Carregosa, sendo as remunerações por si auferidas pelo exercício desses cargos consideradas na remuneração global, determinada pela Comissão de Remunerações;
- Pelo exercício das respetivas funções, os restantes membros dos Órgãos de Administração do Banco L. J. Carregosa, S.A. recebem uma senha de presença;
- O presidente do Conselho Fiscal e os Vogais recebem uma senha de presença;
- Os membros da Comissão de Remunerações não auferem qualquer remuneração pelo desempenho deste cargo;
- Em caso de destituição dos membros do Conselho de Administração, é política do Banco Carregosa o pagamento das compensações previstas na lei. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios aos restantes colaboradores.

Refira-se, ainda, que a Administração do Banco propôs na última Assembleia Geral de Acionistas a alteração da composição da Comissão de Remunerações, tendo sido aprovada a substituição da presidente Sra. Dra. Maria Cândida Rocha e Silva, por um elemento independente dos órgãos de gestão, o Sr. Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, Revisor Oficial de Contas.

Continuam a fazer parte da referida Comissão de Remunerações o Sr. Dr. Inácio Sousa Lima, Advogado, como Presidente, e o Sr. Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves, Administrador não executivo, que não auferem qualquer remuneração, ficando esta Comissão composta maioritariamente por membros independentes, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 7.º do supra mencionado aviso 10/2011.

Remuneração dos restantes Colaboradores do Banco L. J. Carregosa, S.A.

A generalidade dos restantes colaboradores auferem apenas remunerações fixas e procurou-se ter em conta o nível de responsabilidade, especificidade de funções desempenhadas e contributos de cada um. Os Colaboradores com funções comerciais na área do canal *online*, em linha com a prática neste segmento de negócio, auferem, a par de remuneração fixa, um complemento variável, de base objetiva e proporcional aos proveitos gerados pelos respetivos clientes que acompanham. A dimensão da Instituição e o escrutínio permanente por parte da hierarquia permitem prevenir os conflitos de interesse que as remunerações variáveis potencialmente representam.

Sempre que necessário, são auscultadas as pessoas que integram as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo, de recursos humanos, ou peritos externos, de forma a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da Instituição.

O processo de fixação das remunerações pauta-se pelos valores da justiça e equidade, da proporcionalidade, da responsabilidade e do equilíbrio entre funções e Colaboradores.

Os Colaboradores a que se refere o n.º 2 do Art.º 1.º do Aviso N.º 10/2011 do Banco de Portugal, não auferem remunerações com componente variável. O Diretor Central, ao abrigo da alínea b) e c) do n.º 2 do art.º 1.º do mesmo aviso, auferem uma remuneração fixa equivalente aos membros da Comissão

Executiva. Situação similar para o responsável do canal relacional. Em cumprimento da alínea e) do art.º 17, informa-se igualmente que no ano de 2014, foram efetuadas 12 novas contratações, ficando expresso, no quadro abaixo, os restantes requisitos relacionados com este mesmo artigo.

Área de Atividade	Remunerações Totais (valores em euros)	
	Fixas	Variáveis (*)
Órgãos de Administração e Fiscalização		
Conselho de Administração	68.066,27	0,00
Comissão Executiva	304.968,41	0,00
Conselho Fiscal	22.560,00	0,00
Direção Central		
Direção Central	84.281,47	0,00
Unidades de Negócio		
Canal Relacional	319.578,42	0,00
Canal Online	184.092,75	77.556,68
Rede de Assessores de Investimento	37.639,07	0,00
Negócio Institucional	4.918,12	
Originação e Gestão	211.842,68	0,00
Financeiro	91.506,94	0,00
Mercados	79.317,21	3.155,03
Unidades de Apoio ao Negócio		
Operações	146.291,23	0,00
Jurídico	89.872,01	0,00
Marketing	59.811,40	0,00
Sistemas	86.450,73	0,00
Auditoria Interna (*)	18.940,00	0,00
Compliance	56.635,74	0,00
Risco	44.639,07	0,00
Contabilidade e Informação de Gestão	121.371,11	0,00
Recursos Humanos	19.567,87	0,00
Secretariado	98.009,48	0,00
Comunicação	44.757,41	0,00
Conservação e Reparação	64.027,97	0,00
Secretaria-geral	25.699,52	0,00
Total Global	2.284.844,43	80.711,71

(*) Em 31 julho de 2014, assumiu funções como Auditor Interno, um colaborador da Instituição, em substituição do anterior consultor externo.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se, nos termos da alínea f) nº5 do artigo 66º, e para efeitos da alínea b) do nº 1 do Artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 23º dos estatutos da Sociedade que, o Resultado Líquido do Exercício (positivo) no valor de €36.742,15

- Para Reforço da Reserva Legal: **€3.674,22**
- Para Reservas Livres: **€33.067,93**

12. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos:

O Banco de Portugal e a CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - pela compreensão e pelo diálogo permanente e frutuoso mantido neste exercício;

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por toda a cooperação demonstrada;

Os colaboradores do Banco, pelo seu contributo empenhado dedicado e competente, indispensável ao bom funcionamento da Instituição.

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

13. CONTAS CONSOLIDADAS

ANÁLISE E ANEXOS



**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

BALANÇO CONSOLIDADO NIC/NIRF

	Notas	31-12-2014			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	1.566.284		1.566.284	33.923.164
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	26.574.622		26.574.622	12.225.776
Ativos financeiros detidos para negociação	3	4.804.341		4.804.341	2.759.424
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	912		912	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	48.876.474	(4.566.061)	44.310.413	104.698.213
Aplicações em instituições de crédito	6	49.528.487		49.528.487	19.225.376
Crédito a clientes	7	56.286.785	(5.555.804)	50.730.981	38.730.631
Investimentos detidos até à maturidade		0		0	0
Ativos com acordo de recompra		0		0	0
Derivados de cobertura		0		0	0
Ativos não correntes detidos para venda	8	85.680		85.680	0
Propriedades de investimento	9	7.633.087		7.633.087	6.346.779
Outros ativos tangíveis	10	6.973.698	(5.142.762)	1.830.935	1.671.085
Ativos intangíveis	11	3.764.306	(3.589.660)	174.646	208.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0		0	0
Ativos por impostos correntes	12	2.586.946		2.586.946	290.869
Ativos por impostos diferidos	13	243.896		243.896	300.681
Outros ativos	14	9.032.971		9.032.971	7.560.512
Total de Ativo		217.958.487	(18.854.287)	199.104.200	227.940.965
Passivo					
Recursos de bancos centrais	15			17.229.154	75.996.875
Passivos financeiros detidos para negociação	16			1.959.205	96.044
Outros passivos ao justo valor através de resultados				0	0
Recursos de outras instituições de crédito	17			692.832	9.114.735
Recursos de clientes e outros empréstimos	18			117.756.756	91.094.543
Responsabilidades representadas por títulos				0	0
Passivos financeiros associados a ativos transferidos				0	0
Derivados de cobertura				0	0
Passivos não correntes detidos para venda				0	0
Provisões	19			269.834	555.766
Passivos por impostos correntes	20			3.879	0
Passivos por impostos diferidos				0	0
Instrumentos representativos de capital				0	0
Outros passivos subordinados				0	0
Outros passivos	21			24.062.868	9.289.572
Total de Passivo				161.974.528	186.147.535
Capital					
Capital				20.000.000	20.000.000
Prémios de emissão				369.257	369.257
Outros instrumentos de capital				0	0
Reservas de reavaliação				(982.648)	1.727.420
Outras reservas e resultados transitados				13.901.382	9.060.917
Ações próprias				0	0
Resultado Consolidado do exercício				378.453	7.286.052
Dividendos antecipados				0	0
Total de Capital Próprio atribuído ao Grupo	22			33.666.444	38.443.646
Interesses minoritários	23			3.463.228	3.349.784
Total do Capital Próprio				37.129.672	41.793.430
Total do Passivo + Capital				199.104.200	227.940.965

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS NIC/NIRF

		Euros	
	Notas	31-12-2014	Ano Anterior
Juros e rendimentos similares	24	5.807.191	7.864.477
Juros e encargos similares	25	(2.034.832)	(2.918.898)
Margem financeira		3.772.359	4.945.579
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	26	4.872.580	3.463.858
Encargos com serviços e comissões	27	(985.281)	(824.536)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28	(2.641.899)	7.783.833
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	29	5.615.643	3.616.023
Resultados de reavaliação cambial	30	1.530.115	(384.806)
Resultados de alienação de outros ativos	31	965.559	1.488.612
Outros resultados de exploração	32	455.971	(470.305)
Produto da atividade		13.585.046	19.618.259
Custos com pessoal	33	(3.764.831)	(3.662.230)
Gastos gerais administrativos	34	(3.768.656)	(3.552.603)
Depreciações e amortizações	35	(578.689)	(910.121)
Provisões líquidas de anulações	36	297.066	(555.766)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	37	(224.424)	(107.353)
Imparidade de outros ativos financeiros líquidos de reversões e recuperações	38	(4.525.211)	0
Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações	39	0	340.056
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	40	0	5.579
Resultado antes de impostos		1.020.302	11.175.822
Impostos			
Correntes	41	(283.794)	(3.795.155)
Diferidos	42	(56.786)	8.390
Resultado consolidado do exercício antes de interesses minoritários		679.722	7.389.056
Interesses Minoritários	43	(301.269)	(103.004)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas		378.453	7.286.052

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

	31-12-2014	31-12-2013
Resultado líquido consolidado do exercício	378.453	7.286.052
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados:		
Ativos tangíveis	3.747	(12.537)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(695.587)	147.792
Elementos que podem ser reclassificados em resultados:		
Conversão cambial	964.097	(161.939)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(3.677.912)	1.153.765
Outro rendimento integral	(3.405.655)	1.127.081
Rendimento integral total do ano	(3.027.203)	8.413.133
Atribuíveis a interesses minoritários [interesses que não controlam]	(301.269)	(103.004)
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	(2.725.934)	8.516.137

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2014	Ano Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	11.486.430	12.471.561
Pagamento de juros e comissões	(3.900.186)	(3.543.359)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(7.522.084)	(7.358.438)
Recursos de instituições de crédito	(65.744.261)	(23.219.547)
Outros ativos e passivos operacionais	15.920.404	(9.104.852)
Outros recebimentos de clientes	15.566.703	13.827.586
Impostos sobre lucros	(2.593.215)	(9.353.757)
Caixa líquida das atividades operacionais	(36.786.208)	(26.280.805)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	0	0
Aquisição/Alienação de ativos disponíveis para venda	52.958.237	(69.618.667)
Investimentos detidos até à maturidade	0	95.049.456
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(706.958)	(935.243)
Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	15.758	51.685
Aumento/Diminuição em outras contas do ativo	(773.468)	(5.904.718)
Investimentos em empresas filiais e associadas	0	538.470
Caixa líquida das atividades de investimento	51.493.569	19.180.982
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	0	10.000.000
Outros instrumentos de capital	0	0
Dividendos pagos	(1.774.353)	(2.500.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	0	0
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	0	0
Remuneração paga relativa a passivos subordinados		0
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais atividades geradoras de réditos)	0	(1.837)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(1.774.353)	7.498.163
 Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	 12.933.008	 398.340
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e equivalentes no início do exercício	64.559.980	64.161.641
Caixa e equivalentes no fim do exercício	77.492.988	64.559.980

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(ATIVIDADE CONSOLIDADA)

(valores em euros)

Contas	Em 31/12/2013		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amort. exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2014
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Ativos Intangíveis													
- Goodwill	43.913	0	0	0	0	0	0	0	0	43.913	0	0	43.913
Despesas de Estabelecimento	498.364	(498.364)	0	0	0	0	0	0	0	498.364	0	(498.364)	0
Custos Plurianuais	595.458	(595.458)	0	0	0	0	0	0	0	595.458	0	(595.458)	0
Sistemas de Tratamento de Dados (software)	2.250.985	(2.090.715)	136.380	(201.448)	0	9.366	0	0	0	2.396.732	(201.448)	(2.090.715)	104.568
Outros Ativos Intangíveis	203.675	(203.675)	0	0	0	0	0	0	0	203.675	0	(203.675)	(0)
Ativos Intangíveis em Curso	4.273	0	31.258	0	0	(9.366)	0	0	0	26.164	0	0	26.164
	3.596.667	(3.388.212)	167.638	(201.448)	0	0	0	0	0	3.764.306	(201.448)	(3.388.212)	174.646
Ativos Tangíveis													
Imóveis	525.290	(28.594)	0	(8.188)	0	0	0	0	0	525.290	(8.188)	(28.594)	488.508
Equipamento	5.394.632	(4.569.464)	539.320	(363.524)	(626)	0	(1.648)	0	46	5.932.304	(363.524)	(4.569.418)	998.736
Ativos em locação financeira	641.547	(292.327)	0	(5.529)	0	0	0	0	0	641.547	(5.529)	(292.327)	343.691
Ativos Tangíveis em Curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	6.561.469	(4.890.385)	539.320	(377.241)	(626)	0	(1.648)	0	46	7.099.141	(377.241)	(4.890.339)	1.830.935
TOTAIS	10.158.136	(8.278.596)	706.958	(578.689)	(626)	0	(1.648)	0	46	10.863.446	(578.689)	(8.278.551)	2.005.581

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (ATIVIDADE CONSOLIDADA)

					Euros
Contas	Saldo em 31-12-2013	Aumentos	Transferências	Diminuições	31-12-2014
Capital realizado	20.000.000				20.000.000
Prémios de emissão	369.257				369.257
Reservas de reavaliação	2.265.095			3.674.165	(1.409.071)
Reserva legal	1.452.626		704.916		2.157.543
Reservas de variações cambiais	(537.674)	964.097			426.423
Outras reservas	6.454.293		4.594.248	695.587	10.352.954
Resultados transitados	1.153.997		236.888		1.390.885
Resultado Consolidado do exercício	7.286.052	378.453	(7.286.052)		378.453
Total do Capital Próprio atribuído ao Grupo	38.443.646	1.342.550	(1.750,000)	4.369.753	33.666.444
Interesses Minoritários	3.349.784	113.445			3.463.228
Total Capitais Próprios	41.793.430	1.455.995	(1.750,000)	4.369.753	37.129.672

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O exercício de 2014 foi para o Banco L.J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa”, “Sociedade” ou “Grupo Carregosa”, quando tratado em termos consolidados) o sexto exercício completo de atividade como Instituição de Crédito.

Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, o Banco Carregosa converteu-se para o exercício da atividade bancária e de todas as outras expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo iniciado a sua atividade em 4 de novembro desse ano.

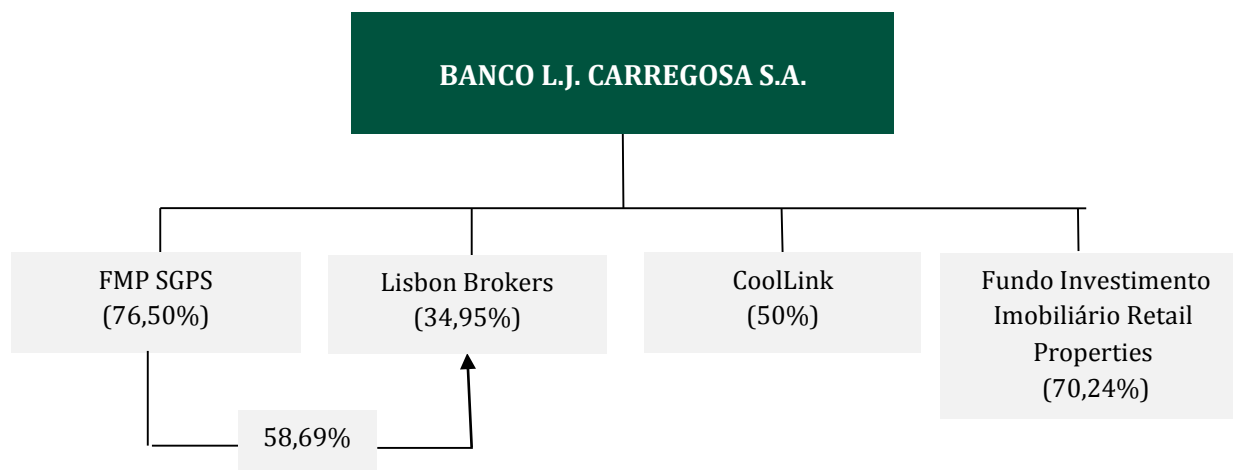
Para além do crescimento orgânico, em resultado de aumento consolidado do negócio bancário, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a atividade enquanto Instituição de Crédito, será também importante referir que, nos primeiros anos, o Banco Carregosa procurou a diversificação das suas áreas de intervenção, adquirindo inicialmente uma participação de 19,99% na sociedade “Optimize Investment Partners – SGFIM”, em outubro de 2009, entretanto alienada e, em abril de 2010, adquiriu ainda, direta e indiretamente, 84,84% de participação no capital da sociedade de corretagem “Lisbon Brokers, SA” e 76,50% da sociedade Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, em parceria com o Acionista “Imocarregosa, SA”, entretanto em fase de transformação. Esta última sociedade detinha em 31 de dezembro, 10% de ações próprias. Para efeitos prudenciais e considerando a materialidade assumida pelo Banco na participação do Fundo de Investimentos Imobiliários Retail Properties, considera-se este fundo integrado no respetivo perímetro de consolidação, até que se reduza substancialmente esta participação.

Sociedades e Fundos que compõem o perímetro de consolidação do Grupo em 31.12.2014

Atividade	Sede	Capitais Próprios	Ativo	Lucro Prejuízo	Participação Efetiva	Método Consolidação
BANCA						
Banco L.J. Carregosa, SA	Portugal	33.959.415	198.683.075	36.742	-	Integral
CORRETAGEM						
Lisbon Brokers, SA	Portugal	(6.609)	32.178	(5.389)	84,84%	Integral
SOCIEDADES GESTORAS PART. SOCIAIS						
Francisco Marques Pereira, SGPS, SA	Portugal	70.385	96.130	702	85,00%	Integral
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO						
Retail Properties	Portugal	10.994.469	11.436.300	719.110	70,24%	Integral
SOCIEDADE SERVIÇOS INFORMÁTICOS						
CoolLink, Lda	Portugal	186.235	283.239	27.733	50,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação

Perímetro de Consolidação



Em resultado deste perímetro, o Banco Carregosa realiza a consolidação de contas e *reporting* para efeitos de supervisão, ocupando um lugar central no Grupo, tanto pelo desenvolvimento de atividades exclusivas, como pelo tamanho relativo do capital e dos riscos.

O Grupo apresentou um lucro líquido de €378.453 (positivos), com os capitais próprios a situarem-se nos €37.129.672.

Por deliberação do Conselho de Administração, foi decidido proceder à transformação simultânea, da Lisbon *Brokers*, SA e da Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, após ter sido autorizado pelo Banco de Portugal. Nesta conformidade, o Banco L.J. Carregosa, SA relevou nas suas contas individuais a imparidade calculada, com os efeitos supervenientes nas contas consolidadas.

Neste mesmo exercício, o Banco manteve a sua atividade junto do Fundo de Investimento Imobiliário “Retail Properties”, detendo 7.024.301 unidades de participação, que deverá reduzir substancialmente no momento da concretização do aumento de capital.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2015.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2014 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação e Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco Carregosa, e das suas filiais, e foram processadas de acordo com as normas Internacionais de relato financeiro ou *International Accounting Standards* (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo

Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de fevereiro.

Consolidação de Empresas Associadas e Filiais (IAS 27,28 e IFRS 3)

O Banco Carregosa detém, direta e indiretamente participações financeiras em empresas filiais. São estas assim consideradas, em virtude do Banco deter o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais de cada empresa.

Estas mesmas empresas são consolidadas pelo método integral. As transações e os saldos entre empresas são eliminados no processo de consolidação, sendo o valor do capital, reservas e resultados resultante do valor de participação de terceiros, relevados na rubrica de interesses minoritários.

O Resultado Consolidado é apurado através dos resultados líquidos do Banco e das suas filiais na proporção da participação efetiva, após ajustamentos de consolidação, nomeadamente a eliminação de custos e proveitos em resultado de transações efetuadas entre estas e como tal consideradas no respetivo perímetro de consolidação.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas agora enunciadas são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Carregosa.

2.2.1. Operações em Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras das Empresas do Grupo em moeda estrangeira são previamente convertidas para a moeda euro, com base no câmbio de divisas (*fixing*) divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

A conversão para a moeda euro dos ativos e passivos expressos em moeda diferente é efetuada com base no câmbio à data de Balanço.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio do mês em que são reconhecidos.

2.2.2. Aplicações em Instituições e Crédito no País e no Estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, que corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transação diretamente associados.

2.2.3. Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica inclui os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período.

2.2.4. Ativos Financeiros Detidos para Venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de ativos financeiros. Incluem instrumentos de capital e instrumentos de dívida.

Estes ativos são avaliados ao justo valor, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respetiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os ativos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são diretamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um ativo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido diretamente no capital próprio e houver prova objetiva de que o ativo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida diretamente no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

2.2.5. Ativos financeiros detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se em período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.2.6. Créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de ativos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados.
- O valor dos ativos incluídos nesta categoria é objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a refletirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que está estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pelas Sociedades, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7. Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8. Imparidades

Periodicamente, e com frequência inferior ou igual a um ano, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um ativo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (*loss event*) após o reconhecimento inicial do ativo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro considerado.

2.2.9. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.10. Provisões

O Grupo Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003 do Banco de Portugal.

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i. Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efetuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii. Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de dezembro dos contratos de crédito, bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.11. Outros ativos tangíveis

Na rubrica de Outros ativos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Estes ativos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excecionais devidamente documentados, por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de

amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respetivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta do ativo adequada.

Equipamento	Anos
Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 20

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

2.2.12. Ativos intangíveis

O Banco e as suas filiais registam nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projetos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.13. Outros Passivos Financeiros - Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes e recursos de bancos centrais, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transação diretamente associados.

São também valorizados ao justo valor, os passivos financeiros detidos para negociação, nomeadamente os resultantes de vendas a descoberto, sendo os respetivos ajustamentos efetuados por contrapartida de lucros ou prejuízos.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.14. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos a estes associados e que possam ser determinados com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.15. Impostos sobre os Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente. O Banco Carregosa bem como as empresas filiais com sede localizada em Portugal, estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2.2.16. Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento efetivo.

2.2.17. Comissões por serviços prestados

O Grupo Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.18. Benefícios aos Empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Coletivo de Trabalho Vertical para o Setor Bancário* (ACTV) como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus colaboradores não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, pela constituição de um *Plano de Pensões de Benefício Definido*. Este Plano segue o estabelecido no ACTV e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo seu Aviso n.º 12/2001 e posteriores atualizações.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a “BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA”, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Ações (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%). Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor atual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A atualização das responsabilidades é efetuada com base numa taxa de desconto que reflete as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

A IAS 19 com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2013, reflete os impactos, quer ao nível da eliminação da opção do "corredor", quer ao nível da eliminação da utilização da taxa de rendimento esperada do fundo, que passa a ter de coincidir com a taxa de desconto para cálculo das responsabilidades a cobrir pelo Fundo de Pensões.

A eliminação da opção do corredor introduz maior volatilidade no resultado anual das Contas do Banco entendido como resultado integral (reservas e resultado líquido). Por outro lado, a composição da carteira do Fundo e a sua consequente rentabilidade anual efetiva deixará de afetar a rubrica do resultado líquido e passam a afetar apenas as reservas por via dos ganhos e perdas atuariais, bem como, influenciam o valor do Fundo no final de cada ano.

No caso do Banco Carregosa, uma vez que a rentabilidade esperada utilizada nos anos anteriores era superior à taxa de desconto, o impacto desta alteração da IAS 19 (eliminação da utilização da taxa de rendimento esperada) é tanto maior quando maior o desfazamento que existia entre as duas taxas.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos atuais com a assistência médica, decidiu o Banco, em 2010, externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores e mantendo os mesmos níveis de encargos.

2.3. Gestão do risco

2.3.1. Função de Gestão de Risco

A gestão de risco contempla a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes aos quais o Banco se encontra sujeito, mantendo-os em níveis dentro dos limites determinados pela Comissão Executiva. Pretende-se com isto que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afetem materialmente a situação financeira da Instituição.

Desta forma, a política de gestão de riscos visa manter, em permanência, a adequada relação entre os capitais próprios e a atividade desenvolvida.

Deseja-se ainda o apuramento de um fator de ajustamento às rentabilidades das operações efetivas e potenciais, com o objetivo de:

- Permitir a fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;
- Homogeneizar e comparar;
- Selecionar as operações que se encontram na fronteira de máxima eficiência de risco/retorno;
- Selecionar as operações que mais se adequam à nossa estratégia;
- Analisar as sinergias das operações;
- Obter uma medida de risco/retorno do Banco como um todo.

2.3.2. Estrutura Orgânica da Gestão de Risco

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, enquanto órgãos de governo do Banco Carregosa, partilham uma compreensão dos riscos da atividade e do grau de tolerância ao risco pretendido, desenhando a estratégia a prosseguir. Neste contexto, decidem os mecanismos de controlo para a gestão agregada do risco e monitorizam o seu desempenho e o dos Departamentos que lhes estão subordinados.

A gestão e monitorização específica de cada risco é da competência da Comissão Executiva, embora a Direção Financeira desempenhe um papel de relevo, num âmbito corrente, de gestão da tesouraria e das carteiras de títulos do Banco, dentro dos limites de discricionariedade definidos. A Direção Central assume também funções executivas, por delegação, maioritariamente com impacto na gestão do risco operacional.

A Comissão de Ativos e Passivos (ALCO) auxilia a Comissão Executiva, com funções consultivas, funcionando como um fórum de discussão mensal sobre a captação e aplicação de recursos, através de um equilíbrio entre resultado e risco. Esta é composta pelos membros da Comissão Executiva, pelos Diretores Financeiro, do Canal Relacional, de Risco, de Originação e Gestão e pelo Responsável pela Gestão da Carteira Própria.

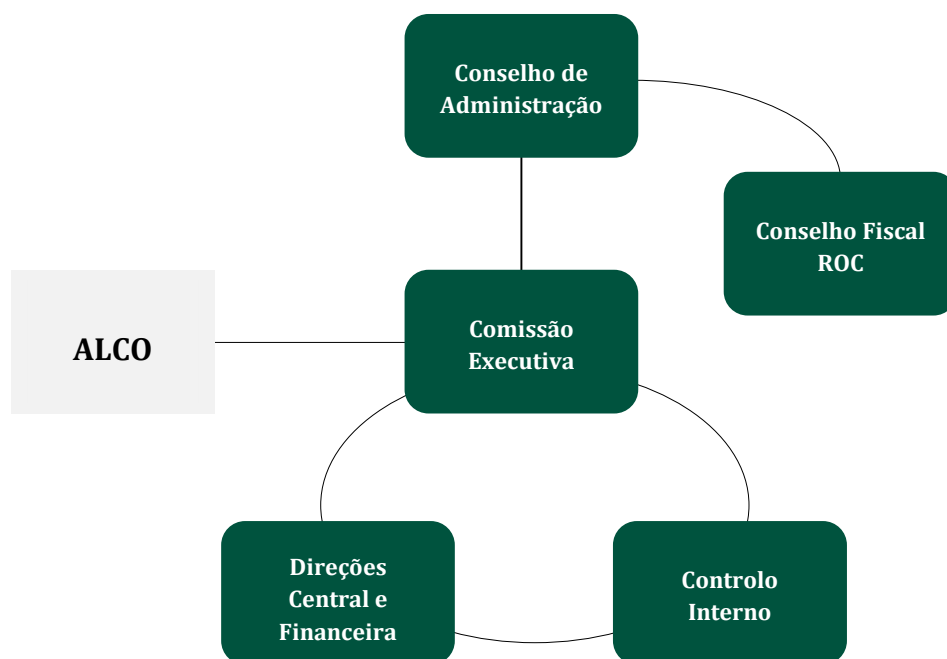
Os Departamentos de Compliance, Risco e Auditoria Interna, membros do Grupo de Controlo Interno, desempenham funções de controlo e monitorização do risco, numa base corrente, disponibilizando e compilando informação para a Comissão Executiva e para os restantes órgãos com funções relevantes nas matérias envolvidas.

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas desenvolvem funções semelhantes, mas com um âmbito mais geral, com horizontes temporais mais alargados e com uma ligação mais próxima ao Conselho de Administração.

Na disponibilização de informação vital para o governo interno salienta-se ainda a ação do Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão.

De entre a informação do Controlo Interno, destaca-se a realização de projeções e análises de cenário/testes de esforço, cujo apuramento é resultado de uma afinação interativa entre a Comissão Executiva e o Departamento de Risco, com o contributo dos restantes órgãos relevantes na função alargada de gestão, controlo e monitorização do risco. De forma semelhante, a aferição da suficiência do capital económico é um exercício com consequências materiais no governo interno. Esta é complementada com um conjunto de informação corrente, de mais fácil computação, mas mais segregada por tipo de risco. Os modelos utilizados seguem bases teóricas de aceitação generalizada na indústria financeira, reforçadas pelas boas práticas recomendadas pelos Reguladores Nacionais e Internacionais.

Pela dimensão do Banco adotou-se uma estrutura operacional centralizada sobre a Comissão Executiva. Contudo, a gestão do risco da Sociedade é assim executada por dois sistemas paralelos, mas comunicantes, com horizontes temporais distintos.



Por **Risco de Crédito** entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento por parte de clientes ou contraparte das obrigações contratuais estabelecidas com o Banco.

O risco de crédito incide maioritariamente sobre a carteira de crédito a clientes, as carteiras de títulos e os depósitos do Banco junto de outras Instituições de Crédito.

Utilizam-se várias técnicas de redução deste risco, nomeadamente a exigência de garantias sólidas e líquidas, o recurso a acordos de compensação contratual e o processo de apuramento e registo de imparidades.

Correntemente o Banco mede o risco de crédito inerente ao seu ativo baseado em *ratings* e prazos até à maturidade e pelos métodos regulamentares. Anualmente, utiliza-se um modelo proprietário para simulação de cenários que permite a leitura dos impactos do risco de crédito em combinação com o seu risco de concentração.

Por **Risco de Mercado** entende-se a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da eventual alteração adversa do valor dos ativos que compõe a carteira do Banco. A alteração do valor dos ativos pode ser motivada pela alteração das taxas de juro, taxa de câmbio, prémio de risco ou ativos subjacentes aos títulos.

O ALCO (Comité de Ativos e Passivos) define a alocação dos ativos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos e o cumprimento das normas de delegação de competências, no que concerne à gestão corrente das aplicações do Banco. A Comissão Executiva – Administrador do Pelouro - é informada das operações efetuadas.

O risco de mercado é avaliado pelo apuramento do valor em risco com diferentes horizontes temporais.

O **Risco Operacional** entende-se como o risco de ocorrerem eventos com impacto negativo, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal subcontratado que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

Este trabalho foi coordenado, por forma a manter relações com os procedimentos e permitir a sua análise estatística. Os controlos apontados na matriz foram testados por uma consultora externa. As incoerências detetadas foram apresentadas à Comissão Executiva, que está a coordenar os melhoramentos aos procedimentos. Pretende-se, assim:

- Criar a base de ocorrências para monitorizar a matriz de riscos;
- Identificar os procedimentos onde devem ser tomadas medidas extraordinárias;
- Obter uma medida de risco operacional da Sociedade.

Na mitigação do risco operacional destacam-se também as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, as ações da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores. Refere-se ainda que o plano de continuidade de negócio está a ser revisto por forma a alinhá-lo com as melhores práticas indicadas pelo Banco de Portugal.

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

Em 2014, o Banco criou um modelo proprietário para medição do risco operacional, baseado na análise de cenários de reposição do ativos tangível e no aumento de comissões pagas.

Entende-se como **Risco de Liquidez** a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez resulta do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos ativos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. A Comissão Executiva e os intervenientes na Gestão da Carteira Própria recebem, diariamente, um relatório do Departamento de Risco com a análise da alocação de ativos, passivos e extrapatrimoniais, com estimativas de requisitos mínimos de fundos próprios, informação sobre concentração de contrapartes, *mismatches* e com a simulação do impacto da redução drástica da exposição, por necessidades de liquidez. Mensalmente, o ALCO analisa o *mismatch* das operações ativas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.

3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidadas são comparadas para as datas de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e compostas pelas rubricas seguintes:

3.1 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	34	27
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	1 566 250	33 923 137
	1 566 284	33 923 164

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
Residentes	16 285 857	4 198 288
Não residentes	10 288 765	8 027 488
	26 574 622	12 225 776

3.3 Ativos detidos para negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos de negociação		
Títulos	4 683 996	2 292 913
Instrumentos derivados com justo valor positivo	120 345	466 511
	4 804 341	2 759 424

Esta carteira sofreu um acréscimo significativo face ao período homólogo, quer por transferências entre carteiras, quer por via de aquisições por evolução favorável dos mercados, conforme se detalha no quadro seguinte.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balanço	Valias		Imparidade
		Justo Valor	Mais	Menos	
Instrumentos de Dívida					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De outros Emissores Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	3 600 950	3 600 057	-	893	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	84 630	84 419	-	211	-
	3 685 580	3 684 476	0	1 104	-
Instrumentos de Capital					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Ações	145 792	91 264	-	54 528	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Ações	241 952	247 944	5 995	3	-
Unidades de Participação	4 780	2 480	-	2 300	-
	392 524	341 688	5 995	56 831	-
Outros					
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Produtos Estruturados	690 290	603 975	360	86 675	-
Outros	78 720	53 857	-	24 863	-
	769 010	657 832	360	111 538	-
Instrumentos Derivados com Justo Valor Positivo					
<i>Outros</i>					
Mais-valias não realizadas em Futuros	-	47 191	-	-	-
Mais-valias não realizadas em Opções	-	73 154	-	-	-
	-	120 345	-	-	-
TOTAL	4 847 114	4 804 341	6 355	169 473	-

3.4 Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos		
<i>Emitidos por residentes</i>	912	0
	912	0

Valor respeitante à contribuição para o Fundo Compensação do Trabalho. Opção pela contabilização ao justo valor de acordo com a IAS 39 nº 9 b), sendo a cotação obtida no *site* do Fundo Compensação do trabalho.

3.5 Ativos financeiros disponíveis para venda

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida pública portuguesa</i>	306 769	31 075 798
<i>Instrumentos de dívida de outros residentes</i>	14 328 322	21 700 055
<i>Imparidade acumulada (NIC) / Provisões para imparidades (NCA)</i>	(3 801 000)	0
<i>Instrumentos de capital</i>	1 519 314	4 402 786
<i>Imparidade acumulada (NIC) / Provisões para imparidades (NCA)</i>	(421 514)	(40 850)
<i>Outros</i>	0	0
	11 931 891	57 137 789
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	32 321 496	47 366 424
<i>Imparidade acumulada (NIC) Provisões para imparidade (NCA)</i>	(343 547)	
<i>Outros</i>	400 573	194 000
	32 378 522	47 560 424
	44 310 413	104 698 213

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os ativos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas diretamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 2014, em resultado de uma inversão significativa das taxas de juros dos instrumentos de dívida, alterou-se a política de investimentos, reduzindo-se igualmente o recurso ao financiamento através do Banco Central Europeu.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Aquisição	Valor de Balanço	Valias		Imparidade
Natureza e espécie dos Títulos		Justo Valor	Mais	Menos	
Instrumentos de Dívida					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De dívida pública portuguesa</i>					
Obrigações do Tesouro	284 968	306 769	21 801	-	-
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	9 880 325	9 974 822	163 297	68 800	-
Dívida Subordinada	4 353 500	552 500	-	-	3 801 000
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Públicos Estrangeiros</i>					
Obrigações de Agências Soberanas	5 008 790	5 082 600	73 810	-	-
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	27 596 107	26 890 786	161 033	866 354	-
Dívida Subordinada	348 110	4 563	-	-	343 547
	47 471 800	42 812 040	419 941	935 154	4 144 547
Instrumentos de Capital					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Ações	2 440 174	1 097 800	-	920 860	421 514
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Produtos Estruturados	395 354	400 573	5 219	-	-
	2 835 528	1 498 373	5 219	920 860	421 514
TOTAL	50 307 328	44 310 413	425 160	1 856 014	4 566 061

3.6 Aplicações em Instituições de Crédito

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações		
No país		
<i>No Banco de Portugal</i>	0	0
<i>Em outras instituições de crédito</i>	49 455 620	19 202 844
<i>Rendimentos a receber - juros de aplicações</i>	72 867	22 532
	49 528 487	19 225 376

O incremento substancial desta rubrica em 2014, encontra justificação no redirecionamento da liquidez para o investimento em Outras Instituições de crédito, em resultado da quebra acentuada dos juros da dívida.

3.7 Créditos a clientes

Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Crédito interno		
<i>Empréstimos</i>	19 037 790	12 859 606
<i>Créditos em conta corrente</i>	28 872 422	16 047 306
<i>Descobertos em depósitos à ordem</i>	148 552	257 433
<i>Operações de compra com acordo de revenda</i>	0	8 715 735
Crédito ao exterior		
<i>Empréstimos</i>	165 000	1 020 000
<i>Créditos em conta corrente</i>	999 287	0
Crédito e juros vencidos	6 885 289	125 034
Rendimentos a receber	178 445	115 627
	56 286 785	39 140 741
Provisões/Imparidades para crédito e juros vencidos	(5 555 804)	(410 110)
	50 730 981	38 730 631

A carteira de crédito manteve um ritmo de crescimento assinalável (+30,98%), face ao período homólogo, verificando-se um reforço significativo nos créditos concedidos em regime de conta corrente, compensando com uma diminuição equivalente em operações de compra com acordo de revenda efetuada com outra instituição de crédito nacional em 2013. Verifica-se, igualmente, que os níveis relativos de provisionamento se mantêm com expressão reduzida face ao volume de crédito em resultado de uma política de garantias sólidas e rigor na avaliação dos pedidos, com efeitos positivos, simultaneamente, na margem financeira. Em dezembro de 2014 foi adquirido um crédito vencido a uma instituição de crédito não residente, estando assegurada a sua cessão já no início de 2015, através de contrato promessa coberto com penhor financeiro equivalente.

3.8 Ativos não correntes detidos para venda

Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos tangíveis não correntes detidos para venda		
<i>Imóveis</i>	85 680	0
	85 680	0

Correspondente ao valor de aquisição de um Imóvel adquirido em processo de recuperação de crédito.

3.9 Propriedades de investimento

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Outras propriedades		
<i>Fundo Investimento Imobiliário - Retail Properties</i>	7 633 087	6 346 779
	7 633 087	6 346 779

3.10 Outros ativos tangíveis

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Outros ativos tangíveis		
<i>Imóveis</i>	525 290	525 290
<i>Equipamento (*)</i>	5 806 861	5 394 632
<i>Ativos em locação financeira</i>	641 547	641 547
<i>Ativos tangíveis em curso</i>	0	0
	6 973 698	6 561 469
Amortizações acumuladas		
<i>Imóveis</i>	(36 781)	(28 594)
<i>Equipamento (*)</i>	(4 808 125)	(4 569 464)
<i>Ativos em locação financeira</i>	(297 856)	(292 327)
	(5 142 762)	(4 890 385)
	1 830 935	1 671 085

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2014 nas rubricas de outros “ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa intitulado “Ativos Intangíveis e Tangíveis em 31 de dezembro de 2014”.

(*) Conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas (contas consolidadas), o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente, e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade, esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013 e 2014.

3.11 Ativos intangíveis

Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Diferença de consolidação pos. (Goodwill)	43 913	43 913
Outros ativos intangíveis		
Despesas de estabelecimento	498 364	498 364
Custos plurianuais	595 458	595 458
Sistema Tratamento Automático de Dados (Software)	2 396 732	2 250 985
Ativos tangíveis em curso	26 164	4 273
Outros	203 675	203 675
	3 764 306	3 596 667
Amortizações acumuladas		
Despesas de estabelecimento	(498 364)	(498 364)
Custos plurianuais	(595 840)	(595 840)
Sistema Tratamento Automático de Dados (Software)	(2 291 782)	(2 090 334)
Outros	(203 675)	(203 675)
	(3 589 660)	(3 388 212)
	174 646	208 455

Apesar de uma redução em termos líquidos, convém salientar o investimento significativo em sistemas de informação, quer ao nível do sistema de suporte ao negócio do Banco, quer em investimentos efetuados na reformulação da respetiva presença na internet e na concretização de melhorias das ferramentas de apoio ao negócio.

3.12 Ativos por Impostos Correntes

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos por impostos correntes		
IRC a recuperar	2 586 946	290 869
	2 586 946	290 869

Valores de pagamentos por conta e adicionais por conta pagos em 2014 que, segundo as regras do IRC, são calculados em função do lucro tributável do ano anterior. Este valor deverá ser liquidado pela AR em 2015

3.13 Ativos por Impostos Diferidos

Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
Ativos tangíveis	90 665	134 942
Ativos Intangíveis	6 230	6 739
Imparidade em Investimentos em filiais	147 000	159 000

243 896	300 681
----------------	----------------

Esta rubrica reflete apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento no Banco, uma vez que não foram apuradas quaisquer diferenças temporárias de imposto nas filiais. Como indicado pelas políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

3.14 Outros ativos

Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Outras disponibilidades	93 113	5 154
Créditos e juros vencidos	0	0
Devedores e outras aplicações		
<i>Devedores por operações sobre futuros e opções</i>	1 417 587	924 837
<i>Setor público administrativo</i>	237 809	20 751
<i>Devedores diversos</i>	505 292	348 933
<i>Aplicações diversas</i>	0	0
Outros ativos	32 007	28 259
Outros juros e rendimentos similares		
<i>De rendimento fixo emitido por residentes</i>		
<i>De dívida pública portuguesa</i>	5 240	50 657
<i>De outros emissores públicos nacionais</i>	0	0
<i>De outros residentes</i>	215 574	565 388
<i>De rendimento fixo emitido por não residentes</i>		
<i>De outros não residentes</i>	459 364	898 960
Outros rendimentos a receber	506 365	528 567
Despesas com encargos diferidos		
<i>Seguros</i>	21 201	20 892
<i>Outras rendas</i>	50	0
<i>Contribuições para o FGD FGCAM e SII</i>	0	0
<i>Outras despesas com encargos diferidos</i>	152 609	50 842
Valor patrimonial do fundo de pensões	2 462 864	2 091 273
Outras contas de regularização	2 923 898	2 025 999
	9 032 971	7 560 512
Imp. acum. NIC/ prov. p/ imp. acum. NCA		
<i>Créditos e juros vencidos</i>	0	0
<i>Devedores diversos</i>	0	0
	0	0
	9 032 971	7 560 512

O valor inscrito na conta do Setor Público Administrativo diz respeito a IVA a recuperar e pagamentos especiais por conta das participadas Lisbon Brokers e FMP SGPS. Em Outros Ativos incluem-se o valor da conta margem junto da OMIClear enquanto membro compensador da OMIP.

Informação Sobre Ativos Onerados e Não Onerados

Anexo a que se refere a instrução nº 28/2014 do Banco de Portugal

Modelo A – Ativos		Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Valor contabilístico dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
		010	040	060	090
010	Ativos da instituição que presta a informação	21.863.749		177.240.451	
030	Instrumentos de capital próprio			1.439.488	0
040	Títulos de dívida	20.426.570	20.426.570	27.754.671	27.754.671
120	Outros ativos	1.437.179		148.046.292	

Modelo B - Colateral recebido		Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis
		010	040
130	Colateral recebido pela instituição que presta a informação	0	0
150	Instrumentos de capital próprio		
160	Títulos de dívida		
230	Outro colateral recebido		
240	Títulos de dívida próprios emitidos que não covered bonds próprias ou ABS	0	0

Modelo C - Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados		Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não covered bonds próprias ou ABS oneradas
		010	030
010	Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados	18.969.205	20.446.163

3.15 Recursos de Bancos Centrais

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Recursos do Banco de Portugal		
Outros recursos - Empréstimos	17 010 000	75 000 000
Juros de recursos do Banco de Portugal		
Empréstimos	219 154	996 875
	17 229 154	75 996 875

3.16 Passivos Financeiros detidos para negociação

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Instrumentos derivados com justo valor negativo (*)	1 959 205	96 044
	1 959 205	96 044

(*) Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD

3.17 Recursos de outras instituições de crédito

Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Recurso de instituições de crédito no país		
Descobertos de Depósitos à Ordem	165 827	137 539
Empréstimos - Repo	0	8 236 122
Outros recursos	211	124
	166 038	8 373 785
Recurso de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	520 294	67 267
Descobertos em depósitos à ordem	6 500	673 683
	526 794	740 950
	692 832	9 114 735

3.18 Recursos de clientes e outros empréstimos

Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	26 807 643	24 366 792
A prazo	67 360 582	54 056 993
De não residentes		
À ordem	21 031 834	9 050 113
A prazo	1 864 882	2 823 399
	117 064 941	90 297 797
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	675 438	704 414
De não residentes	16 377	92 832
	691 815	797 246
	117 756 756	91 094 543

3.19 Provisões

Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisões Para Garantias e Compromissos assumidos	151 056	0
Outras provisões		
Para outros riscos e encargos	118 778	555 766
	269 834	555 766

3.20 Passivos por impostos correntes

Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
IRC a pagar		
Exercício de 2014 da Associada CoolLink	3 879	0
	3 879	0

3.21 Outros Passivos

Nota 21

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	301 941	389 089
Fornecedores Bens em Locação Financeira	145 722	211 975
Credores por Operações sobre valores Mobiliários	722 858	1 256 516
Outros Credores	405 912	79 039
Créditos para operações sobre futuros e opções	878 271	317 090
Recursos – Conta Caução	5 943 101	0
Outros Recursos	8 083 124	2 598 613
IVA a pagar	48 290	81 196
Retenções na fonte e outros valores a pagar ao Estado	339 984	270 826
Administrativo		
Contribuições para a Segurança Social	66 236	63 439
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	4 263	4 432
Cobranças por conta de terceiros	797	818
Penhoras por ordem de Tribunais	0	763
	16 940 499	5 273 796
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	3 285 103	2 135 833
Encargos a pagar		
Remunerações a Pagar ao Pessoal	479 506	402 440
Por gastos gerais	0	489
Outros encargos a Pagar	98 966	55 497
	578 472	458 425
Outras receitas com rendimento diferido	63 777	37 307
Operações a regularizar	3 195 016	1 384 211
	24 062 868	9 289 572

Na rubrica de “outros recursos”, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

Em “Outras Operações a regularizar” encontram-se registadas as operações de compra de títulos realizadas no final do período, a aguardar liquidação no início do exercício seguinte.

3.22 Capital Próprio atribuído ao Grupo

Nota 22

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2014 nas rubricas de capital próprio são apresentados no anexo “Demonstração da Variação nos Capitais Próprios

3.23 Interesses Minoritários

Nota 23

Os interesses minoritários em 2014 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Capital Próprio	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink	186 235	50%	93 117
Lisbon Brokers, SA (*)	(6 609)	15,16%	0
Fundo Investimento Retail Properties	10 994 469	29,76%	3 359 553
FMP, SGPS, SA	70 385	15%	10 558
Total	11 244 480		3 463 228

(*) Inclui prestações suplementares de capital efetuada por parte do Banco Carregosa em 2011 no valor de 600.000€, pelo que os interesses minoritários são nulos.

3.24 Margem Financeira

Nota 24 e 25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades e aplicações em OIC	967 749	1 482 664
Crédito a clientes	2 250 450	1 487 489
Outros ativos financeiros		
Detidos para negociação	445 455	240 195
Disponíveis para venda	2 137 360	4 471 075
Detidos até maturidade	0	182 112
Devedores e Outras Aplicações	3 169	941
Outros	3 007	0
	5 807 191	7 864 477
Juros e encargos Similares de:		
Recursos de OIC	(121 463)	(470 317)
Recursos de clientes	(1 869 012)	(2 376 904)
Passivos de negociação	(38 729)	(63 950)
Outros	(5 629)	(7 728)
	(2 034 832)	(2 918 898)
	3 772 359	4 945 579

Dado tratar-se de rendimentos e encargos resultantes sobretudo da atividade bancária, os valores indicados resultam sobretudo da contribuição individual do Banco Carregosa para os resultados consolidados, conforme se expressa no anexo às contas individuais.

3.25 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões

Nota 26/27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos de Serviços e Comissões por:		
<i>Garantias e avales</i>	159 544	15 172
<i>Outras operações s/ instrumentos financeiros</i>	0	0
<i>Depósito e guarda de valores</i>	17 197	18 458
<i>Cobrança de Valores</i>	68 475	56 505
<i>Administração de Valores</i>	610 635	369 960
<i>Organismos de invest. coletivo em valores mobiliários</i>	36 574	2 554
<i>Operações de crédito</i>	0	0
<i>Outros Serviços Prestados</i>	717 462	246 088
<i>Operações realizadas por conta de Terceiros</i>	3 154 972	2 612 518
<i>Outras comissões recebidas</i>	107 722	142 603
	4 872 580	3 463 858
Encargos com serviços e comissões por:		
<i>Depósito e guarda de valores</i>	(40 529)	(40 353)
<i>Cobrança de valores</i>	0	0
<i>Administração de valores</i>	0	(3 380)
<i>Organismos de invest. coletivo em valores mobiliários</i>	(79 887)	(38 500)
<i>Outros serviços bancários prestados por terceiros</i>	(19 646)	(29 947)
<i>Operações realizadas por terceiros</i>	(842 684)	(708 501)
<i>Outras comissões pagas</i>	(2 536)	(3 855)
	(985 281)	(824 536)
	(3 887 299)	2 639 322

3.26 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor

Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Ativos financeiros detidos para negociação		
<i>Instrumentos de dívida</i>	2 415 935	1 512 269
<i>Instrumentos de capital</i>	2 373 532	821 575
<i>Instrumentos derivados</i>	1 091 274	853 534
<i>Outros</i>	646 011	326 608
Ganhos outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	0	80 000
Passivos financeiros negociação (não derivados)	0	12 246 285
Outros ganhos em operações financeiras	1 507 179	556 222
	8 033 931	16 396 494
Perdas em:		
Ativos financeiros detidos por negociação		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(1 973 588)	(1 682 817)
<i>Instrumentos de capital</i>	(3 226 374)	(638 192)
<i>Instrumentos derivados</i>	(3 530 012)	(415 150)
<i>Outros</i>	(896 802)	(495 678)
Passivos financeiros negociação (não derivados)	0	(5 277 000)
Outras perdas em operações financeiras	(1 049 054)	(103 824)
	(10 675 829)	(8 612 661)
	(2 641 899)	7 783 833

O resultado negativo apurado em 2014 resulta de uma conjuntura negativa dos mercados em que a baixa das taxas de juro provocou uma desvalorização dos títulos de dívida que compõem a maior parte da carteira, bem como da desvalorização do euro face ao dólar americano, o que levou a perdas nos instrumentos derivados utilizados como cobertura para os ativos denominados nessa moeda. Essas perdas foram, no entanto, compensadas pelos resultados da reavaliação cambial (ponto 32.7) e nas reservas, conforme política anteriormente apresentada.

3.27 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	1 204 593	1 783 245
Instrumentos de capital	376 127	32 587
Outros	0	359
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	4 181 703	1 989 674
Instrumentos de capital	0	0
Outros	193	21 218
	5 762 615	3 827 083
Perdas em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	(4 081)	(203 640)
Instrumentos de capital	0	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(142 891)	(7 420)
Instrumentos de capital	0	0
Outros	0	0
	(146 972)	(211 060)
	5 615 643	3 616 023

Segundo as normas aplicáveis, são nesta rubrica indicados os valores relativos ao desreconhecimento dos ativos financeiros normalmente por via da respetiva alienação. Tendo em consideração o prazo normalmente mais alargado em que são efectuados os investimentos para esta carteira, foi possível apurar, em 2014, um resultado positivo resultante da diferença entre os valores de alienação e aquisição dos respetivos títulos.

3.28 Resultados de reavaliação cambial

Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	2 019 090	122 899
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	(488 975)	(507 705)
	(1 530 115)	(384 806)

Resultados apurados em grande parte devido à valorização dos USD face ao EUR, moeda em que o grupo manifestou uma maior exposição em termos ativos.

3.29 Resultados de alienação de outros ativos

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Alienação de créditos a clientes	950 000	0
Investimentos detidos até à maturidade	0	1 434 439
Inv. em filiais excl. cons. assoc. e empreendimentos conj.	0	16 659
Ativos não financeiros	15 559	37 514
Perdas em:		
Investimentos detidos até à maturidade	0	0
Ativos não financeiros	0	0
	965 559	1 488 612

Nos ativos não financeiros, os registos de 2013 e 2014 referem-se à venda de viaturas. Os ganhos reconhecidos em investimentos detidos até à maturidade, referem-se à venda dos títulos dessa carteira no início de 2013. Em 2014, com a aquisição e cessão simultânea de um crédito vencido obteve-se um ganho de €950.000.

3.30 Outros resultados de exploração

Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
<i>Outros ganhos e rendimentos operacionais</i>	815 002	218 960
	815 002	218 960
Perdas em:		
<i>Outros impostos</i>	(167 536)	(133 618)
<i>Quotizações e donativos</i>	(63 713)	(227 297)
<i>Contribuições para FGD</i>	17 500)	(17 500)
<i>Contribuições SII</i>	(2 500)	(2 500)
<i>Ativos não financeiros</i>	(426)	0
<i>Falhas na gestão e execução de procedimentos</i>	(34 651)	(3)
<i>Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações</i>	(201)	(1 950)
<i>Outros encargos e gastos operacionais</i>	(72 504)	(306 397)
	(359 031)	(689 123)
	455 971	(470 305)

3.31 Custos com o pessoal

Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Remunerações		
<i>Dos Órgãos de Gestão</i>	(488 388)	(501 687)
<i>De Empregados</i>	(2 355 678)	(2 314 134)
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos relativos a Remunerações	(678 968)	(657 762)
Outros encargos sociais obrigatórios		
<i>Fundo de pensões</i>	(75 478)	(31 692)
<i>Seguros de acidentes de trabalho</i>	(12 872)	(13 740)
Outros custos com o pessoal	(153 447)	(143 215)
	(3 764 831)	(3 662 230)

3.32 Gastos gerais administrativos

Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Com fornecimentos:		
Água, Energia e Combustíveis	(181 834)	(179 092)
Material de Consumo Corrente	(6 918)	(10 607)
Publicações	7 342)	(7 834)
Material de Higiene e Limpeza	(16 955)	(9 853)
Outros Fornecimentos de Terceiros	(148 045)	(143 752)
	(361 094)	(351 138)
Com Serviços:		
Rendas e Alugueres	(326 982)	(312 501)
Comunicações	(300 930)	(241 196)
Deslocações, estadas e Representação	(303 168)	(305 338)
Publicidade e edição de Publicações	(822 271)	(666 595)
Conservação e Reparação	(194 109)	(126 383)
Seguros	(46 828)	(32 514)
Serviços especializados		
Avenças e Honorários	(121 188)	(333 151)
Judiciais, Contencioso e Notariado	(9 856)	(3 682)
Informática	(159 893)	(194 690)
Segurança e Vigilância	(10 027)	(8 901)
Limpeza	(2 593)	(9 561)
Informações	(340 872)	(277 884)
Bancos de dados	(45 357)	(36 061)
Mão-de-obra eventual	(225)	0
Outros serviços especializados		
Estudos e Consultas	(62 073)	(60 855)
Consultores e Auditores Externos	(536 414)	(409 587)
Avaliadores externos	(7 934)	(21 587)
Outros serviços de terceiros		
Assessoria, comunicação e imagem	(57 164)	(41 567)
Banco de Portugal - Serviço Bpnet	(2 769)	(1 879)
Serviços de condomínio	(7 963)	(10 729)
Outros	(48 946)	(106 806)
	(3 407 562)	(3 201 465)
	(3 768 656)	(3 552 603)

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para a Lisbon Brokers, SA e FMP,SGPS, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas/Fiscal Único

Revisão Legal de Contas

600

600

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para o Banco Carregosa, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas

<i>Revisão Legal de Contas</i>	15 931
<i>Serviços de Garantia e Fiabilidade</i>	5 494
<i>Outros (CoolLink)</i>	1 700
	23 125

3.33 Depreciações e Amortizações

Nota 35

Conforme referido na nota 08, os movimentos e saldos das rubricas de outros “ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.34 Provisões líquidas de anulações

Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
<i>Provisões para garantias e compromissos assumidos</i>	9 700	0
<i>Outras provisões</i>	540 839	13 100
Perdas em:		
<i>Provisões para Garantias e compromissos assumidos</i>	(149 621)	0
<i>Outras provisões</i>	(103 852)	(568 866)
	(297 066)	(555 766)

3.35 Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações

Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
<i>Provisões para riscos gerais de crédito</i>	197 552	111 184
<i>Crédito Vencido</i>	208 397	45 606
Perdas em:		
<i>Provisões para riscos gerais de crédito</i>	(385 995)	(190 686)
<i>Crédito vencido</i>	(244 378)	(73 457)
	(224 424)	(107 353)

3.36 Imparidade de outros ativos financeiros líquidos de reversões e recuperações

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros disponíveis para venda		
<i>Títulos</i>	(4 525 211)	0
	(4 525 211)	0

Imparidades calculadas em resultado da exposição do Banco ao BES e GES.

3.37 Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações

Nota 39

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Investimentos em filiais, assoc. e empreendimentos conjuntos.	0	340 000
Ativos não financeiros	0	56
Perdas em:		
Ativos não financeiros	0	0
Investimentos em filiais, assoc. e empreendimentos conjuntos	0	0
	0	340 056

3.38 Result. de participações em assoc. e empre. conj. (equival. Patrimonial)

Nota 40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Apropriação result. neg. filiais excluídas cons. ass. e conj.		
Residentes:		
Associadas	0	5 579
	0	5 579

3.39 Impostos

Nota 41/42

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos		
Correntes	(283 794)	(3 795 155)
Diferidos	(56 786)	8 390
	(340 580)	(3 786 765)

Os impostos correntes registados em 2014 no valor de €283.794, resultam do imposto sobre o rendimento calculado em função da legislação fiscal aplicável para o Banco Carregosa no valor de €118.902, para a participada CoolLink no valor de € 4.804 e para o Fundo Retail de €160.088.

Os impostos diferidos registados em 2014 no valor de €56.786, resultam exclusivamente da variação nos ativos por impostos diferidos, detalhados no ponto 3.13 (inclui acerto variação taxa IRC).

3.39 Interesses Minoritários

Nota 42

Os interesses minoritários no resultado consolidado, em 2014, foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Resultados Líquidos	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink	27 733	50%	13 867
Lisbon Brokers, SA (*)	(5 389)	15.16%	0
Fundo de Investimento Imobiliários Retail Properties	719 110	29,76%	287 297
FMP, SGPS, SA	702	15%	105
Total	742 156		301 269

(*) Conforme referido na nota 3.21, não se verifica a participação dos interesses minoritários nos resultados da empresa Lisbon Brokers, dado a sua situação líquida se encontrar negativa, após dedução das prestações suplementares de capital do Banco Carregosa.

3.40 Contas extrapatrimoniais

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidades potenciais para com o SII	228 049	196 649
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	18 030 602	16 133 815
Facilidades de descoberto em conta	1 448	50 017
	18 260 099	16 380 481
Responsabilidade por prestações de serviços:		
De depósito e guarda de valores	343 810 941	370 952 428
Valores administrativos pela instituição	92 896 472	60 307 850
Outras	0	0
	436 707 413	431 260 278
Serviços prestados por terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	318 449 861	359 745 277
Por outros serviços	0	0
	318 449 861	359 745 277
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
Operações cambiais a prazo - negociação	38 930 937	38 433 338
Futuros e opções a prazo - negociação	65 495	0
Opções - negociação	73 220	199 473
	39 069 652	38 632 812
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
Garantias pessoais	16 516 673	2 082 015
Garantias reais	20 650 000	98 312 720
	37 166 673	100 394 734
Garantias recebidas:		
Garantias pessoais	62 702 521	2 902 489
Garantias reais	78 207 019	35 036 296
	140 909 540	37 938 785
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao ativo	1 340 261	1 339 935
Juros vencidos	13 915	8 253
Contas diversas	(991 917 415)	(985 700 556)
	(990 563 238)	(984 352 367)

14. CONTAS INDIVIDUAIS

ANÁLISE E ANEXOS



**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	Notas	31-12-2014			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	1.566.250	0	1.566.250	33.923.137
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	26.449.520	0	26.449.520	12.183.282
Ativos financeiros detidos para negociação	3	4.804.337	0	4.804.337	2.759.420
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	547	0	547	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	56.598.990	(4.566.061)	52.032.929	111.805.246
Aplicações em instituições de crédito	6	48.568.789	0	48.568.789	19.119.419
Crédito a clientes	7	56.286.785	(4.849.242)	51.437.542	39.047.172
Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0	0
Ativos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Ativos não correntes detidos para venda	8	85.680	0	85.680	0
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros ativos tangíveis	9	5.921.295	(4.137.357)	1.783.937	1.615.134
Ativos intangíveis	10	2.330.092	(2.207.680)	122.412	163.532
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	11	914.378	(600.000)	314.378	314.378
Ativos por impostos correntes	12	2.586.946	0	2.586.946	285.972
Ativos por impostos diferidos	13	243.896	0	243.896	300.681
Outros ativos	14	8.685.911	0	8.685.911	7.341.596
Total de Ativo		215.043.416	(16.360.341)	198.683.075	228.858.967
Passivo					
Recursos de bancos centrais	15			17.229.154	75.996.875
Passivos financeiros detidos para negociação	16			1.959.205	96.044
Outros passivos ao justo valor através de resultados				0	0
Recursos de outras instituições de crédito	17			692.621	9.114.611
Recursos de clientes e outros empréstimos	18			120.336.085	95.089.633
Responsabilidades representadas por títulos				0	0
Passivos financeiros associados a ativos transferidos				0	0
Derivados de cobertura				0	0
Passivos não correntes detidos para venda				0	0
Provisões	19			857.617	816.541
Passivos por impostos correntes				0	0
Passivos por impostos diferidos				0	0
Instrumentos representativos de capital				0	0
Outros passivos subordinados				0	0
Outros passivos	20			23.648.978	9.088.134
Total de Passivo				164.723.660	190.201.838
Capital					
Capital	21			20.000.000	20.000.000
Prémios de emissão				369.257	369.257
Outros instrumentos de capital				0	0
Reservas de reavaliação				(309.854)	1.979.015
Outras reservas e resultados transitados				13.863.270	9.259.693
Ações próprias				0	0
Resultado do exercício				36.742	7.049.164
Dividendos antecipados				0	0
Total de Capital				33.959.415	38.657.129
Total de Passivo e Capital				198.683.075	228.858.967

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

Valores em Euros

	Notas	31-12-2014	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	22	5.793.418	7.860.906
Juros e encargos similares	23	(2.065.514)	(3.038.988)
Margem financeira		3.727.904	4.821.917
Rendimentos de instrumentos de capital	24	67.647	0
Rendimentos de serviços e comissões	25	4.914.900	3.498.860
Encargos com serviços e comissões	26	(904.995)	(782.134)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27	(3.100.024)	7.331.435
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	28	5.646.457	3.616.023
Resultados de reavaliação cambial	29	1.530.101	(384.789)
Resultados de alienação de outros ativos	30	965.759	1.470.124
Outros resultados de exploração	31	(138.143)	(580.600)
Produto da atividade		12.709.606	18.990.837
Custos com pessoal	32	(3.430.326)	(3.372.817)
Gastos gerais administrativos	33	(4.129.974)	(3.716.633)
Amortizações do exercício	34	(547.320)	(874.989)
Provisões líquidas de anulações	35	171.636	(579.502)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	36	(35.981)	(27.851)
Imparidade de outros ativos financeiros líquidos de reversões e recuperações	37	(4.525.211)	0
Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações	38	0	340.000
Resultado antes de impostos		212.430	10.759.045
Impostos		(175.687)	(3.709.881)
Correntes	39	(118.902)	(3.718.271)
Diferidos	40	(56.786)	8.390
Resultado após impostos		36.742	7.049.164
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2014	Ano Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	11.502.529	12.505.412
Pagamento de juros e comissões	(3.886.745)	(3.622.612)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(7.557.917)	(7.153.753)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(65.744.348)	(23.219.640)
Outros ativos e passivos operacionais	15.400.460	(9.248.244)
Outros recebimentos de clientes	14.156.551	17.770.708
Impostos sobre lucros	(2.419.877)	(9.152.414)
Caixa líquida das atividades operacionais	(38.549.347)	(22.120.543)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	0	0
Aquisição/Alienação de ativos disponíveis para venda	52.958.237	(69.618.667)
Investimentos detidos até à maturidade	0	95.049.456
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(677.232)	(923.906)
Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	15.958	35.685
Investimentos em empresas filiais e associadas	0	538.470
Caixa líquida das atividades de investimento	52.296.963	25.081.037
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	0	0
Dividendos pagos	(1.750.000)	(2.500.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	0	0
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	0	0
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	0	0
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais atividades geradoras de réditos)	0	0
Caixa líquida das atividades de financiamento	(1.750.000)	(2.500.000)
 Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	 11.997.617	 460.495
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e equivalentes no início do exercício	64.414.615	63.954.120
Caixa e equivalentes no fim do exercício	76.412.232	64.414.615

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (ATIVIDADE INDIVIDUAL)

Anexo IV

Euros

Contas	Em 31/12/2013		Aumentos	Amortizações do exercício	Abates	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amortizações do exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2014
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições		(líquido)		Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Ativos Intangíveis													
Sistemas de Tratamento de Dados (software)	1.982.155	(1.822.896)	126.412	(198.790)	0	9.366	0	0	0	2.1117.934	(198.790)	(1.822.896)	96.248
Outros Ativos Intangíveis	185.994	(185.994)	0	0	0	0	0	0	0	185.994	0	(185.994)	0
Ativos Intangíveis em Curso	4.273	0	31.258	0	0	(9.366)	0	0	0	26.164	0	0	26.164
	2.172.422	(2.008.890)	157.670	(198.790)	0	0	0	0	0	2.330.092	(198.790)	(2.008.890)	122.412
Ativos Tangíveis													
Imóveis	522.936	(26.240)	0	(8.188)	0	0	0	0	0	522.936	(8.188)	(26.240)	488.508
Equipamento	4.639.449	(3.870.231)	519.562	(334.814)	(626)	0	(1.648)	0	46	5.157.363	(334.814)	(3.870.185)	951.738
Ativos em locação financeira	368.570	(19.350)	0	(5.529)	0	0	0	0	0	368.570	(5.529)	(19.350)	343.691
Ativos tangíveis em Curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	5.530.954	(3.915.821)	519.562	(348.530)	(626)	0	(1.648)	0	46	6.048.868	(348.530)	(3.915.775)	1.783.937
TOTAIS	7.703.376	(5.924.711)	677.232	(547.320)	(626)	0	(1.648)	0	46	8.378.960	(547.320)	(5.924.665)	1.906.349

O Técnico de Contas

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(ATIVIDADE INDIVIDUAL)

					Euros
Contas	Saldo em 31-12-2013	Aumentos	Transferências	Diminuições	31-12-2014
Capital realizado	20.000.000				20.000.000
Prémios de emissão	369.257				369.257
Reservas de reavaliação	2.516.689			3.252.966	(736.277)
Reserva legal	1.452.626		704.916		2.157.543
Reservas de variações cambiais	(537.674)	964.097			426.423
Outras reservas	6.454.293		4.594.248	695.587	10.352.954
Resultados transitados	1.352.774				1.352.774
Resultado do exercício	7.049.164	36.742	(7.049.164)		36.742
Total Capitais Próprios	38.657.129	1.000.839	(1.750.000)	3.948.554	33.959.415

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L.J. Carregosa, SA (Banco ou Carregosa) é um Banco comercial com Sede em Portugal, na Av. da Boavista nº 1083, no Porto. Para o efeito, possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas. Iniciou a sua atividade como banco comercial em novembro de 2008, após fusão da Sociedade de Corretagem L.J. Carregosa e a Personal Value, conforme escritura pública de 17 de maio daquele ano.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 3 agências e um escritório de representação em Espanha.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Carregosa são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2013.

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor.

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

2.2.1. Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "*fixing*" da data do balanço, que são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transações em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transações em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

2.2.3. Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transação diretamente associados.

2.2.4. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período.

2.2.5. Ativos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de ativos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes ativos são avaliados ao justo valor, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da sua alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os ativos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são diretamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um ativo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido diretamente no capital próprio e houver prova objetiva de que o ativo está com imparidade, a perda acumulada, que tinha sido reconhecida diretamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

2.2.6. Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de ativos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados.
- O valor dos ativos incluídos nesta categoria é objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a refletirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7. Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.9. Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i. Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efetuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii. Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido;

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de dezembro dos contratos de crédito bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.10. Outros ativos tangíveis

Na rubrica de Outros ativos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes ativos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excecionais devidamente documentados por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respetivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de ativo adequada.

Equipamento	Anos
Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 20

2.2.11. Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas na fase de desenvolvimento de projetos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.12. Outros Passivos Financeiros – Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transação, diretamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.13. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.14. Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.15. Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são, por norma, imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.16. Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como ativos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, exceto se as operações que os originaram tenham sido refletidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

2.2.17. Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada, por invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Ações (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%).

Como referido anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor atual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A atualização das responsabilidades é efetuada com base numa taxa de desconto que reflete as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte no ativo.

Em resultado de um estudo sobre as responsabilidades e encargos atuais com a assistência médica, decidiu o Banco em 2010 externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores que não beneficiem dos SAMS, mantendo os mesmos níveis de encargos.

IAS 19 – Benefícios a empregados (alteração) – esta norma foi revista para incluir diversas alterações, nomeadamente quanto ao:

- Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de capital próprio;
- Passa a ser aplicada uma única taxa de juro às responsabilidades e aos ativos do plano;
- A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos / perdas atuariais; e
- Os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.

2.2.18. Relato por Segmentos

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de atividade.

Dado que as atividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e em Espanha, através de um escritório de representação, não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e decompostas pelas seguintes rubricas:

3.1 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

*Nota 01**Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:*

	31/12/2014	31/12/2013
<i>Caixa</i>	0	0
<i>Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal</i>	1 566 250	33 923 137
	1 566 250	33 923 137

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
<i>Residentes</i>	16 160 755	4 155 794
<i>Não residentes</i>	10 288 765	8 027 488
	26 449 520	12 183 282

3.3 Ativos financeiros detidos para negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos de negociação		
<i>Títulos</i>	4 683 992	2 292 909
<i>Instrumentos derivados com justo valor positivo</i>	120 345	466 511
	4 804 337	2 759 420

Esta carteira sofreu um acréscimo significativo face ao período homólogo, quer por via de aquisições decorrentes de uma evolução favorável dos mercados, quer por transferências de parte dos títulos da carteira de disponíveis para venda.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Aquisição	Valor de Balanço	Valias		Imparidade
Natureza e espécie dos Títulos		Justo Valor	Mais	Menos	
Instrumentos de Dívida					
Emitidos por Residentes					
De outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	3 600 950	3 600 057	-	893	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	84 630	84 419	-	211	-
	3 685 580	3 684 476	-	1 104	-
Instrumentos de Capital					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Ações	145 788	91 260	-	54 528	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Ações	241 952	247 944	5 995	3	-
Unidades de Participação	4 780	2 480	-	2 300	-
	392 520	341 684	5 995	56 831	-
Outros					
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	690 290	603 975	360	86 675	-
Outros	78 720	53 857	-	24 863	-
	769 010	657 832	360	111 538	-
Instrumentos Derivados com Justo Valor Positivo					
Outros					
Mais-valias não realizadas em Futuros	-	47 191	-	-	-
Mais-valias não realizadas em Opções	-	73 154	-	-	-
	-	120 345	-	-	-
TOTAL	4 847 110	4 804 337	6 355	169 473	-

3.4 Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Títulos		
<i>Emitidos por residentes</i>	547	0
	547	0

Valor respeitante à contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho. Opção pela contabilização ao justo valor de acordo com a IAS 39 nº 9 b), sendo a cotação obtida no *site* do Fundo de compensação do trabalho.

3.5 Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida pública</i>	10 834 091	52 775 853
<i>Instrumentos de dívida de outros residentes</i>	1 097 800	4 361 936
<i>Instrumentos de capital</i>	7 722 516	7 107 033
	19 654 407	64 244 822
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	31 977 949	47 366 424
<i>Instrumentos de dívida</i>	400 573	194 000
	32 378 522	47 560 424
	52 032 929	111 805 246

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os ativos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas diretamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 2014, em resultado de uma inversão significativa das taxas de juros dos instrumentos de dívida, alterou-se a política de investimentos, reduzindo-se igualmente o recurso ao financiamento através do Banco Central Europeu.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

		Valor de Balço	Valias		
Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Justo Valor	Mais	Menos	Imparidade
Instrumentos de Dívida					
Emitidos por Residentes					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do Tesouro	284 968	306 769	21 801	-	-
De Outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	9 880 325	9 974 822	163 297	68 800	-
Dívida Subordinada	4 353 500	552 500	-	-	3 801 000
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros					
Obrigações de Agências Soberanas	5 008 790	5 082 600	73 810	-	-
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	27 596 107	26 890 786	161 033	866 354	-
Dívida Subordinada	348 110	4 563	-	-	343 547
	47 471 800	42 812 040	419 941	935 154	4 144 547
Instrumentos de Capital					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Ações	2 440 174	1 097 800	-	920 860	421 514
Outros	7 049 722	7 722 516	672 794	-	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	395 354	400 573	5 219	-	-
	9 885 250	9 220 889	678 013	920 860	421 514
TOTAL	57 357 050	52 032 929	1 097 954	1 856 014	4 566 061

3.6 Aplicações em Instituições de Crédito

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações		
No país		
No Banco de Portugal	0	0
Em outras instituições de crédito	48 500 000	19 100 000
Em proveitos a receber	68 789	19 419
	48 568 789	19 119 419

3.7 Créditos a clientes

Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Crédito interno		
Empréstimos	19 037 790	12 859 606
Créditos em conta corrente	28 872 422	16 047 306
Descobertos em depósitos à ordem	148 552	257 433
Operações de compra com acordo de revenda	0	8 715 735
Crédito ao exterior		
Empréstimos	165 000	1 020 0000
Créditos em conta corrente	999 287	0
Crédito e juros vencidos	6 885 289	125 034
Rendimentos a receber	178 445	115 627
	56 286 785	39 140 741
Provisões/Imparidades para crédito e juros vencidos	(4 849 242)	(93 569)
	51 437 542	39 047 172

Em 2014, a carteira de crédito reforçou a sua posição no conjunto da atividade do Banco, ao nível de novas operações e acréscimo de volume, em cada uma das modalidades de crédito que o Banco disponibiliza aos seus clientes. De referir que os créditos estão na sua grande maioria suportados por garantias pessoais e reais que ultrapassam significativamente os valores vincendos, Por outro lado, as provisões estão constituídas em conformidade com o aviso 3/95, sendo de referir o impacto em 2014 da imparidade associada à aquisição de um crédito vencido a uma Instituição não residente, encontrando-se assegurada a sua cessão em 2015.

3.8 Ativos não correntes detidos para venda

Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	85 680	0
	85 680	0

Correspondente ao valor de aquisição de um Imóvel adquirido em processo de recuperação de crédito

3.9 Outros ativos tangíveis

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Outros ativos tangíveis		
Imóveis	522 936	522 936
Equipamento (*)	5 029 789	4 639 448
Ativos em locação financeira	368 570	368 570
	5 921 295	5 530 954
Amortizações acumuladas		
Imóveis	(34 428)	(26 240)
Equipamento (*)	(4 078 051)	(3 870 231)
Ativos em locação financeira	(24 878)	(19 350)
	(4 137 357)	(3 915 821)
	1 783 937	1 615 134

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2014 nas rubricas de outros “ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado ‘Ativos Intangíveis e Tangíveis em 31 de dezembro de 2014.

(*) Conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas (contas consolidadas), o Banco decidiu, em finais de 2012 substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.

3.10 Ativos intangíveis

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Outros ativos intangíveis		
<i>Sistema Tratamento Automático de Dados (Software)</i>	2 117 934	1 982 155
<i>Ativos intangíveis em curso</i>	26 164	4 273
<i>Outros</i>	185 994	185 994
	2 330 092	2 172 422
Amortizações acumuladas		
<i>Sistema Tratamento Automático de Dados (Software)</i>	(2 021 686)	(1 822 896)
<i>Outros</i>	(185 994)	(185 994)
	(2 207 680)	(2 008 890)
	122 412	163 532

Apesar de uma redução em termos líquidos, salienta-se o investimento significativo em sistemas de informação, quer ao nível do sistema de suporte ao negócio do Banco, quer em investimentos efetuados na reformulação da respetiva presença na Internet e na participação no sistema interbancário de transferências a crédito SEPA.

3.11 Investimento em assoc. e filiais excluídas do perímetro de consolidação

Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Valorizadas ao custo histórico		
<i>No país</i>	914 378	914 378
Impar. acum. NIC / Provisões para imparidades acum. NCA		
<i>No país - filiais</i>	(600 000)	(600 000)
<i>No país - associadas</i>	0	0
	314 378	314 378

As participações nas filiais estão avaliadas ao custo histórico deduzidas da imparidade constituída para a filial “Lisbon Brokers” que manteve o seu valor face à ausência de atividade desta em 2013 e 2014.



3.12 Ativos por Impostos Correntes

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos por impostos correntes		
IRC a recuperar em 2015	2 586 946	285 972
	2 586 946	285 972

3.13 Ativos por Impostos Diferidos

Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
Em Ativos	243 896	300 681
	243 896	300 681

Esta rubrica reflete apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento. Como indicado ao nível das políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

3.14 Outros Ativos

Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Outras disponibilidades	93 113	5 154
Devedores e outras aplicações		
Setor público administrativo	0	137
Devedores diversos	410 512	158 794
Aplicações diversas	0	0
Outros ativos	1 449 593	953 097
Outros juros e rendimentos similares		
Títulos de rendimento fixo emitido por residentes		
De dívida pública portuguesa	5 240	50 657
De outros emissores públicos nacionais	0	0
De outros residentes	215 574	565 388
Outros rendimentos a receber		
Outras obrigações	459 364	898 960
Comissões por serviços prestados	506 365	528 567
Despesas com encargos diferidos		
Seguros	21 201	20 892
Outras Rendas	50	0
Outras Despesas com Encargos Diferidos	138 138	42 665
Valor Patrimonial do Fundo de Pensões	2 462 864	2 091 273
Outras contas de Regularização (*)	2 923 898	2 026 013
	8 685 911	7 341 596

(*) Em "Outros Ativos", inclui-se o valor da conta margem junto da OMIClear enquanto membro compensador da OMIP.

3.15 Recursos de Bancos Centrais

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Recursos do Banco de Portugal		
Outros recursos - Empréstimos	17 010 000	75 000 000
Juros de recursos do Banco de Portugal		
Empréstimos	219 154	996 875
	17 229 154	75 996 875

3.16 Passivos Financeiros detidos para negociação

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Instrumentos derivados com justo valor negativo (*)	1 959 205	96 044
	1 959 205	96 044

(*) Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.17 Recursos de outras instituições de crédito

Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Recurso de instituições de crédito no país		
Descobertos de Depósitos à Ordem	165 827	137 539
Operações de Venda com acordo de recompra-Repo	0	8 236 122
	165 827	8 373 661
Recurso de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	520 294	67 267
Descobertos em depósitos à ordem	6 500	673 683
	526 794	740 950
	692 621	9 114 611

3.18 Recursos de clientes e outros empréstimos

Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	26 886 874	24 406 189
A prazo	69 860 582	58 006 993
De não residentes		
À ordem	21 031 834	9 050 113
A prazo	1 864 882	2 823 399
	119 644 172	94 286 694
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	675 536	710 107
De não residentes	16 377	92 832
	691 913	802 939
	120 336 085	95 089 633

3.19 Provisões

Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisões para riscos gerais de crédito		
Crédito concedido	706 561	305 406
Crédito por assinatura	151 056	11 135
	857 617	316 541
Outras provisões		
Para outros riscos e encargos	0	500 000
	857 617	816 541

Movimentos em provisões, imparidades e correções de valores associados ao crédito a clientes e valores a receber

	Saldos 31-12-2013	Dotações (**)	Utilizações Transf/Ajustes	Anulações Reposições	Saldos 31-12-2014
Provisões para crédito e juros vencidos (*)	93 569	10 358 762	(5 394 692)	208 397	4 849 242
Provisões para riscos gerais de crédito	316 541	748 208	119	207 251	857 617
Provisões para outros Riscos e Encargos	500 000			500 000	
Totais	910 110	11 106 970	(5 394 573)	915 648	5 706 859

(*) Ver ponto 3.7 da nota 07

(**) Nas dotações estão também incluídas as provisões consideradas na aquisição de créditos vencidos a outras Entidades no montante de €10.114.385 e nas utilizações/transferências e ajustes a reversão das dotações em €5.394.366.

3.20 Outros Passivos

Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	343 428	423 278
Fornecedores Bens em Locação Financeira	145 722	211 975
Credores por Operações sobre valores Mobiliários	722 858	1 256 516
Outros Credores	253 873	9 308
Credores por operações sobre futuros e Opções	878 271	317 090
Recursos – Conta Caução	5 943 101	0
Outros Recursos	8 083 124	2 598 613
IVA a pagar	23 026	30 992
Retenções na fonte e outros valores a pagar ao Estado	335 000	265 687
Contribuições para a Segurança Social	59 185	58 322
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	4 263	4 432
Cobrança por conta de terceiros	797	1 581
	16 792 648	5 177 794
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	3 285 103	2 135 833
Encargos a pagar		
Remunerações a Pagar ao Pessoal	429 601	367 693
Por gastos gerais Administrativos	0	0
Outros encargos a Pagar	91 043	53 769
	520 643	421 462
Outras receitas com rendimento diferido	4 246	5 325
Operações a regularizar (*)	3 046 338	1 347 720
	23 648 978	9 088 134

Na rubrica de “Outros Recursos”, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes quer de operações sobre derivados, quer dos aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

Em “Outras operações a regularizar” encontram-se registadas operações de venda de títulos realizadas no final do período, a aguardar liquidação no exercício seguinte.

3.21 Capital

Nota 21

O anexo da “Demonstração da variação nos capitais Próprios” apresenta uma variação negativa face a 2013 no montante de €4.697.714 em resultado da variação das Reservas de reavaliação das carteiras de títulos e outras reservas, da distribuição aos acionistas de €1.750.000 dos resultados desse exercício e do Resultado positivo gerado no período.

3.22 Margem Financeira

Nota 22 e 23

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Juros e rendimentos similares de:		
<i>Juros de Disponibilidades</i>	953 905	1 479 075
<i>Juros de Clientes e Outras Aplicações</i>	4 839 513	6 381 831
	5 793 418	7 860 906
Juros e Encargos Similares de:		
<i>Recursos de Outras Instituições de Crédito</i>	(121 463)	(470 317)
<i>Juros de Credores e Outros Recursos</i>	(1 944 052)	(2 568 671)
	(2 065 514)	(3 038 988)
	3 727 904	4 821 917

A margem financeira diminuiu consideravelmente em 2014, na sua grande maioria devido aos juros implícitos em cada uma das carteiras de obrigações do Banco, em que os títulos, no início de 2013, ainda classificados como detidos até à maturidade, quer por venda, quer por integração na carteira de investimento do remanescente, deixaram de contribuir para a margem financeira.

3.24 Resultados de instrumentos de capital

Nota 24

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por residentes		
<i>Unidades de participação</i>	67 647	0
	67 647	0

Este Resultado resulta da distribuição de rendimentos relativos ao exercício de 2013 do fundo de investimentos Retail Properties, correspondente a 0,0012€ por unidades de participação detidas.

3.25 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões

Nota 25 e 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos de Serviços e Comissões por:		
Garantias e avales	195 543	15 173
Depósito e guarda de valores	17 197	18 458
Cobrança de Valores	68 475	56 505
Administração de Valores	610 635	369 960
Organismos de investimento coletivo	78 574	37 554
Outros Serviços Prestados	717 462	246 088
Operações realizadas por conta de Terceiros	3 154 972	2 612 518
Outras comissões recebidas	108 042	142 604
	4 914 900	3 498 860
Encargos com serviços e comissões por:		
Depósito e guarda de valores	(40 529)	(36 853)
Administração de valores	0	(3 380)
Outros serviços bancários prestados por terceiros	(19 381)	(29 697)
Operações realizadas por terceiros	(842 684)	(708 501)
Outras comissões pagas	(2 401)	(3 703)
	(904 995)	(782 134)
	4 009 905	2 716 726

Em termos líquidos, verificou-se um incremento significativo nesta componente da atividade com maior relevância nos rendimentos de serviços e comissões (+40%) em resultado de uma maior eficiência na cobrança, nas comissões associadas à emissão de novas garantias Bancárias e sobretudo na prestação de serviços de assessoria financeira.

3.25 Resultados de Ativos e Passivos Avaliados ao Justo Valor

Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos	5 435 477	2 660 452
Futuros e Outras operações a Prazo	1 091 274	853 534
Outros ativos financ. ao justo valor através resultados	0	80 000
Passivos financeiros negociação (não derivados)	0	12 246 285
	6 526 751	15 840 271
Perdas em:		
Ativos Financeiros detidos por Negociação		
Títulos	(6 096 763)	(2 816 686)
Futuros e Outras Operações a Prazo	(3 530 012)	(415 150)
Passivos financeiros negociação (não derivados)	0	(5 277 000)
	(9 626 775)	(8 508 836)
	(3 100 024)	7 331 435

O resultado negativo apurado em 2014 resulta de uma conjuntura negativa dos mercados em que a baixa das taxas de juro provocou uma desvalorização dos títulos de dívida que compõem a maior parte da carteira, bem como da desvalorização do euro face ao dólar americano, que levou a perdas nos instrumentos derivados utilizados como cobertura para os ativos denominados nessa moeda. Essas perdas foram, no entanto, compensadas pelos resultados da reavaliação cambial (ponto 32.7) e nas reservas, conforme política anteriormente apresentada.

3.26 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	1 204 593	1 783 245
Instrumentos de capital	376 127	32 587
Outros	30 814	359
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	4 181 703	1 989 674
Outros	192	21 218
	5 793 429	3 827 083
Perdas:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	(4 081)	(203 640)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(142 891)	(7 420)
	(146 972)	(211 060)
	5 646 457	3 616 023

Segundo as normas aplicáveis, são nesta rubrica relevados os valores relativos ao desreconhecimento dos ativos financeiros normalmente por via da respetiva alienação. Tendo em consideração o prazo normalmente mais alargado em que são efetuados os investimentos para esta carteira, foi possível apurar em 2014, um resultado positivo resultante da diferença entre os valores de alienação e aquisição dos respetivos títulos.

3.27 Resultados de reavaliação cambial

Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	2 019 076	122 890
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	(488 975)	(507 679)
	1 530 101	384 789

Resultados apurados em grande parte devido à variação cambial dos USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou, em cada um dos anos, uma maior exposição.

3.28 Resultados de alienação de outros ativos

Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
<i>Ganhos na alienação de créditos</i>	950 000	0
<i>Ganhos em investimentos detidos até à maturidade</i>	0	1 434 439
<i>Ativos não financeiros</i>	15 759	35 685
Perdas em:		
<i>Perdas em investimentos em Filiais no país</i>	0	0
	965 759	1 470 124

Os ganhos reconhecidos em investimentos detidos até à maturidade referem-se à venda dos títulos dessa carteira no início de 2013. Em 2014, com a aquisição e cessão simultânea de um crédito vencido, obteve-se um ganho de €950.000.

3.29 Outros resultados de exploração

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
<i>Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais</i>	208 769	100 466
	208 769	100 466
Perdas em:		
<i>Outros impostos</i>	(155 778)	(127 679)
<i>Quotizações e donativos</i>	(63 713)	(227 297)
<i>Contribuições para FGD</i>	(17 500)	(17 500)
<i>Contrib.p/ sist.de indem. aos investidores</i>	2 500)	2 500
<i>Falhas na exec. de procedimentos</i>	(34 651)	(3)
<i>Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações</i>	(201)	(1 950)
<i>Outros encargos e gastos operacionais</i>	(72 143)	(304 137)
<i>Outros Ativos Tangíveis</i>	(426)	(0)
	(347 412)	(681 066)
	(138 143)	(580 600)

3.30 Custos com o pessoal

Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Remunerações		
<i>Dos Órgãos de Gestão e Fiscalização</i>	(408 002)	(417 030)
<i>De Empregados</i>	(2 170 790)	(2 182 481)
Encargos Sociais Obrigatórios		
<i>Encargos relativos a Remunerações</i>	(617 859)	(608 005)
<i>Outros encargos sociais obrigatórios</i>		
<i>Fundo de pensões</i>	(75 478)	(31 692)
<i>Seguros de acidentes de trabalho</i>	(11 548)	(12 722)
Outros custos com o pessoal	(146 649)	(120 887)
	(3 430 326)	(3 372 817)

Em dezembro de 2014, o Banco contava com 73 colaboradores em Portugal e 2 em Espanha, num total de 75.

Responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência

O Banco Carregosa disponibiliza um Plano de Pensões aos trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2010 não estavam integrados no Sistema Nacional de Pensões, correspondentes a cerca de um terço do quadro de pessoal do Banco Carregosa.

O Plano de Pensões do Banco Carregosa é um plano de benefício definido, segue o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (ACT) e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal. A formação do valor das prestações depende do número de anos de serviço do trabalhador e das tabelas salariais estipuladas pelo ACTV.

Os benefícios garantidos aos participantes do Plano de Pensões do Banco Carregosa:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez presumível;
- Pensões por sobrevivência diferida;
- Pensões por sobrevivência imediata;
- Encargos pós reforma com SAMS;
- Subsídio por Morte.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Adicionalmente, o Banco tem ainda responsabilidades e encargos com a assistência médica dos seus trabalhadores. Os trabalhadores que, à data de 31 de dezembro de 2010, estavam integrados na CAFEB têm como benefício de proteção na saúde os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) dos respetivos sindicatos. Os restantes trabalhadores beneficiam de um Seguro de Saúde MULTICARE com condições aproximadas aos serviços de assistência médica dos SAMS.

<i>Distribuição por Categoria Profissional</i>	31.12.2014	31.12.2013
Administração	5	4
Direção	15	15
Técnicos	14	12
Administrativos	14	11
Comerciais/operacionais	19	18
Outros	8	6
	75	66

As responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência e os respetivos custos decorrentes do Plano de Pensões do Banco foram elaborados através de uma avaliação atuarial realizada por um atuário da firma CFPO Consulting – Soluções atuariais e Financeiras, Lda., sendo a entidade gestora a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Plano de Pensões do Banco é um plano de benefício definido e segue o estabelecido no *ACTV - Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do Setor Bancário*. A 31 de dezembro de 2014, o Plano de Pensões do Banco Carregosa contava com 17 ativos, 47 com direitos adquiridos e 5 pensionista.

Do Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de janeiro resultaram alterações na metodologia de cálculo de responsabilidades dos fundos de pensões. A partir da data de transição dos trabalhadores bancários inscritos na CAFEB para o Regime Geral da Segurança Social a 31 de dezembro de 2010, o fundo deixa de ser responsável pela totalidade da pensão ACT sendo que, a partir dessa data, considera-se apenas a pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

De acordo com o método utilizado nesta avaliação, o Valor Atual das Responsabilidades com os Serviços Passados em 31 de dezembro de 2014 corresponde a €3.285.103,49, sendo que, deste montante, 554 955,80 correspondem ao Valor Atual das Pensões em Pagamento. O valor do fundo à mesma data é de €2 462 864,28, o que significa uma cobertura de financiamento global de 74,97%.

Estando o financiamento do plano de pensões sujeito, em termos de financiamento mínimo, ao estabelecido pelo Banco de Portugal, ou seja, o financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e de direitos adquiridos em 95% as responsabilidades por serviços passados da população ativa, verifica-se que a mesmo dá cumprimento integral ao estabelecido, uma vez que em fevereiro de 2015, o Banco efetuou uma contribuição extraordinária no valor de €723.249,40 de modo a cobrir o mínimo exigido para o cenário de financiamento.

Face ao nível de financiamento observado em 2013, não foram efetuadas contribuições em 2014.

A contribuição recomendada para 2015 é de €72 970,29 que representa 19,13% da massa salarial prevista para 2015. O respetivo relatório encontra-se disponível na Sede da Instituição, para consulta.

3.31 Gastos gerais administrativos
Nota 33
Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Com fornecimentos:		
Água, Energia e Combustíveis	(175 417)	(173 594)
Material de Consumo Corrente	(5 596)	(5 717)
Publicações	(7 342)	(7 834)
Material de Higiene e Limpeza	(16 955)	(9 853)
Outros Fornecimentos de Terceiros	(144 212)	(141 447)
	(349 521)	(338 444)
Com Serviços:		
Rendas e Alugueres	(315 097)	(300 673)
Comunicações	(294 650)	(235 622)
Deslocações, estadas e Representação	(268 442)	(278 968)
Publicidade e edição de Publicações	(822 271)	(666 595)
Conservação e Reparação	(185 883)	(125 000)
Seguros	(43 155)	(30 030)
Serviços especializados		
Avenças e Honorários	(59 029)	(102 233)
Judiciais, Contencioso e Notariado	(9 504)	(3 248)
Informática	(701 431)	(775 202)
Segurança e Vigilância	(10 027)	(8 901)
Limpeza	(2 530)	(9 549)
Informações	(340 872)	(277 884)
Bancos de dados	(45 357)	(36 061)
Mão-de-obra eventual	(225)	0
Outros serviços especializados		
Estudos e Consultas	(62 073)	(60 855)
Consultores e Auditores Externos	(533 093)	(406 266)
Outros serviços de terceiros		
Assessoria, comunicação e imagem	(57 164)	(41 567)
Banco de Portugal - Serviço Bpnet	(2 769)	(1 879)
Serviços de condomínio	(7 437)	(10 729)
Outros	(19 444)	(6 929)
	(3 780 453)	(3 378 190)
	(4 129 974)	(3 716 633)

Consultores e Auditores Externos

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários com a SROC, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisor Oficial de Contas

<i>Revisão Legal de Contas</i>	13 050
<i>Serviços de Garantia e Fiabilidade</i>	4 500
	17 550

□

3.32 Amortizações do exercício

Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos tangíveis		
De imóveis	(8 188)	(8 188)
De equipamento	(334 813)	(466 839)
De ativos em locação financeira	(5 529)	(5 529)
	(348 530)	(480 556)
Ativos intangíveis	(198 790)	(394 433)
	(547 320)	(874 989)

Conforme referido na nota 8 e 9, os movimentos e saldos das rubricas de outros “ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.33 Provisões líquidas de anulações

Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Provisões para riscos gerais de crédito	207 252	111 184
Outras provisões	500 000	0
Perdas em:		
Provisões para riscos gerais de crédito	(535 616)	(190 686)
Outras provisões	0	(500 000)
	171 636	(579 502)

3.34 Correções de valores associados ao crédito a clientes

Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Ganhos em:		
Para crédito vencido	208 397	45 606
Perdas em:		
Para crédito vencido	(244 378)	(73 457)
	(35 981)	(27 851)

3.35 Imparidade de Outros Ativos financeiros líquida de reversões e recuperações

Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
<i>Instrumentos Dívida emitidos por Não Residentes</i>	(4 191 997)	
<i>Instrumentos Capital Emitidos por Residentes</i>	(380 664)	0
	(4 525 211)	0

Imparidades calculadas sobre a exposição do Banco ao BES e ao Grupo GES.

3.36 Imparidade de outros at. Líquida de reversões e recuperações

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Invest. em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	0	0
Ver. rec. perdas imparidades (NIC) / prov. imp. (NCA)	0	340 000
	0	340 000

A anulação desta imparidade em 2013 decorre da alienação da participação integral na Optimize Investment Partners.

3.37 Impostos

Nota 39/40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Correntes	(118 902)	(3 718 371)
Diferidos	(56 786)	8 390
	(175 687)	(3 709 881)

Impacto dos registos no quadro e nota seguinte.

IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efetiva no exercício de 2013 e 2013 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	2014	2013
1 Resultados antes de Impostos - Base NCA	212.430	10.759.045
2 Taxa legal de Imposto (IRC+Derrama)	24.50%	26.50%
3 Carga Fiscal Normal (1x2)	52.045	2.851.147
4 Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1 Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis	916.280	690.686
4.2 Amortizações não aceites como custo	508	202.795
4.3 Donativos e Quotizações	9.525	9.389
4.4 IRC relativo a anos anteriores	0	0
4.5 Mais-valias fiscais	18.486	10.343
4.6 Multas, coimas e juros compensatórios	877	1.042
4.7 Correções relativas a exercícios anteriores	5.656	4.885
4.8 Correções impactos em NCA's	0	0
4.9 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	0	0
4.10 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	138.869	94.662
4.11 Pensões de reforma	0	0
4.12 Insuficiência estimativa de imposto	0	0
4.13 Correções nos casos crédito de imposto e retenção na fonte	0	0
4.14 Fundo de pensões	75.478	31.692
4.15 Imparidade em filiais e associadas	0	0
4.16 Contribuição sobre o Setor Bancário	97.009	74.946
	1.262.689	1.120.442
5 Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1 Redução de provisões e imparidades tributáveis	(707.252)	(451.184)
5.2 Benefícios fiscais	(57.572)	(91.312)
5.3 Impacto NCA's	(9.523)	0
5.4 Mais-valias contabilísticas	(42.946)	(37.223)
5.5 Excesso estimativa de imposto	0	(85.065)
5.6 Correções relativas a exercícios anteriores	(5.378)	(13.255)
5.7 Menos-valias fiscais	0	0
5.8 Amortizações tributadas em períodos anteriores	(129.631)	(9.735)
	-952.301	(777.774)
6 Variações patrimoniais	(2.984.456)	1.381.164
7 Lucro tributável (1+4+5+6)	(2.461.639)	12.482.877
8 Prejuízo fiscal reportável	0	0
9 Imposto (Coleta + Derrama)	0	3.629.184
10 Tributações autónomas	118.902	89.087
11 Imposto total (9+10)	118.902	3.718.271
12 Taxa efetiva (11/1)	55.97%	34.56%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido

estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, a Administração entende que as eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

3.38 Impostos Diferidos

Nota 40

Os impostos diferidos registados em 2014 no valor de €56.786 resultam, na sua maior parte, do impacto fiscal decorrente do processo de amortização da frota automóvel do Banco em 2012 e a venda posterior de viaturas, bem como do acerto dos Ativos por impostos diferidos IRC pela variação da taxa deste imposto.

3.39 Contas Extrapatrimoniais

Nota 41

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2014	31/12/2013
Compromissos perante Terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
<i>Responsabilidades potenciais para com o SII</i>	228 049	196 649
Compromissos revogáveis		
<i>Linhas de crédito</i>	18 030 602	16 133 815
<i>Facilidades de descoberto em conta</i>	1 448	50 017
	18 260 099	16 380 481
Responsabilidade por prestações de serviços:		
<i>De Depósito e guarda de valores</i>	343 810 941	370 952 428
<i>Valores administrativos pela Instituição</i>	92 896 472	60 307 850
<i>Outras</i>	0	0
	436 707 413	431 260 278
Serviços prestados por Terceiros:		
<i>Por depósito e guarda de valores</i>	318 449 861	359 745 277
<i>Por outros serviços</i>	0	0
	318 449 861	359 745 277
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
<i>Operações cambiais a prazo - negociação</i>	38 930 937	38 433 338
<i>Futuros e opções a prazo - negociação</i>	65 495	0
<i>Opções - negociação</i>	73 220	199 473
	39 069 652	38 632 812
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
<i>Garantia e avals pessoais/ Institucionais</i>	16 516 673	2 082 015
<i>Garantias reais</i>	20 650 000	98 312 720
	37 166 673	100 394 734
Garantias recebidas:		
<i>Garantias pessoais</i>	62 702 521	2 902 489
<i>Garantias reais</i>	78 145 278	35 018 960
	140 847 799	37 921 449
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
<i>Créditos abatidos ao ativo</i>	1 340 261	1 339 935
<i>Juros vencidos</i>	13 915	8 253
<i>Contas diversas</i>	(991 855 674)	(985 683 220)
	(990 501 497)	(981 432 542)

Porto, 30 de abril de 2015

O Técnico de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

António José Paixão Pinto Marante

Paulo Armando Morais Mendes

Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes

Nuno Rafael Domingues dos Santos Reis Maya

Paulo Martins de Sena Esteves

15. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)



**Vilar, Campos, Gomes
& Associados, SROC, Lda.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 198.683.075 euros e um total de capital próprio de 33.959.415 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 36.742 euros), as Demonstrações de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

1



**Vilar, Campos, Gomes
& Associados, SROC, Lda.**

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

por desacordo

7. No anexo às Contas individuais do Banco nas políticas contabilísticas, na nota 2.2.10 refere-se que, os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo, que, para o equipamento de transporte está definida entre 4 a 8 anos. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Ainda no anexo às Contas individuais do Banco, na nota 9 é mencionado que, conforme referido na nota 2.2.10 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.

De salientar que, as viaturas adquiridas em 2014 seguiram a política contabilística que lhes é aplicável sem derrogações.

A derrogação desta política contabilística levada a cabo em 2012 e 2013 tem como efeito no ano de 2014 que, comparativamente à aplicação do princípio da consistência, a rubrica do activo Outros Activos tangíveis esteja subavaliada em aproximadamente 680.000 euros, a rubrica de Activos por impostos diferidos esteja sobreavaliada em aproximadamente 88.000 euros, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 esteja sobreavaliado em aproximadamente 171.000 euros (resultante do custo com amortizações subavaliado em aproximadamente 205.000 euros e o custo com impostos diferidos sobreavaliado em aproximadamente 34.000 euros) e os resultados transitados estejam subavaliados em aproximadamente 763.000 euros, totalizando uma subavaliação do activo e dos capitais próprios de aproximadamente 592.000 euros.



**Vilar, Campos, Gomes
& Associados, SROC, Lda.**

Opinião

8. Em nossa opinião excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 7 supra, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 4 de Maio de 2015

Vilar, Campos, Gomes & Associados, SROC, Lda. (*SROC 180*)
representada por Jorge Adalberto Vilar De Oliveira (*ROC 682*)



**Vilar, Campos, Gomes
& Associados, SROC, Lda.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 199.104.200 euros e um total de capital próprio de 37.129.672 euros, incluindo um resultado consolidado líquido positivo de 378.453 euros), as Demonstrações consolidadas de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;

1



**Vilar, Campos, Gomes
& Associados, SROC, Lda.**

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

por desacordo

7. Descrevemos em seguida uma derrogação de uma política contabilística com impacto em vários exercícios contabilísticos e também descrita na certificação legal das contas individuais deste exercício do Banco Carregosa no seu parágrafo 7 que, também é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas.

No anexo às Contas consolidadas do Banco nas políticas contabilísticas, na nota 2.2.11 refere-se que, os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo, que, para o equipamento de transporte está definida entre 4 a 8 anos. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Ainda no anexo às Contas consolidadas do Banco, na nota 10 é mencionado que, conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes, situação que manteve nas aquisições de 2013.



**Vilar, Campos, Gomes
& Associados, SROC, Lda.**

De salientar que, as viaturas adquiridas em 2014 seguiram a política contabilística que lhes é aplicável sem derrogações.

A derrogação desta política contabilística levada a cabo em 2012 e 2013 tem como efeito no ano de 2014 que, comparativamente à aplicação do princípio da consistência, a rubrica do activo consolidado Outros Activos tangíveis esteja subavaliada em aproximadamente 680.000 euros, a rubrica de Activos por impostos diferidos esteja sobreavaliada em aproximadamente 88.000 euros, o resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 esteja sobreavaliado em aproximadamente 171.000 euros (resultante do custo com amortizações subavaliado em aproximadamente 205.000 euros e o custo com impostos diferidos sobreavaliado em aproximadamente 34.000 euros) e os resultados transitados estejam subavaliados em aproximadamente 763.000 euros, totalizando uma subavaliação do activo e dos capitais próprios de aproximadamente 592.000 euros.

Opinião

8. Em nossa opinião excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 7 supra, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 4 de Maio de 2015

Vilar, Campos, Gomes & Associados, SROC, Lda. (SROC 180)
representada por Jorge Adalberto Vilar De Oliveira (ROC 682)

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO

16. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo Conselho de Administração do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício de 2014, dando, assim, cumprimento às disposições legais - alínea g) do nº1 do artigo 420º e artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais - e estatutárias.
2. O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas Direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.
3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.
4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
5. Ao longo do exercício, teve este Conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho de Administração, Comissão Executiva e demais Colaboradores do Banco e do Grupo.



6. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas, que nos foram presentes e com as quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:
- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
 - b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.
 - c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do Banco L.J.Carregosa, S.A., nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 4 de Maio de 2015

O Conselho Fiscal

Manica de Graça Alves Carvalho
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**17. EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES
TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE
27 DE MAIO DE 2015**

CERTIFICO, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do “Banco L. J. Carregosa, S.A.”, realizada no dia **27 de Maio de 2015**, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

- 1) Foi aprovado por unanimidade o Relatório de Gestão e Contas e das Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2014.
- 2) Foi aprovado por unanimidade que o resultado líquido do exercício (positivo), no valor de € **36.742,15** (trinta e seis mil, setecentos e quarenta e dois euros e quinze cêntimos) tenha a seguinte aplicação:
 - Para Reforço da Reserva Legal: € **3.674,22**
 - Para Reservas Livres: € **33.067,93**.
- 3) Foi aprovado por unanimidade um louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Sociedade, extensivo a todos e cada um dos seus membros em exercício de funções, relativamente ao exercício de 2014.
- 4) Foi aprovada por unanimidade a proposta de eleição dos **Órgãos Sociais** para o **triénio 2015-2017**, com a seguinte composição:

Órgão de Administração

Conselho de Administração:

Presidente: Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva;
Vogal: António José Paixão Pinto Marante;
Vogal: Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves;
Vogal: Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes;
Vogal: Nuno Rafael Domingues dos Santos Maya
Vogal: Paulo Armando Morais Mendes;
Vogal: Paulo Martins de Sena Esteves;
Vogal: Pedro José Malheiro Duarte.

Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal:

Presidente: Maria da Graça Alves Carvalho;
Vogal: Manuel José Lemos de Ferreira Lemos;
Vogal: Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa;
Suplente: André de Castro Amorim.

Revisor Oficial de Contas:

Efectivo: **Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados - SROC, Lda.**, com sede na Rua Júlio de Brito, nº 108, Porto, pessoa coletiva nº 502 152 567, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 52, representada pelo sócio **Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha**, - Revisor Oficial de Contas n.º 859;



Suplente: **António Magalhães & Carlos Santos, SROC**, com sede na Rua do Campo Alegre, n.º 606 – 2.º, salas 201/203, Porto, pessoa colectiva n.º 502 138 394, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 53, representada por **Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos**, Revisor Oficial de Contas n.º 1314, casado, com o cartão de cidadão n.º 10202311 5ZZ7.

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos;

Secretária: Maria Manuela Pereira Antunes Matias,

Secretária: Ana Mafalda Mateus Freitas Gonçalves Malafaya.

5) Foi aprovada por unanimidade a eleição dos membros da **Comissão de Remunerações** para o **triénio de 2015-2017**, com a seguinte composição:

Sérgio Reis Perdigão;

Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves;

José Inácio Sousa Lima.

6) Foi aprovada por unanimidade a proposta de alteração do artigo 16.º do Pacto Social, pelo aditamento de um número 3, passando a ter a seguinte redacção:

Artigo 16º

Convocação das reuniões

1 – (mantém a redacção em vigor).

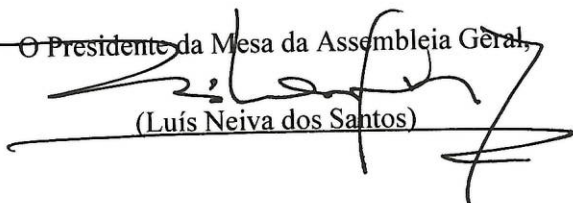
2 – (mantém a redacção em vigor).

3 - *Não é permitido à sociedade divulgar através do seu sítio na internet, as informações previstas nos artigos 288º e 289º do Código das Sociedades Comerciais, devendo as informações aos accionistas ser prestadas pela consulta e obtenção de cópias de documentos, na sede social.*

7) Foi aprovada por unanimidade a proposta de Política Interna de Selecção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais.

8) Foi aprovada por unanimidade a proposta de alienação e aquisição de acções próprias, nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 28 de Maio de 2015.

— O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Luís Neiva dos Santos)